



**FACULDADE DE DIREITO**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Rita da Palma Matos

**A SUSPENSÃO DE DELIBERAÇÕES SOCIAIS**  
**E A INVERSÃO DO CONTENCIOSO**

Mestrado Profissionalizante em

Ciências Jurídico-Empresariais

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do

**Professor Doutor José Ferreira Gomes**

Agosto de 2017

*O meu sincero agradecimento ao Orientador desta Dissertação de Mestrado,*

*Senhor Professor Doutor José Ferreira Gomes,  
pelas sugestões pertinentes e pela disponibilidade concedida.*

*Às minhas amigas e colegas,  
pelos momentos de entusiasmo e por acreditarem sempre em mim.*

*À minha irmã, pelo seu valioso contributo.*

*E um agradecimento especial aos meus pais,  
pelo seu apoio incondicional, paciência e amizade.*

## **ADVERTÊNCIA**

Em todas as transcrições de preceitos legais portugueses a ortografia será atualizada.

As disposições legais citadas com a sigla CPC, sem qualquer outra indicação, pertencem ao Código de Processo Civil na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho.

## **RESUMO**

Com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil português, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, o legislador veio prever, no âmbito dos procedimentos cautelares, uma figura denominada inversão do contencioso.

Esta figura veio alterar a relação de instrumentalidade e provisoriedade entre a providência cautelar e a ação principal. Até à reforma do Código de Processo Civil português, os procedimentos cautelares eram sempre dependência de uma ação principal, o que conduzia, em muitos casos, a uma duplicação desnecessária de tramitações, repetindo-se, no contexto da ação principal, a alegação e prova dos mesmos factos que já tinham tido lugar em sede de procedimento cautelar.

Foi nesta conjuntura que se veio permitir, em termos inovatórios, a possibilidade de o juiz, na decisão que decreta a providência e mediante requerimento, poder dispensar o requerente do ónus de propositura da ação principal, se a matéria adquirida no procedimento lhe permitir formar convicção segura acerca da existência do direito acautelado e se a natureza da providência decretada for adequada a realizar a composição definitiva do litígio.

Decretada a inversão do contencioso, o requerente fica dispensado de intentar a ação principal, sendo que, se o requerido, para o qual foi transferido o ónus de propor a ação principal, não a intentar no prazo para o efeito, a providência decretada compõe definitivamente o litígio.

O estudo desenvolvido traduz a análise da aplicação do regime da inversão do contencioso no procedimento cautelar especificado da suspensão de deliberações sociais. Para tal, procede a um enquadramento do novo instituto da inversão do contencioso e, de seguida, apresenta uma breve resenha ao regime do procedimento cautelar da suspensão de deliberações sociais, abordando as questões que mais têm sido debatidas na doutrina e na jurisprudência portuguesa.

Por fim, inclui algumas considerações no que diz respeito à função e às especificidades da concreta aplicação da inversão do contencioso, na sua vertente do procedimento cautelar especificado da suspensão de deliberações sociais.

Palavras-chave: suspensão de deliberações sociais; inversão do contencioso; Código de Processo Civil português; instrumentalidade; provisoriedade; ação principal

## **ABSTRACT**

With the implementation of the new Portuguese Civil Procedure Code, enacted by Law no. 41/2013 of the 26th of June, the legislator has foreseen, in the ambit of provisional remedies, a system named “reversal of litigation”.

This system has changed the instrumentality and provisional relationship between the injunction and the main action. Until the reform of the Portuguese Civil Procedure Code, the provisional remedies were always dependent upon a main action, what would, in many instances, lead to an unnecessary duplication of legal requisites and procedures, such as, in the context of the main action, the repetition of the allegation and proof of the same facts which had already taken place when of holding of the provisional remedy.

It was under this presumption that it was allowed, as an innovative measure, the possibility that the judge, in the decision that decreed the provisional remedy, and upon request, may dismiss the applicant of the provisional remedy the burden of lodging the main action, if the facts acquired during the procedure provide fair knowledge about the existence of the right to protect and the provisional remedy decreed is suitable to achieve the final resolution of the litigation.

Once decreed the reversal of litigation, the applicant is dismissed of lodging the main legal action. However, if the defendant, to whom the burden of lodging the main legal action is transferred, doesn't file the main action in the period of time established for that effect, the provisional remedy declared solves the dispute in a definite manner.

The study carried out seeks to make an analysis of the application of the regime of the reversal of litigation the specified injunction procedure regarding the suspension of shareholders' resolutions. For that purpose, a framework of the new instruction for the reversal of litigation is attempted, and subsequently, a brief review of the trial process regime regarding the suspension of shareholders' resolutions is provided, dealing with the most debated issues in Portuguese doctrine and jurisprudence.

In the end, some considerations are included concerning the function and concrete, specific applications of the reversal of litigation, specifically in the injunction procedure regarding the suspension of shareholders' resolutions.

Keywords: suspension of shareholders' resolutions; reversal of litigation; Portuguese Civil Procedural Code; instrumentality; provisional; main action

## ÍNDICE

Abreviaturas e siglas	10
Introdução	12
I. As providências cautelares e a inversão do contencioso	
1.1. Considerações preliminares	14
1.2. Contexto do surgimento do instituto da inversão do contencioso	20
1.3. A oportunidade da apresentação do requerimento	24
1.4. A convicção segura acerca da existência do direito	26
1.5. A natureza da providência decretada ser adequada a realizar a composição definitiva do litígio	27
1.6. Meios de defesa do requerido	31
1.7. Consequências da inversão do contencioso	33
1.8. A propositura da ação de impugnação do direito acautelado	35
1.9. A (ir)recorribilidade da decisão proferida	37
II. A providência cautelar de suspensão de deliberações sociais	
2.1. A evolução legislativa	40
2.2. Âmbito de aplicação subjetivo e objetivo	43
2.3. Prazo de interposição	47
2.4. Tribunal competente e valor do procedimento	49
2.5. A problemática das deliberações já executadas	51
2.6. A questão da possibilidade de suspensão de deliberações anuláveis, nulas, ineficazes ou inexistentes	57
2.7. Dos pressupostos necessários ao decretamento da providência	62
2.7.1. A qualidade de sócio	62



2.7.2. Que tenha sido tomada uma deliberação contrária à lei, ao contrato ou aos estatutos	65
2.7.3. Que da execução da deliberação possa resultar dano apreciável	66
2.7.3.1. Proporcionalidade	69
2.8. O processamento	70
2.8.1. Tramitação processual	70
2.8.2. Os efeitos da citação da sociedade	74
2.8.3. A ata (ou documento comprovativo da deliberação)	77
2.8.4. Decisão e recursos cabíveis	79
2.9. Caducidade da providência e extinção do procedimento	84
2.10. Os atos de execução praticados após o decretamento da providência	87
III. A aplicação da inversão do contencioso à suspensão de deliberações sociais	
3.1. A articulação da providência com a ação principal	90
3.2. A propositura da ação de impugnação do direito acautelado na providência	93
3.3. A consolidação da providência como composição definitiva do litígio e a adequação da natureza da providência decretada: apreciação crítica	97
Conclusão	104
Bibliografia	108
Índice de jurisprudência	116

## ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AAFDL</b>	Associação Académica da Faculdade de Direito
<b>ac., acs.</b>	acórdão, acordãos
<b>al., als.</b>	alínea, alíneas
<b>art., arts.</b>	artigo, artigos
<b>BMJ</b>	Boletim do Ministério da Justiça
<b>CC</b>	Código Civil
<b>CDP</b>	Cadernos de Direito Privado
<b>CEJ</b>	Centro de Estudos Judiciários
<b>CEJUR</b>	Centro de Estudos Jurídicos do Minho
<b>CJ</b>	Coletânea de Jurisprudência
<b>CJA</b>	Cadernos de Justiça Administrativa
<b>cfr.</b>	confrontar
<b>colab.</b>	colaboração
<b>coord.</b>	cordenador(a)
<b>CPC</b>	Código de Processo Civil
<b>CPT</b>	Código de Processo do Trabalho
<b>CRCom</b>	Código do Registo Comercial
<b>CRP</b>	Constituição da República Portuguesa
<b>CSC</b>	Código das Sociedades Comerciais
<b>CVM</b>	Código dos Valores Mobiliários
<b>DSR</b>	Direito das Sociedades em Revista
<b>ed.</b>	edição
<b>i.e.</b>	<i>id est</i> (isto é)
<b>LOSJ</b>	Lei da Organização do Sistema Judiciário
<b>n.º, n.ºs</b>	número, números
<b>ob. cit.</b>	obra citada
<b>p., pp.</b>	página, páginas
<b>proc.</b>	processo
<b>RDES</b>	Revista de Direitos Económicos e Sociais
<b>RDS</b>	Revista de Direito das Sociedades

<b>reimpr.</b>	reimpressão
<b>RLJ</b>	Revista de Legislação e de Jurisprudência
<b>RMP</b>	Revista do Ministério Público
<b>ROA</b>	Revista da Ordem dos Advogados
<b>RPCE</b>	Regime Processual Civil Experimental
<b>s.n.</b>	<i>sine nomine</i>
<b>ss.</b>	seguintes
<b>STJ</b>	Supremo Tribunal de Justiça
<b>t.</b>	tomo
<b>trad.</b>	tradução
<b>TC</b>	Tribunal Constitucional
<b>TRC</b>	Tribunal da Relação de Coimbra
<b>TRE</b>	Tribunal da Relação de Évora
<b>TRL</b>	Tribunal da Relação de Lisboa
<b>TRP</b>	Tribunal da Relação do Porto
<b>v.g.</b>	<i>verbi gratia</i> (por exemplo)
<b>vol., vols.</b>	volume, volumes
<b>ZPO</b>	<i>Zivilprozessordnung</i>

## INTRODUÇÃO

A Lei n.º 41/2013, de 26 de junho – diploma que aprovou um novo Código de Processo Civil, revogando o Decreto-Lei n.º 44.129, de 28 de dezembro de 1961 – veio introduzir, no regime da tutela cautelar, a figura da inversão do contencioso, a qual prevê a possibilidade de, em determinadas situações, a decisão cautelar se poder consolidar como definitiva composição do litígio, se o requerido não demonstrar, em ação por ele proposta e impulsionada, que a decisão cautelar não devia ter, afinal, essa vocação de definitividade.

Com a reforma do Código de Processo Civil, o procedimento cautelar deixou, assim, de ser necessariamente instrumental e provisório, verificando-se uma quebra do princípio segundo o qual o procedimento é sempre dependente de uma ação principal, proposta pelo requerente, com vista a evitar a caducidade da medida decretada em seu benefício.

Esse paradigma conduzia, não raras vezes, a uma repetição na ação principal da mesma controvérsia acabada de ser apreciada e decidida no âmbito do procedimento cautelar, tudo em detrimento da economia de meios materiais e humanos e da celeridade processual.

Mais, esta circunstância acabaria por ocorrer ainda que o juiz atingisse um juízo de certeza acerca do direito a acautelar no procedimento cautelar, ou mesmo que o requerido se conformasse com a providência cautelar decretada, acabando por abdicar posteriormente, em sede de contestação, de pôr em causa o direito do autor na ação principal.

Foi na tentativa de eliminar a duplicação processual que se fazia sentir que o novo Código, apesar de manter como regra o regime que vigorava anteriormente, consagrou o instituto da inversão do contencioso. Este permite que o juiz, na decisão que decreta a providência e mediante requerimento, dispense o requerente do ónus de propositura da ação principal, desde que a matéria adquirida no procedimento lhe permita formar convicção segura acerca da existência do direito acautelado e que a natureza da providência decretada seja adequada a realizar a composição definitiva do litígio.

Ora, a presente dissertação tem o intuito de, tal como se infere do próprio título, analisar criticamente a aplicação deste novo instituto, em particular, no que respeita ao procedimento cautelar especificado da suspensão de deliberações sociais.

Pese embora o procedimento em causa possa ser utilizado relativamente a deliberações de qualquer associação ou sociedade, por uma questão de facilidade de exposição, concentraremos a exposição nas deliberações sociais tomadas nas sociedades comerciais.

Este procedimento, previsto nos artigos 380.º a 382.º do Código de Processo Civil, é ainda aplicável, com as necessárias adaptações, à suspensão de deliberações da assembleia de condóminos de prédio sujeito ao regime de propriedade horizontal. No entanto, não nos iremos debruçar sobre esse tema, que está para além do escopo definido.

Num primeiro momento, procuraremos expor, de uma forma muito breve, o regime e as principais características inovadoras da figura da inversão do contencioso no seio dos procedimentos cautelares.

Num segundo plano, pretendemos contextualizar e abordar os pressupostos materiais e processuais, bem como as formalidades da suspensão de deliberações sociais, colocando em evidência, através de uma análise crítica, os problemas e as questões que se levantam na doutrina e na jurisprudência nacional.

Por fim, esperamos demonstrar qual é, da nossa perspetiva, o âmbito de aplicação do regime da inversão do contencioso no que respeita, em concreto, à providência cautelar de suspensão das deliberações sociais de sociedades comerciais. Cabe naturalmente fazer aqui, desde já, a ressalva sobre a impossibilidade de uma abordagem exaustiva ao conteúdo daquele procedimento cautelar especificado, visando-se tão só, a partir de uma breve análise crítica, verificar as especificidades e adequada aplicação em relação ao instituto da inversão do contencioso.

E é tendo por base o objetivo de contribuir para o estudo deste novo instituto no seio desta providência cautelar nominada que avançamos com a nossa perspetiva sobre o tema.

## I. As providências cautelares e a inversão do contencioso

### 1.1. Considerações preliminares

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Código de Processo Civil, a todo o direito deve corresponder a ação adequada a fazê-lo reconhecer em juízo e a prevenir ou reparar a sua violação e a realizá-lo coercivamente, bem como o procedimento cautelar necessário para acautelar o efeito útil dessa ação.

Deste modo, o texto da lei reflete o entendimento tradicional sobre a função do procedimento cautelar: garantir que o efeito jurídico que se pretende obter com a ação não desvaneça entre o momento em que se recorre aos tribunais e o momento em que se obtém a decisão final que põe fim ao litígio.

Socorremo-nos aqui do ensinamento de DOMINGUES DE ANDRADE, enquanto dizia que *“através do mecanismo próprio destes procedimentos pretendeu a lei seguir uma linha média entre dois interesses conflitantes: o de uma justiça pronta, mas com o risco de ser precipitada; e o de uma justiça cauta e ponderada, mas com o risco de ser platónica, por chegar a destempo”*<sup>1</sup>.

As medidas cautelares destinam-se, portanto, a acautelar o efeito útil da ação, ou seja, evitar a inutilidade prática, total ou parcial, da composição definitiva. A sua finalidade consiste em evitar o que a doutrina unanimemente chama de *periculum in mora*<sup>2</sup>, expressão que designa o perigo de insatisfação decorrente do decurso do tempo que é necessário para a conclusão de um processo judicial. Com efeito, no dizer de ALBERTO DOS REIS, os procedimentos cautelares visam, precisamente, *“defender o presumido titular do direito contra os danos e prejuízos que lhe pode causar a formação lenta e demorada da decisão definitiva”*<sup>3</sup>.

É neste contexto que se assinala às providências cautelares um carácter de instrumentalidade hipotética em relação a um outro processo principal, já pendente ou

---

<sup>1</sup> MANUEL A. DOMINGUES DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, com a colab. de ANTUNES VARELA, reimpr., Coimbra: Coimbra Editora, 1993, pp. 9-10.

<sup>2</sup> Esta expressão começou a ser usada por PIERO CALAMANDREI, na sua obra fundamental *Introduzione allo Studio Sistematico dei Provvedimenti Cautelari*, Padova: Cedam, 1936.

<sup>3</sup> JOSÉ ALBERTO DOS REIS, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 1, 3.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 1948, p. 625.

a ser instaurado, visto que, até à entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, a providência cautelar era apenas concedida na pressuposição daquela ação principal vir a ser julgada favoravelmente ao beneficiário da tutela cautelar.

De acordo com este paradigma clássico, é com fundamento nessa característica que a lei permite, através de uma *summaria cognitio* – de um exame e instrução indiciários – e de um procedimento simplificado e rápido, que, demonstrados o *fumus boni iuris* (a aparência do direito) e o *periculum in mora* (o perigo de a decisão pedida na ação principal se tornar inútil em resultado da normal demora do processo), o tribunal possa decretar uma tutela provisória.

Na ótica da doutrina calamandriana<sup>4</sup>, a função dos procedimentos cautelares demonstra, assim, uma natureza publicista, porquanto aqueles são predispostos, mais do que pelos interesses particulares, pelo interesse público de administração da justiça, garantindo um bom funcionamento da mesma.

Esta função é, porém, contrariada por RUI PINTO, que defende a natureza privatística das medidas cautelares<sup>5</sup>. Destarte, questionando o entendimento dominante, sustenta o autor que a tutela cautelar apresenta um fundamento material específico e que, portanto, não se trata de “*um remédio para a efectividade do processo civil*”<sup>6</sup>.

Enquanto meio de exercício do direito à tutela jurisdicional, a sua finalidade é, para RUI PINTO, a realização da obrigação genérica de não perturbar ou impedir a realização do direito de outrem, numa opção que o autor designa de perspectiva subjetivista ou perspectiva material<sup>7</sup>. Defende, pois, o autor que tal dever de abstenção

---

<sup>4</sup>Para uma apreciação atual da doutrina de PIERO CALAMANDREI, cfr. REMO CAPONI, “Piero Calamandrei e la tutela cautelare”, *Rivista di Diritto Processuale*, ano 67, 5, 2012, pp. 1250-1257.

<sup>5</sup> Cfr. RUI PINTO, *A Questão de Mérito na Tutela Cautelar: A Obrigação Genérica de não Ingerência e os Limites da Responsabilidade Civil*, Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 395 e ss..

<sup>6</sup> RUI PINTO, *A Questão de Mérito*, ob. cit., p. 322.

<sup>7</sup> RUI PINTO, *A Questão de Mérito*, ob. cit., p. 48.

de ingerência ilícita impõe que a proteção *erga omnes* de um direito se faça valer antes da ingerência na esfera alheia, por meio da via judicial da tutela preventiva<sup>8</sup>.

Em suma, no entender de RUI PINTO, o objeto da medida cautelar comporta, como elemento material, um poder potestativo à constituição provisória de uma situação jurídica na esfera jurídica do requerido, idónea a remover o perigo de dano<sup>9</sup> a um direito subjetivo ou interesse legalmente protegido, ainda que por constituir; e, como elemento funcional, a constituição de uma situação jurídica acautelante de finalidade concreta pedida pelo requerente e conteúdo fixado pelo juiz<sup>10</sup>.

Neste seguimento, considera o autor que a consagração do instituto da inversão do contencioso, e a consequente possibilidade de se conceber a tutela cautelar desacompanhada da ação principal, veio demonstrar a correção da tese por si defendida de que entre o processo principal e a providência cautelar há uma instrumentalidade material<sup>11</sup>. A ação principal opera uma “*ratificação material*” que “*não tem expressão procedimental*”, uma vez que ela tem lugar porque “*os casos julgados das duas vias de tutela dizem respeito ao mesmo direito e se referem a momentos interdependentes – segurança e realização do direito – por meio de relações materiais de concurso e de prejudicialidade entre os efeitos jurídicos das duas decisões*”<sup>12</sup>. Em conclusão, afirma o autor que é a ação principal que está ao serviço da providência cautelar, “*enquanto fase meramente confirmatória ou infirmatória desta*”<sup>13</sup>.

Efetivamente, com a entrada em vigor de um novo diploma de processo civil e a introdução do regime da inversão do contencioso, verificou-se uma quebra do princípio segundo o qual os procedimentos cautelares são sempre dependentes de uma decisão principal. Nas situações em que a providência adotada é idónea a permitir a composição definitiva do litígio, admite-se agora que o juiz dispense o requerente do ónus de propositura da ação principal, desde que este o requeira.

---

<sup>8</sup> RUI PINTO, *Notas ao Código de Processo Civil*, vol. 1, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2015, p. 297.

<sup>9</sup> Note-se que este perigo de dano ao direito não é um *periculum in mora*.

<sup>10</sup> RUI PINTO, *A Questão de Mérito*, ob. cit., p. 703.

<sup>11</sup> RUI PINTO, *Notas ao Código*, ob. cit., p. 316.

<sup>12</sup> RUI PINTO, *A Questão de Mérito*, ob. cit., p. 702.

<sup>13</sup> RUI PINTO, *A Questão de Mérito*, ob. cit., p. 701.



De facto, a possibilidade de, verificados os pressupostos legalmente previstos, a tutelar cautelar se transformar em tutela definitiva (cfr. artigos 369.º, n.º 1, e 371.º, n.º 1, do CPC), traduziu-se numa rutura com uma longa tradição histórica. O procedimento cautelar deixa de ser necessariamente instrumental e provisório, já que, antes da referida alteração legislativa, a decisão proferida na providência cautelar era sempre tida como provisória, destinando-se a ser substituída por uma decisão definitiva proferida na ação principal – pendente ou a ser intentada no prazo fixado pela lei.

A sumariedade cognitiva – não a processual – é, nestes casos, ultrapassada por um juízo de certeza, exigindo-se mais do que o tradicional *fumus boni iuris* no que diz respeito à existência do direito que a providência se destina a acautelar. Para além disso, conforme veremos mais adiante, a providência decretada tem ainda de ser, pela sua própria natureza, adequada a realizar a composição definitiva do litígio.

Contudo, a par do mencionado regime da inversão do contencioso, o procedimento cautelar mantém-se, em regra, dependente de uma ação que tenha por fundamento o direito acautelado, proposta ou a propor pelo requerente, nos termos do artigo 364.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPC.

Ora, no direito português, os procedimentos cautelares encontram-se regulados nos artigos 362.º a 409.º do CPC, sendo que o nosso sistema consagrou, naquele diploma<sup>14</sup>, um conjunto de procedimentos cautelares especificados, a saber: *restituição provisória da posse* – artigos 377.º a 379.º; *suspensão de deliberações sociais* – artigos 380.º a 383.º; *alimentos provisórios* – artigos 384.º a 387.º; *arbitramento de reparação provisória* – artigos 388.º a 390.º; *arresto* – artigos 391.º a

---

<sup>14</sup> Além dos procedimentos cautelares especificados no CPC, são ainda procedimentos cautelares os que constam de legislação avulsa, nomeadamente: nos arts. 15.º a 22.º do Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de fevereiro, que disciplina o Registo de Propriedade Automóvel; no art. 21.º do Decreto-Lei n.º 149/95, de 24 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Contrato de Locação Financeira; no art. 338.º-I do Código da Propriedade Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36/2003, de 05 de março; e no art. 31.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março.

396.º; *embargo de obra nova* – artigos 397.º a 402.º; *arrolamento* – artigos 403.º a 409.º<sup>15</sup>.

Como facilmente se depreende, os procedimentos cautelares especificados ou nominados não contemplam todas as situações possíveis, daí que a par destes a lei preveja, nos artigos 362.º a 376.º do CPC, a possibilidade de ser requerida uma *providência cautelar comum*. Tal como se retira do estabelecido no n.º 3 do artigo 362.º do CPC, esta providência cautelar não especificada ou inominada visa neutralizar o *periculum in mora* em situações não concretamente previstas<sup>16</sup>, pelo que se aplica em todos os casos que não haja lugar a procedimento cautelar especificado previsto nos artigos 377.º a 409.º daquele diploma<sup>17</sup>.

Na hipótese de recorrer ao procedimento cautelar comum<sup>18</sup>, o requerente deve demonstrar, cumprindo o disposto no n.º 1 do artigo 362.º do CPC, “*fundado receio de que outrem cause lesão grave e dificilmente reparável ao seu direito*”. Na falta de providência cautelar especificada para o caso concreto, para que a providência cautelar inominada possa ser decretada impõem, ainda, os n.ºs 1 e 2 do artigo 368.º que haja “*probabilidade séria da existência do direito*”, que se mostre

---

<sup>15</sup> Nos termos do que dispõe a primeira parte do n.º 3 do art. 376.º do CPC, o tribunal não está adstrito à providência concretamente requerida e pode decretar uma providência distinta. Esta faculdade decorre do facto de o tribunal não estar vinculado à indagação, interpretação e aplicação das regras de direito (art. 5.º, n.º 3, do CPC).

<sup>16</sup> Como referem JOSÉ LEBRE DE FREITAS, A. MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil Anotado*, vol. 2, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2008, pp. 5-6, o carácter subsidiário do procedimento cautelar comum “*não pode servir de albergue a situações não tuteladas por um procedimento especificado por não estarem verificados todos os pressupostos da concessão da providência criada para especificamente prevenir a lesão de determinado direito*”. Cfr., ainda, diversa jurisprudência citada por CARLOS LOPES DO REGO, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. 1, 2.ª ed., Coimbra: Almedina, 2004, p. 345.

<sup>17</sup> A título de exemplo, veja-se o sumário do Ac. do TRP, de 28-03-2000, proc. n.º 0020301, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt): “*A providência cautelar não especificada é o meio adequado, numa sociedade comercial por quotas com apenas dois sócios, para que um dos sócios requeira contra o outro a sua suspensão da gerência, desde que se faça prova sumária dos factos susceptíveis de integrarem os diversos requisitos dessa providência cautelar*”.

<sup>18</sup> Em função do disposto no art. 376.º, n.º 3, 2.ª parte, do CPC, podem ser cumulados procedimentos cautelares comuns com procedimentos cautelares especificados, e destes entre si, sempre que se verifiquem os requisitos fixados nos n.ºs 2 e 3 do art. 37.º do mesmo diploma, isto é, contanto que a tramitação para cada uma delas não seja manifestamente incompatível e sempre que na cumulação haja interesse relevante ou quando a apreciação conjunta das pretensões seja indispensável para a justa composição do litígio. Compete ao juiz proceder à adequação formal que se mostre necessária para o efeito, nos termos do art. 547.º do CPC.

“suficientemente fundado o receio da sua lesão” e, por último, que o prejuízo resultante da providência não exceda o valor do dano que com ela se pretende evitar.

No que concerne aos procedimentos cautelares tipificados na lei processual, muito embora estes se rejam pelas disposições que lhe são próprias, determina o artigo 376.º, n.ºs 1, 2 e 4, do CPC, que lhes são também aplicáveis as disposições respeitantes ao procedimento cautelar comum, em tudo quanto não se encontre especialmente prevenido<sup>19</sup>.

É no artigo 369.º do CPC, inserido no capítulo referente ao procedimento cautelar comum, que o legislador, no Código de Processo Civil de 2013, veio estabelecer que a inversão do contencioso pode ocorrer caso o juiz, na decisão que decreta a providência, entenda que a matéria adquirida no procedimento lhe permite formar convicção segura acerca da existência do direito acautelado e se a natureza da providência decretada é adequada a realizar a composição definitiva do litígio (n.º 1).

No entanto, no mencionado n.º 4 do artigo 376.º do CPC, a lei determina que o regime de inversão do contencioso seja somente aplicável – com as devidas adaptações – à *restituição provisória da posse*, à *suspensão de deliberações sociais*<sup>20</sup>, aos *alimentos provisórios*, ao *embargo de obra nova*, bem como às demais providências previstas em legislação avulsa cuja natureza permita realizar a composição definitiva do litígio.

Ficam, assim, excluídas da possibilidade de inversão do contencioso as providências nominadas de *arresto*, *arrolamento* e *arbitramento de reparação provisória* (artigo 376.º, n.º 4, *a contrario*). Motivo pelo qual se tem entendido, como mais à frente se explanará, que a inversão do contencioso só é admissível se a providência cautelar requerida, seja ela de caráter nominado ou inominado, não apresentar um cariz manifestamente conservatório.

---

<sup>19</sup> A este propósito, adverte ANTÓNIO SANTOS ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma do Processo Civil*, vol. 3, 4.ª ed., Coimbra: Almedina, 2010, p. 333, que a aplicação remissiva deve obedecer aos seguintes condicionalismos: “a) *Atenta a regra da especialidade, deve dar-se prioridade às normas especificamente previstas na regulamentação de cada um dos procedimentos*; b) *Devem ser excluídas todas as normas que não se adaptem a cada um destes procedimentos específicos*; (...)”.

<sup>20</sup> De salientar as especialidades previstas no art. 382.º do CPC, quanto a prazos e legitimidades, no que diz respeito à inversão do contencioso.

## 1.2. Contexto do surgimento do instituto da inversão do contencioso

Tendo como principal objetivo a celeridade processual e a inerente redução de meios e custos<sup>21</sup>, a profunda reforma do processo civil de 2013 veio estabelecer um mecanismo de dispensa do requerente do ónus de abertura da ação principal. Facto que fez com que o procedimento cautelar deixasse de ser necessariamente instrumental e provisório, já que, verificados os pressupostos legalmente previstos, a inversão do contencioso permite que se forme convicção segura acerca da existência do direito apta a resolver de modo definitivo o litígio.

Esta alteração quebra, deste modo, o princípio segundo o qual os procedimentos cautelares são, sempre e necessariamente, dependência de uma causa principal, obrigatoriamente proposta pelo requerente com vista a evitar a caducidade da providência decretada – por outras palavras, o princípio segundo o qual, sem ação principal, não existe procedimento cautelar.

A solução da inversão do contencioso surge, assim, na sequência da observação que a referida instrumentalidade e dependência do procedimento cautelar, conduz, muitas vezes, a situações em que, na prática, se tenha de repetir inteiramente, no âmbito da ação principal, a mesma controvérsia já anteriormente apreciada, com menor ou maior segurança, no âmbito do procedimento cautelar.

Conforme faz salientar LUCINDA DIAS DA SILVA, a prática tem demonstrado que, frequentemente, o requerido se conforma com a decisão cautelar, abdicando da garantia que lhe é concedida de confrontar o requerente e pôr em causa o direito que a este foi judicialmente reconhecido no procedimento cautelar, quer não deduzindo oposição no procedimento cautelar, quer não contestando na ação principal<sup>22</sup>.

Esta repetição desnecessária de atos era especialmente notória quando o conteúdo da providência cautelar era idêntico ao da sentença definitiva. Acresce que

---

<sup>21</sup> Cfr. Exposição de Motivos da Proposta de Lei n.º 113/XII, disponível in <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=3737>, pp. 8-9.

<sup>22</sup> LUCINDA DIAS DA SILVA, “As alterações no regime dos procedimentos cautelares, em especial a inversão do contencioso”, in *O Novo Processo Civil*, Caderno 1, 2.ª ed., e-book do CEJ, 2013, disponível in [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao\\_jornadas.php](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao_jornadas.php), pp. 127-141 (p. 130).

aquela duplicação processual verificava-se ainda que o tribunal tivesse alcançado, através de um conhecimento meramente sumário, a certeza sobre a existência do direito acautelado.

Foi, portanto, com a preocupação de evitar essa duplicação de tramitações, sobretudo nos casos em que a decisão cautelar pudesse ter, em termos práticos, solucionado efetiva e adequadamente o litígio que opunha as partes, que se veio estabelecer a possibilidade de, em certas circunstâncias, ser decretada a inversão do contencioso.

Para solução do referido problema, uma das alternativas equacionadas foi a *antecipação da decisão final* do litígio no âmbito do próprio procedimento cautelar, em termos análogos aos que estavam previstos no processo experimental, mais concretamente no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 108/2006, de 8 de junho (Regime Processual Civil Experimental). Este preceito, embora de aplicação geográfica limitada<sup>23</sup>, consagrou a possibilidade de, “*quando tenham sido trazidos ao procedimento cautelar os elementos necessários resolução definitiva do caso, o tribunal pode(r), ouvidas as partes, antecipar o juízo sobre a causa principal*”<sup>24</sup>.

A partir deste regime de convolação, produzia-se uma sentença judicial declarativa, com valor de caso julgado material, por um procedimento judicial cautelar<sup>25</sup>. Desde que constassem do procedimento cautelar todos os elementos necessários à resolução definitiva do caso, cabia ao tribunal a iniciativa de substituir a tutela cautelar pela definitiva<sup>26</sup>, depois de ter sido dada às partes a oportunidade para se pronunciarem sobre esta possibilidade.

---

<sup>23</sup> Além disso, este regime processual experimental era apenas aplicável a ações declarativas cíveis a que não correspondesse processo especial e a ações especiais para o cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos.

<sup>24</sup> Contudo, foi no âmbito do contencioso administrativo, que o art. 121.º do CPTA, aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, veio, pela primeira vez no ordenamento jurídico português, permitir a possibilidade de o tribunal, verificados determinados pressupostos, antecipar o juízo sobre a causa principal através do aproveitamento da tramitação percorrida no procedimento cautelar.

<sup>25</sup> Neste sentido, cfr. RUI PINTO, *Notas ao Código, ob. cit.*, p. 311.

<sup>26</sup> Uma das principais críticas apontadas pela doutrina ao regime instituído no art. 16.º do RPCE prende-se com o facto de colocar no juiz a iniciativa da substituição da tutela cautelar pela tutela definitiva, o que podia contender com o princípio da confiança processual das partes e a segurança jurídica, em geral.

Uma outra possibilidade seria a *dispensa automática do ônus de abertura da ação principal*, conduzindo a que se produzisse uma decisão cautelar que manter-se-ia provisória, mas com eficácia material idêntica à de uma sentença judicial declarativa. Essa é, designadamente, a solução em vigor em França, Itália e Alemanha.

A providência de *référé* do sistema jurídico francês, cujo modelo se inspirou o novo Código de Processo Civil brasileiro<sup>27</sup>, mantém-se até que a ação principal, proposta a qualquer tempo, por qualquer das partes, seja julgada, sem prejuízo dos prazos de caducidade e prescrição do direito civil – *vide* artigos 484 e 488 do Código de Processo Civil francês. Enquanto tal não ocorra, a decisão cautelar goza de ampla eficácia, porém subsiste como provisória, nunca produzindo caso julgado<sup>28</sup>.

Esta solução influenciou ainda o direito italiano, resultando dos termos conjugados dos artigos 669-*octies* e 669-*novies* do Código de Processo Civil italiano que o ônus de instaurar a ação principal em sessenta dias não se aplica aos “*provvedimenti di urgenza emessi ai sensi dell’articolo 700*” – semelhantes às nossas providências não especificadas do artigo 362.º –, aos “*provvedimenti cautelari idonei ad anticipare gli effetti della sentenza di mérito*” – *i.e.*, providências antecipatórias – e às “*provvedimenti emessi a seguito di denuncia di nuova opera o di danno temuto ai sensi dell’articolo 688*” – ou seja, providências de denúncia de obra nova ou de dano infecto. Nestas circunstâncias, a providência permanece eficaz, sem dependência de qualquer prazo, se a ação principal não for proposta ou se extinguir, sendo que uma qualquer das partes pode vir a instaurar essa ação<sup>29</sup>.

Na Alemanha, só a requerimento da parte passiva é que será judicialmente imposto ao requerente o ônus de propositura da ação principal em determinado prazo – *vide* § 926/(1) do ZPO, aplicável a qualquer *einstweilige Verfügung*, *ex vi* § 936 do ZPO. Se for esse o caso e a ação principal não for instaurada, tem o requerido a faculdade de solicitar a revogação da medida decretada (§ 926/(2) do ZPO). Se não

---

<sup>27</sup> Cfr. art. 304 do Código de Processo Civil brasileiro.

<sup>28</sup> Cfr. JACQUES VUITTON e XAVIER VUITTON, *Les Référés*, Paris: Litec, 2003, p. 205.

<sup>29</sup> Pese embora maior parte da doutrina fale, a este respeito, de uma instrumentalidade atenuada ou mitigada, para FRANCO CIPRIANI, *Il processo civile nello Stato democratico*, Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2010, pp. 89-90, verificou-se, na verdade, uma verdadeira supressão da instrumentalidade.

for fixado nenhum prazo, a decisão cautelar permanece eficaz enquanto não for revogada por ação promovida pelo requerido.

Ora, a solução consagrada no nosso Código de Processo Civil, mais concretamente nos artigos 369.º e 371.º, é totalmente inovadora, assentando na possibilidade de, mediante requerimento, se dispensar judicialmente o requerente da providência do ónus de propositura da ação principal, deixando a providência decretada de estar sujeita a caducidade.

Sendo a prova produzida no procedimento cautelar suficiente para que se forme convicção segura sobre a existência do direito e a natureza da providência decretada adequada a realizar a composição definitiva do litígio, é invertido o contencioso. Ao invés, passa o requerido a ter o ónus de propor uma ação destinada a impugnar a existência do direito acautelado, “*sob pena de a providência decretada se consolidar como composição definitiva do litígio*”. Desta parte final do artigo 371.º, n.º 1, resulta a originalidade desta solução, já que a decisão alcança o valor de caso julgado material, caso o requerido não intente a referida ação nos trinta dias subsequentes à notificação da decisão que decretou a providência cautelar e inverteu o contencioso<sup>30</sup>. Por outro lado, em vez de se permitir a convolação *ex officio* da tutela cautelar em tutela definitiva, este regime pressupõe o requerimento da parte interessada, ou seja, o requerente da providência.

O novo Código de Processo Civil veio, de facto, alterar o princípio de que o procedimento cautelar é sempre dependência de uma causa, porquanto se estabeleceu um mecanismo de dispensa judicial – eventual – do requerente daquele ónus de abertura da ação principal. Todavia, não abandonou por completo a regra da dependência formal do procedimento cautelar face à ação principal. Paralelamente ao instituto da inversão do contencioso, cujos pressupostos para o seu decretamento analisaremos mais aprofundadamente de seguida, os artigos 364.º, n.º 1, 2.ª parte, e 373.º, n.º 1, mantêm, como regra, o regime que vigorava anteriormente.

---

<sup>30</sup> Esta consolidação também se verifica quando, proposta a ação, o processo estiver parado mais de trinta dias por negligência do requerente ou o réu for absolvido da instância e o autor não propuser nova ação em tempo de aproveitar os efeitos da propositura da anterior (art. 371.º, n.º 2, do CPC).

### 1.3. A oportunidade da apresentação do requerimento

A par do regime regra, segundo o qual o requerente tem de instaurar a ação principal como condição da subsistência, transitória, da providência cautelar, consagrou-se a hipótese de o juiz, na decisão que decreta a providência, dispensar o requerente do ónus de propositura da ação principal se “*a matéria adquirida no procedimento lhe permitir formar convicção segura acerca da existência do direito acautelado*” e se “*a natureza da providência decretada for adequada a realizar a composição definitiva do litígio*”. É o que se chama a inversão do contencioso, a que se refere o n.º 1 do artigo 369.º do CPC, e poderá ocorrer caso o juiz, na decisão que decreta a providência, entenda que estão verificados aqueles dois pressupostos cumulativos.

Antes de mais cabe referir que, conforme se extrai daquele normativo, a inversão do contencioso depende sempre da iniciativa do interessado, que a deve instar através de *requerimento*. Apenas o requerente da providência tem legitimidade para requerer a inversão do contencioso, estando, por isso, vedada a possibilidade de ser oficiosamente decretada pelo juiz<sup>31</sup>.

Como afirma LOPES DO REGO, é o requerente que deve valorar o seu interesse através de um juízo de conveniência ou de oportunidade que lhe permita decidir se lhe interessa ou não a potencial definitividade e consolidação da decisão cautelar<sup>32</sup>.

Em primeiro lugar, o requerimento tem de ser formulado até ao encerramento da audiência final, de acordo com o instituído na primeira parte do n.º 2 do artigo 369.º do CPC. Porém, nos procedimentos sem contraditório prévio, deve o requerente

---

<sup>31</sup> Vide Ac. do TRL, de 20-11-2014, proc. n.º 1972/13.0TVLSB.L1-2, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt): “*Está vedado ao julgador aplicar ex officio o instituto da inversão do contencioso, já que a sua aplicação pressupõe o requerimento da parte interessada, como decorre do n.º 2 do artigo 369º do CPC, concedendo à parte contrária, a possibilidade de deduzir oposição*”.

<sup>32</sup> CARLOS LOPES DO REGO, “O novo processo declarativo”, in *O Novo Processo Civil*, Caderno 2, e-book do CEJ, 2013, disponível in [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao\\_jornadas.php](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao_jornadas.php), pp. 21-32 (p. 29).



deduzir o seu pedido até ao encerramento da audiência realizada sem o contraditório do requerido, uma vez que não é certa a ulterior realização de outra audiência<sup>33</sup>.

Em segundo lugar, se o direito acautelado estiver sujeito a prazo substantivo de caducidade, o requerente, para ser prudente, deve ainda formular o pedido de inversão do contencioso antes daquele se esgotar. Como veremos adiante, aquele pedido provoca a interrupção do prazo de caducidade (artigo 369.º, n.º 3, do CPC), mas se não for deduzido antes de decorrido esse prazo e tiver sido indeferida a inversão do contencioso, o requerente acabará por ver por ver precluída a possibilidade de fazer valer o direito substantivo em causa numa ação principal.

Por último, o requerente só pode manifestar essa pretensão num procedimento cautelar instaurado como preliminar da ação a propor, isto é, se ainda não tiver sido proposta a ação principal. Assim, concordamos inteiramente com TEIXEIRA DE SOUSA quando afirma que a partir do momento em que o requerente solicita a inversão do contencioso constitui-se a exceção de litispendência com a ação na qual é pedida a mesma tutela definitiva<sup>34</sup> – *i.e.*, sempre que na ação não se possa obter algo de diferente do que resulta da conversão da tutela provisória em tutela definitiva (artigos 580.º e 581.º do CPC). A exceção de litispendência deve, portanto, ser alegada na ação para a qual o demandado foi citado em segundo lugar, nos termos conjugados dos artigos 577.º, n.º 1, 578.º e 582.º, n.ºs 1 e 2, todos do CPC<sup>35</sup>.

PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO<sup>36</sup> defendem opinião diversa. Para os autores, nos casos em que é instaurada a ação principal pelo requerente depois de este ter pedido a dispensa do ónus de a propor, mas antes deste pedido ser decidido, verifica-se apenas uma inutilidade superveniente do pedido de

---

<sup>33</sup> Neste sentido, cfr. PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil*, vol. 1, Coimbra: Almedina, 2013, p. 303. Segundo estes autores, do confronto entre a 1.ª parte do n.º 1 do art. 369.º – a decisão de inversão do contencioso dever surgir “na decisão que decreta a providência” – com a 2.ª parte do n.º 2, resulta que, “nos procedimentos sem contraditório prévio, o legislador não prevê a apresentação do pedido de inversão do contencioso na audiência final prevista nos arts. 372.º, n.º 1, al. b), e 367.º”.

<sup>34</sup> MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *As Providências Cautelares e a Inversão do Contencioso*, 2013, disponível in <https://sites.google.com/site/ipccivil/recursos-bibliograficos/5-papers>, pp. 12-13.

<sup>35</sup> Neste sentido, cfr. Ac. do TRL, de 13-10-2016, proc. n.º 2015/13.0TVLSB-D.L1.-2, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>36</sup> PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas*, *ob. cit.*, p. 298.

inversão do contencioso, ao abrigo do disposto no artigo 277.º, al. e), do CPC. Já a situação da ação principal ser proposta pelo requerente depois de deferida a inversão, mas antes de consolidada a providência, tem justamente o efeito de impedir a consolidação desta como composição definitiva do litígio nos termos do artigo 371.º do CPC, já que, se o requerente propuser a ação principal, o requerido fica inibido de o fazer (artigo 564.º, al. c), do CPC).

#### **1.4. A convicção segura acerca da existência do direito**

Conforme vimos expendendo, a providência só será concedida e o requerente dispensado do ónus de propositura da ação principal, se o juiz entender que a matéria adquirida no procedimento lhe permitiu formar convicção segura acerca da existência do direito acautelado e se a natureza da providência decretada for adequada a realizar a composição definitiva do litígio. Logo, trata-se de uma decisão vinculada e não de uma decisão tomada no uso de um poder discricionário do juiz. O tribunal apenas *pode*<sup>37</sup> inverter o contencioso quando se verificarem, cumulativamente, aqueles dois critérios legais.

A primeira condição de deferimento do pedido de dispensa do ónus de propositura da ação principal – convicção segura acerca da existência do direito acautelado – pressupõe uma prova *stricto sensu* do direito acautelado. Com efeito, o juiz só decretará a inversão do contencioso quando o grau de convicção que tiver formado ultrapassar o plano do mero *fumus boni iuris*, que é suficiente para decretar a providência cautelar. A prova deixa de ser sumária e, portanto, não se basta com a mera probabilidade séria da existência do direito acautelado, prevista no artigo 368.º, n.º 1, do CPC.

Trata-se, no fundo, do grau de convicção que se exige do julgador em sede de ação principal, pese embora a sua obtenção deva decorrer da apreciação do pedido,

---

<sup>37</sup> Conforme expõem PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas, ob. cit.*, pp. 299-300, a lei refere que o juiz *pode*, e não que *deve*, inverter o contencioso. Significa isto que estamos perante uma discricionariedade de decisão: “*Apenas o concreto julgador sabe se um investimento acrescido no caso pode permitir a formação da convicção segura – ou a conclusão segura da sua impossibilidade –, de que tempo necessita para tanto e se este emprego do seu tempo é compatível com a urgência do pedido cautelar e com a necessidade de executar o restante serviço do tribunal*” (p. 299). Todavia, se o juiz decidir inverter o contencioso, a apreciação que faça dos seus pressupostos não é discricionária, sendo sindicável por um tribunal superior (art. 370.º, n.º 1, do CPC).

sem necessidade de ser produzida mais prova, à semelhança do previsto no artigo 595.º, n.º 1, al. b), do CPC, a propósito do proferimento de um despacho saneador com valor de sentença. Tendo em conta que o apuramento do grau de convicção na providência cautelar deverá ser obtido de forma casual no procedimento, para poder requerer a inversão do contencioso, não pode o interessado ter-se limitado a apresentar prova sumária do direito que se arroga, bastante para decretar a providência cautelar nos termos do artigo 365.º, n.º 1, do CPC.

O estado do processo deve permitir a convicção segura do direito que a providência se destina a acautelar, sob pena de ser indeferido o requerimento de inversão do contencioso. Tal como propugna RUI PINTO<sup>38</sup>, no caso de os factos enunciados na causa de pedir cautelar carecerem de ser completados com outros para a formação dessa convicção, o requerimento da inversão do contencioso não deverá permitir a alegação de outros factos, nem pode o juiz vir convidar o requerente a completar o objeto processual. Da mesma maneira, se a prova produzida não permitir formar convicção segura, o juiz não deverá ordenar ou permitir mais provas para ficar elucidado.

Caso se admitisse a alegação posterior de factos ou a produção de prova suplementar, desnecessária à tutela cautelar normal, seria permitir o desvirtuamento deste pressuposto legal, uma vez que o tribunal estaria, assim, a admitir que não é seguro que a convicção formada com base na matéria adquirida se reveste do grau de certeza indispensável à decisão de inversão do contencioso<sup>39</sup>. Nestes casos, deve antes ser indeferido o pedido de inversão do contencioso com base na falta deste pressuposto.

### **1.5. A natureza da providência decretada ser adequada a realizar a composição definitiva do litígio**

A segunda condição impõe que a providência decretada seja adequada a realizar a composição definitiva do litígio. Já vimos que, no que diz respeito às providências especificadas, é a própria lei, no n.º 4 do artigo 376.º, do CPC, que determina a quais se aplica, com as necessárias adaptações, o regime da inversão do contencioso, a

---

<sup>38</sup> RUI PINTO, *Notas ao Código, ob. cit.*, p. 314.

<sup>39</sup> PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas, ob. cit.*, p. 301.

saber: à *restituição provisória da posse*, à *suspensão de deliberações sociais*, aos *alimentos provisórios*, ao *embargo de obra nova*, bem como “às demais providências previstas em legislação avulsa cuja natureza permita realizar a composição definitiva do litígio”.

Parece-nos claro que, face às providências excluídas da aplicação deste regime, só é admissível a inversão do contencioso caso a providência cautelar requerida, de carácter nominado ou inominado, não apresente um cariz marcadamente conservatório<sup>40</sup>. Só assim se compreende que se tenham excluído totalmente do âmbito deste instituto o *arresto*<sup>41</sup> e o *arrolamento*, providências nominadas de sentido manifestamente conservatório, e o *arbitramento de reparação provisória*, fundada em decisão precária e limitada quanto ao universo dos danos ressarcíveis (artigo 376.º, n.º 4, *a contrario*).

No n.º 1 do artigo 362.º, a lei especifica que a providência cautelar requerida pode ser conservatória ou antecipatória, sendo certo que a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de dezembro, ao artigo 381.º do Código de Processo Civil de 1961, já consagrava essa distinção. Assim, quanto à finalidade dos procedimentos cautelares, parece o legislador ter aderido à doutrina defendida por ANSELMO DE CASTRO<sup>42</sup>, classificando as providências cautelares em *conservatórias* e *antecipatórias*, consoante, respetivamente, tenham em vista manter a estabilidade da situação jurídica objeto da pretensão enquanto não ocorra a decisão definitiva ou antecipem os efeitos, ou parte dos efeitos, que advirão da procedência da ação principal.

---

<sup>40</sup> Neste sentido, cfr. Ac. do TRP, de 19-05-2014, proc. n.º 2727/13.8TBPVZ.P1, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>41</sup> PAULA COSTA E SILVA, “Cautela e certeza: breve apontamento acerca do proposto regime de inversão do contencioso na tutela cautelar”, *RMP – Cadernos*, 11, Lisboa, 2012, pp. 139-149 (p. 141), considera duvidosa a inaplicabilidade da inversão do contencioso à providência cautelar de arresto. No mesmo sentido, cfr. Parecer da Associação Sindical dos Juizes Portugueses sobre o “*Projecto de Novo Código de Processo Civil*”, de novembro de 2012, disponível in <http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Parecer-CPC-ASJP-Nov-2012.pdf>, pp. 32-33.

<sup>42</sup> Cfr. ARTUR ANSELMO DE CASTRO, *Lições de Processo Civil*, vol. 1, Coimbra: Almedina, 1964, p. 229.

No entanto, outra classificação é, por exemplo, a defendida por TEIXEIRA DE SOUSA<sup>43</sup>, sustentando o autor que as providências cautelares podem prosseguir uma de três finalidades: garantir a realização de uma pretensão e assegurar a sua execução, sendo exemplo de providências de garantia o *arresto* e o *arrolamento*; definir uma situação provisória ou transitória, as chamadas providências de regulação provisória, como sucede com a *restituição provisória da posse*, o *embargo de obra nova* e a *suspensão de deliberações sociais*; antecipar a tutela pretendida ou requerida, enunciando como providências de antecipação e, portanto, com efeitos semelhantes aos da decisão definitiva, os *alimentos provisórios* e o *arbitramento de reparação provisória*.

Já para RUI PINTO<sup>44</sup>, a distinção entre providências cautelares conservatórias e antecipatórias, fundada na relação com a ação principal, deve dar lugar a uma distinção entre providências cautelares antecipatórias ou de segurança, “*fundada na relação material, porque fundada em normas específicas, com o objecto do direito acautelado*”. Assim, “*correlativamente, o pedido cautelar coincidirá com o pedido final ou não coincidirá com o pedido final, respetivamente. Correlativamente, ainda, os efeitos jurídicos cautelares, ainda que provisórios, coincidirão com os efeitos jurídicos finais ou serão diversos dos efeitos jurídicos finais*”. Neste sentido, afirma o autor que a providência antecipatória é aquela que faz uso das mesmas normas materiais que a decisão final, enquanto a providência de segurança é aquela que remete para normas autónomas, frequentemente as próprias normas do Código de Processo Civil que prevêm uma providência cautelar<sup>45</sup>.

Não obstante a distinção concetual decorrente da referência legal expressa, como bem sublinha RITA LYNCE DE FARIA, do Código de Processo Civil de 2013 extrai-se “*o primeiro efeito jurídico que o legislador processual civil retirará da distinção entre providências antecipatórias e conservatórias*”<sup>46</sup>. Antes da

---

<sup>43</sup> MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Lex, 1997, pp. 235 e ss..

<sup>44</sup> RUI PINTO, *Notas ao Código*, ob. cit., pp. 299-300.

<sup>45</sup> RUI PINTO, *Notas ao Código*, ob. cit., p. 314.

<sup>46</sup> RITA LYNCE DE FARIA, “Apreciação da proposta de inversão do contencioso cautelar apresentada pela Comissão de Reforma do Código de Processo Civil”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, 2013, pp. 1139-1153 (p. 1152).

consagração do regime da inversão do contencioso, daquela dicotomia não era retirada nenhuma consequência.

Tendo em consideração que, invertido o contencioso, o juiz limita-se a aditar um *plus*<sup>47</sup> à decisão cautelar – a sua vocação de definitividade – e que, não tendo o requerido proposto a ação de impugnação do direito acautelado, a providência cautelar tornar-se-á definitiva, faz sentido que a lei exija que a natureza da providência decretada seja adequada a realizar a solução definitiva do litígio.

Alguns autores entendem que, para a medida ter a potencialidade de se consolidar pelo decurso do tempo, será necessário que tenha um sentido antecipatório, mais concretamente, que a tutela cautelar possa substituir a tutela definitiva que – se não tivesse havido inversão do contencioso – o requerente teria o ónus de requerer na subsequente ação principal<sup>48</sup>. RUI PINTO propugna que apenas as providências cautelares antecipatórias e, portanto, aquelas que fazem uso das mesmas normas materiais que dariam a procedência na decisão final, é que permitem que a parte ativa requeira a dispensa do ónus de abertura da via principal<sup>49</sup>. Outros autores defendem, num sentido mais restrito, que este pressuposto somente se verifica nas hipóteses em que o juiz pode concluir que o conflito ficaria sanado com o decretamento da providência, sendo a ação principal desnecessária, apenas destinada a satisfazer a exigência legal e a evitar a caducidade da providência<sup>50</sup>.

Estamos em crer que não é preciso ir tão longe e que tal condição ocorrerá se a providência decretada – mesmo que de carácter nominado – tiver um sentido antecipatório. Se a tutela cautelar cumprir uma função completamente distinta daquela que será a tutela definitiva, a sua natureza excluirá a aptidão para representar a resolução definitiva do litígio.

---

<sup>47</sup> LOPES DO REGO, “O novo processo”, *ob. cit.*, p. 32.

<sup>48</sup> Neste sentido, cfr. RITA LOBO XAVIER, INÊS FOLHADELA e GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos de Direito Processual Civil: Teoria Geral, Princípios, Pressupostos*, Porto: Universidade Católica Editora, 2014, p. 67; e TEIXEIRA DE SOUSA, *As Providências Cautelares*, *ob. cit.*, pp. 10-11.

<sup>49</sup> RUI PINTO, *Notas ao Código*, *ob. cit.*, p. 315.

<sup>50</sup> Um exemplo claro será o da proibição da realização de um certo evento numa determinada data. Neste sentido, cfr. PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas*, *ob. cit.*, p. 302.

A providência terá, portanto, que ser adequada ao ponto de se substituir à tutela definitiva que o requerente obterá no âmbito de uma ação principal. Contudo, a nosso ver, não necessita de existir total coincidência entre a providência e o resultado que seria obtido na ação principal que seria proposta caso não tivesse sido decretada a inversão do contencioso.

Voltaremos a este ponto mais à frente, ao analisarmos a aplicação do instituto da inversão do contencioso no procedimento cautelar especificado de suspensão de deliberações sociais.

### **1.6. Meios de defesa do requerido**

Certas providências cautelares podem ser decretadas sem a prévia audição da contraparte, sendo essa possibilidade coberta pelo desvio ao princípio do contraditório admitido pelo n.º 2 do artigo 3.º do CPC. Contudo, a regra geral é que o tribunal ouve o requerido, sendo este citado para deduzir oposição sempre que a audiência não ponha em risco sério o fim ou a eficácia da providência, conforme resulta do n.º 1 do artigo 366.º do CPC<sup>51</sup>.

Uma vez que, nos termos do artigo 366.º, n.º 4, do CPC, está vedada a possibilidade de ser realizada a citação edital, o juiz deve ainda dispensar a audiência do requerido quando se certifique que não é viável a sua citação pessoal. É a urgência na composição provisória do litígio que justifica que a audição seja diferida: o requerente solicita uma tutela rápida e tal não se compadece com a morosidade própria da citação edital. Só depois de o tribunal proferir uma decisão é que se renova a tentativa de citação<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> Em alguns procedimentos cautelares é, porém, imposta a dispensa de audiência prévia do requerido, uma vez verificados certos pressupostos, como é o caso do arresto (art. 393.º, n.º 1, do CPC) e da restituição provisória da posse (art. 378.º do CPC).

<sup>52</sup> Posto isto, coloca-se a seguinte questão: depois de decretada a medida cautelar se voltar a frustrar a citação pessoal, não poderá também neste caso haver lugar à citação por edital? Uma vez que a lei não se pronuncia expressamente relativamente a esta hipótese, subscrevemos na íntegra os argumentos apresentados por LUCINDA DIAS DA SILVA, “As alterações no regime dos procedimentos”, *ob. cit.*, pp. 133-134 e, como tal, entendemos que sempre que o contraditório seja diferido, deve o requerido ser citado editalmente quando a citação pessoal não for possível, para, depois de decretada a providência, ser assegurada ao requerido a possibilidade de deduzir defesa. Neste momento, já se encontram superadas as exigências de rapidez que ditam a proibição de citação edital na tutela cautelar – “o

Importa desde já adiantar que o pedido de inversão do contencioso está sujeito ao necessário contraditório do requerido. Tratando-se, portanto, de procedimento *sem contraditório prévio* — ou seja, se o contraditório só puder ser exercido depois do decretamento da providência —, querendo o requerido opor-se à inversão do contencioso, poderá fazê-lo em conjunto com a oposição da providência decretada, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 369.º do CPC.

Assim, se o requerido pretender alegar factos ou produzir meios de prova que não foram tidos em conta pelo tribunal e que possam afastar os fundamentos da providência ou determinar a sua redução, deve optar pela via da oposição, impugnando simultaneamente a decisão que tenha invertido o contencioso (artigo 372.º, n.º 1, al. b), e n.º 2, do CPC)<sup>53</sup>.

Conforme estabelece o n.º 1 do artigo 372.º do CPC, a oposição deverá ser deduzida no prazo de dez dias<sup>54</sup> contados a partir da data de notificação da decisão<sup>55</sup>, sendo certo que este prazo pode ser acrescido de dilação<sup>56</sup>. Todavia, nunca poderá exceder a duração de dez dias, nos termos do artigo 366.º, n.º 3, daquele diploma.

Uma vez deduzida a oposição, pode o juiz decidir pela manutenção ou revogação da decisão que inverteu o contencioso, nos termos do n.º 3 do artigo 372.º do CPC, constituindo tal apreciação judicial complemento e parte integrante da decisão inicialmente proferida.

Quando seja *ouvido antes do decretamento da providência*, o requerido apenas exerce o seu direito de resposta no respetivo articulado de contestação nas hipóteses em que requerente formula o pedido de inversão do contencioso no requerimento inicial. Nos casos em que o pedido é deduzido posteriormente, o requerido terá

---

*requerente já se encontra garantido, a providência cautelar já foi concedida*”. Vale o exposto sobretudo se atendermos que o procedimento cautelar já não é, forçosamente, seguido por uma ação principal, pelo que, adoptando diferente interpretação, a decisão cautelar consolidar-se-ia como definitiva composição do litígio sem que ao requerido fosse, efetivamente, concedida a possibilidade de propor a ação de impugnação do direito acautelado. Também neste sentido, cfr. PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas*, ob. cit., p. 293.

<sup>53</sup> Deve, porém, optar pela via de recurso quando entenda que, face aos elementos apurados, a providência não devia ter sido deferida (art. 372.º, n.º 1, al. a), e n.º 2, do CPC).

<sup>54</sup> Cfr. art. 293.º, n.º 2, ex vi art. 365.º, n.º 3, ambos do CPC.

<sup>55</sup> Ou seja, na sequência da notificação prevista no n.º 6 do art. 366.º do CPC.

<sup>56</sup> Quando a ela haja lugar nos termos do art. 245.º do CPC.



oportunidade de se pronunciar sobre a inversão do contencioso, ao abrigo do princípio do contraditório a que se reporta o n.º 3 do artigo 3.º CPC.

Note-se que a petição de inversão do contencioso pode ser formulada, no limite, até ao encerramento da audiência final. Por esse motivo, pedindo o requerente a palavra após as alegações finais do mandatário do requerido<sup>57</sup> para formular aquele pedido, deverá, de seguida, ser dada a palavra ao requerido para que exerça o seu direito de contraditório<sup>58</sup>.

### 1.7. Consequências da inversão do contencioso

Desde logo, de acordo com o que se extrai do n.º 3 do artigo 369.º, estando o direito acautelado sujeito a caducidade, esta interrompe-se com o pedido de inversão do contencioso, reiniciando-se a contagem a partir do trânsito em julgado da decisão que indefira o pedido de inversão<sup>59</sup>. Trata-se de um caso de *interrupção do prazo de caducidade* ressalvado pelo artigo 328.º do CC.

Assim, se o direito acautelado estiver sujeito a prazo substantivo de caducidade, como é o caso, v.g., da ação de anulação de deliberação social (artigo 59.º, n.º 2, do

---

<sup>57</sup> Cfr. art. 295.º do CPC.

<sup>58</sup> Na opinião de PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas, ob. cit.*, pp. 303-304, apesar desta ser a solução legislativa, quanto mais tarde for o requerido confrontado com o pedido da inversão do contencioso mais complicada, por um lado, se torna a tarefa do juiz de, através da matéria adquirida no procedimento, formar convicção segura acerca da existência do direito e, por outro lado, maior será a potencial agressão ao direito fundamental a um processo equitativo, imposto pelo art. 20.º, n.º 4, da CRP, o qual compreende a garantia de um acesso à justiça informado e esclarecido. Para o Conselho Superior do Ministério Público, no seu Parecer sobre o “*Projecto de Lei 113/XII/2.ª (GOV) que aprova o Código de Processo Civil*”, disponível in [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/parecer\\_CSMP.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/parecer_CSMP.pdf), p. 47, um prazo tão amplo para requerer a dispensa de propor a ação principal pode “*colocar o requerido perante uma decisão-surpresa, pelo que seria eventualmente preferível que tal requerimento devesse ter lugar logo na petição inicial*”.

<sup>59</sup> A redação do art. 369.º, n.º 3, foi introduzida no âmbito da discussão parlamentar na especialidade da Proposta de Lei n.º 113/XII/2.ª (Gov.), a qual substituiu a redação originária que era a seguinte: “*se o direito acautelado estiver sujeito a caducidade, esta interrompe-se com o pedido de inversão do contencioso, reiniciando-se a contagem do prazo a partir do trânsito em julgado da decisão proferida sobre a questão*”. Ora, esta primeira redação criava uma situação anacrónica, já que após a obtenção de uma decisão sobre o pedido, ainda que esta fosse favorável, reiniciava-se o prazo tendo o requerente de propor a ação principal de forma a impedir a caducidade, para que desta forma não visse extinguido o seu direito. *Vide*, sobre esta questão, o Parecer da Associação Sindical dos Juizes Portugueses apresentado à Assembleia da República, em janeiro de 2013, pp. 29-30, disponível in <http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Parecer-ASJP-Janeiro-2013.pdf>.

CSC)<sup>60</sup> e das ações possessórias (artigo 1282.º do CC), este interrompe-se com o pedido de inversão do contencioso. A formulação deste pedido traduz, em concreto, o ato a que se alude no artigo 331.º do CC. Apenas o trânsito em julgado que negue o pedido de inversão do contencioso tem por efeito marcar o reinício do prazo de caducidade.

Tendo em consideração que esse pedido provoca a interrupção do prazo de caducidade, se o houver, o requerente deverá formular o respetivo requerimento antes daquele se esgotar<sup>61</sup>. Se assim não fizer e o pedido de inversão de contencioso for indeferido, já não poderá fazer valer o direito substantivo numa ação principal.

Se o juiz decretar a medida cautelar e inverter o contencioso, o primeiro efeito processual dessa decisão será a *dispensa do requerente do ónus de intentar a ação principal*, nos termos previstos no artigo 373.º, n.º 1, do CPC. O ónus de propositura de uma ação é transferido para o requerido que deve intentar uma ação destinada a impugnar a existência do direito acautelado, se não quiser que a providência decretada se consolide como composição definitiva do litígio. Se o requerido não tomar a iniciativa de propor aquela ação, o litígio ficará resolvido nos termos fixados na providência cautelar decretada, de acordo com o disposto no artigo 371.º, n.º 1, do CPC.

Daqui decorre o segundo efeito do decretamento da inversão do contencioso. Se o requerido não propuser tal ação no prazo previsto, a providência decretada consolida-se como solução definitiva do litígio. O mesmo efeito processual verificar-se-á no caso de a ação de impugnação ser proposta, mas o processo ficar parado por mais de trinta dias por negligência do autor ou o réu ser absolvido da instância (artigo 371.º, n.º 2, do CPC).

---

<sup>60</sup> Voltaremos a este ponto mais adiante, ao analisarmos a aplicação do instituto da inversão do contencioso no âmbito da suspensão das deliberações sociais.

<sup>61</sup> PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas*, ob. cit., p. 305, entendem que esta solução legal abre caminho a estratégias processuais indesejadas: “Se o titular do direito quiser que o prazo de caducidade seja estendido, bastar-lhe-á instaurar um procedimento cautelar, formulando o pedido de inversão do contencioso no requerimento inicial, assim conseguindo o efeito pretendido, ainda que o requerimento seja liminarmente indeferido”. Contudo, conforme relembram os próprios autores, a interrupção do prazo só ocorrerá uma vez, dado que o art. 362.º, n.º 4, do CPC veda a possibilidade de repetição, na pendência da mesma causa, de providência que haja sido julgada injustificada ou tenha caducado.

A nosso ver, a expressão *consolidação da providência como composição definitiva do litígio* (artigo 371.º, n.º 1, do CPC) significa que esta adquire a qualidade de caso julgado material, nos termos dos artigos 580.º e 581.º do CPC, pois, conforme melhor veremos, já não poderá ser revogada, salvo por recurso extraordinário<sup>62</sup>. O juízo que permite a prolação da decisão é um juízo de certeza e, por isso, transformada a tutela cautelar em tutela definitiva, não poderá ser proposta uma ação destinada à apreciação da mesma questão jurídica (artigos 577.º, al. i), e 578.º do CPC).

### **1.8. A propositura da ação de impugnação do direito acautelado**

Logo que transite em julgado a decisão que haja decretado a providência cautelar e invertido o contencioso, em conformidade com o n.º 1 do artigo 371.º do CPC, é o requerido notificado com a advertência de que, querendo, deverá intentar a ação destinada a impugnar a existência do direito acautelado nos trinta dias subsequentes à notificação<sup>63</sup>. Se nada fizer, a providência conserva a vocação que lhe foi concedida de definitividade.

Assegura a primeira parte desse normativo que a referida ação ocorre “*sem prejuízo das regras sobre a distribuição do ónus da prova*”<sup>64</sup>. Neste sentido, a inversão do contencioso não significará a alteração das regras de direito probatório material relativas à distribuição do ónus da prova, mas apenas uma inversão do ónus do impulso processual. De acordo com a regra geral, o requerente será o autor na ação principal. Invertido o contencioso, o requerido passa a ser o autor na ação de impugnação do direito acautelado.

---

<sup>62</sup> Neste sentido, cfr. RUI PINTO, *Notas ao Código*, ob. cit., p. 320. Diferente é a posição de PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas*, ob. cit., pp. 297-298, que encaram a consolidação da providência como uma exceção dilatória inominada, por não se encontrar elencada no art. 577.º do CPC, sendo de conhecimento oficioso e próxima da exceção de caso julgado, mas que com esta não se confunde.

<sup>63</sup> Esta notificação ocorre, portanto, após a decisão que decreta a providência e que determine a inversão do contencioso. Iremos abordar em capítulo autónomo as particularidades de tempestividade e legitimidade para esta ação prevista no art. 382.º do CPC para o caso da providência cautelar de suspensão de deliberações sociais.

<sup>64</sup> Em momento anterior à versão final da Proposta de Lei n.º 113/XII, uma das questões colocadas relativamente à inversão do contencioso tinha que ver, precisamente, com a distribuição do ónus da prova na ação a ser intentada pelo requerido, uma vez que, na proposta inicial, não constava a primeira parte do atual art. 371.º, n.º 1, do CPC.

No entanto, há que ter em atenção que a ação que irá ser proposta pelo requerido será, tendencialmente, uma ação de simples apreciação negativa, prevista no artigo 10.º, n.º 3, al. a), do CPC, na qual o requerido, autor na ação principal, pretenderá que o tribunal declare a inexistência do direito afirmado pela decisão cautelar.

Esta natureza – de ação de simples apreciação negativa – convocaria a regra vertida no n.º 1 do artigo 343.º do CC, enquanto regra específica de atribuição do ónus da prova. Todavia, existindo decisão judicial transitada em julgado que reconhece a existência do direito acautelado, impor ao réu, requerente da providência, a prova dos factos constitutivos do seu direito<sup>65</sup>, é uma solução que não nos parece suficientemente protetora dos interesses em jogo.

Partilhamos, por isso, o entendimento de TEIXEIRA DE SOUSA<sup>66</sup> segundo o qual, não obstante a ressalva feita no n.º 1 do artigo 371.º, na ação de simples apreciação negativa que é instaurada para evitar a consolidação da providência cautelar, o ónus da prova tem de pertencer ao autor da ação, requerido no procedimento cautelar. Em defesa desta posição, argumenta o autor que, de outro modo, “*a inversão do contencioso em nada beneficiaria o requerente da providência*”, já que “*esse requerente (agora réu) encontrar-se-ia na mesma posição se não tivesse havido inversão do contencioso e se fosse sobre ele que recaísse o ónus de instaurar a ação principal*”.

Assim, tendo a ação instaurada pelo requerido a natureza de ação de simples apreciação negativa, incumbirá ao autor, requerido da providência, o ónus de provar quer os factos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito acautelado, quer a inexistência dos factos constitutivos desse direito<sup>67</sup>. Espaço apenas para referir que a

---

<sup>65</sup> De notar que nem o julgamento da matéria de facto, nem a decisão final proferida no procedimento cautelar, têm qualquer influência no julgamento da ação principal (art. 364.º, n.º 4, do CPC).

<sup>66</sup> TEIXEIRA DE SOUSA, *As Providências Cautelares*, ob. cit., pp. 14-15.

<sup>67</sup> Em sentido contrário, cfr. ABÍLIO NETO, *Novo Código de Processo Civil: Anotado*, 2.ª ed., Lisboa: Ediforum, 2014, p. 442; e PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas*, ob. cit., pp. 310-311.

impugnação do requerente pode também ser efetuada através de uma ação que tenha por objeto um direito incompatível com o direito acautelado no procedimento<sup>68</sup>.

Sublinhe-se que a simples propositura da ação destinada a impugnar a existência do direito acautelado não garante, *per se*, que a decisão proferida no procedimento cautelar perca a vocação de definitividade. De acordo com o instituído no n.º 2 do artigo 371.<sup>o</sup><sup>69</sup>, a mencionada consolidação da providência como definitiva composição do litígio verifica-se também quando, proposta a ação, o processo estiver parado por mais de trinta dias por negligência do autor – requerido no procedimento cautelar – ou o réu – requerente no procedimento cautelar – for absolvido da instância e o autor não propuser nova ação em tempo de aproveitar os efeitos da propositura anterior (cfr. artigo 279.<sup>o</sup>, n.º 2, do CPC).

Se o requerido propuser a ação e esta for julgada procedente, a providência decretada caduca depois de a decisão transitar em julgado, nos termos do n.º 3 do artigo 371.<sup>o</sup> do CPC<sup>70</sup>. Este efeito implica ainda a possível sujeição do requerente à consequência prevista no artigo 374.<sup>o</sup>, n.º 1, do CPC.

Importa não esquecer que se trata, aqui, de uma ação completamente autónoma, pelo que, não só não tem efeito suspensivo da exequibilidade da decisão cautelar entretanto transitada em julgado, como as partes também podem interpor os competentes recursos, tanto ordinários como extraordinários, da respetiva sentença, sem que estejam sujeitos aos limites fixados pelo artigo 370.<sup>o</sup>, n.º 2, do CC.

### **1.9. A (ir)recorribilidade da decisão proferida**

Da decisão que decreta a inversão do contencioso não é possível interpor recurso autónomo. Tal como dispõe a primeira parte do n.º 1 do artigo 370.<sup>o</sup> do CPC, o requerido<sup>71</sup> apenas pode recorrer desta decisão se recorrer da decisão que decreta a providência cautelar. Assim, a decisão que decreta a inversão do contencioso é

---

<sup>68</sup> Neste sentido, cfr. TEIXEIRA DE SOUSA, *As Providências Cautelares*, *ob. cit.*, p. 15; e PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas*, *ob. cit.*, p. 310.

<sup>69</sup> Esta norma prevê um regime simétrico ao estipulado nas als. b) e d) do n.º 1 do art. 373.<sup>o</sup> do CPC, aplicável nas hipóteses em que há lugar à aplicação da regra geral.

<sup>70</sup> Mais uma vez, esta solução é paralela à prevista na al. c) do n.º 1 do art. 373.<sup>o</sup> do CPC, para as hipóteses em que não é decretada a inversão do contencioso.

<sup>71</sup> Quanto à legitimidade para a interposição de recurso, cfr. art. 631.<sup>o</sup>, n.ºs 1 e 2, do CPC.

suscetível de recurso de apelação, contudo essa decisão não é autonomamente recorrível – cfr. regra geral do artigo 644.º, n.º 3, do CPC, em conjugação com o n.º 1, al. a), dessa norma. Esse recurso terá de ser interposto em conjunto com o recurso da decisão sobre a providência requerida, no prazo de quinze dias<sup>72</sup> – de acordo com o n.º 1 do artigo 363.º<sup>73</sup> –, sendo que sobe em separado e, em regra, com efeito meramente devolutivo, nos termos dos artigos 645.º, n.º 2, e 647.º, n.º 1, todos do CPC.

Relembramos que, no caso de a providência ter sido decretada sem a audição prévia do requerido, este deverá optar por recorrer, nos termos gerais, do despacho que a decretou, sempre que entenda que, face aos elementos apurados, ela não devia ter sido deferida (artigo 372.º, n.º 1, al. a), do CPC)<sup>74</sup>. Se, concedida a providência cautelar e invertido o contencioso, o requerido não interpuser recurso de qualquer das decisões, nem deduzir oposição em caso de contraditório deferido, estas transitam em julgado, convertendo-se a decisão proferida em potencial resolução definitiva do litígio.

Se o requerido interpuser recurso das duas decisões e o tribunal superior as mantiver, estas transitaram igualmente em julgado e a decisão proferida converte-se, tal como referido anteriormente, em potencial solução definitiva do litígio (artigo 371.º, n.º 1, do CPC). Se, pelo contrário, se mantiver a providência, mas não a inversão do contencioso, sobre o requerente passa a impender o ónus de propor a ação principal, sob pena de caducidade da providência. O prazo previsto na al. a) do n.º 1 do artigo 373.º do CPC tem início com a notificação do trânsito em julgado da decisão e o prazo de caducidade, entretanto interrompido com o pedido de inversão do

---

<sup>72</sup> Cfr. art. 638.º, n.º 1, do CPC.

<sup>73</sup> Com o Ac. do STJ, de Uniformização de Jurisprudência n.º 9/2009, de 31-03-2009, proc. n.º 07B4716, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), fixou-se jurisprudência no sentido de que “*Os procedimentos cautelares revestem sempre carácter urgente mesmo na fase de recurso*”. Assim, os atos que integram estes procedimentos podem ser praticados mesmo em férias judiciais (art. 137.º, n.ºs 1 e 2, do CPC), não se suspendendo nestes períodos os prazos para a sua prática (art. 138.º, n.º 1, do CPC).

<sup>74</sup> Relembramos que deve optar por deduzir oposição quando pretenda alegar factos ou produzir meios de prova que não foram tidos em conta pelo tribunal e que podem afastar os fundamentos da providência ou determinar a sua redução (art. 372.º, n.º 1, al. b), do CPC).

contencioso, retoma a sua contagem com o trânsito em julgado da decisão que infirma a inversão do contencioso<sup>75</sup>.

De notar que o n.º 2 do artigo 370.º do CPC mantém a solução de que das decisões proferidas nos procedimentos cautelares não cabe recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, alargando essa restrição à decisão que inverte o contencioso, ressaltando-se, porém, os casos em que o recurso é sempre admissível. Só haverá, assim, recurso – de revista – para o Supremo Tribunal de Justiça desde que verificada uma das previsões contempladas nas alíneas do n.º 2 do artigo 629.º do CPC<sup>76</sup>.

Em nosso entender, e conforme se deixou já referido, a consolidação da providência como definitiva composição do litígio adquire a qualidade de caso julgado material, nos termos dos artigos 577.º, al. i), e 578.º do CPC. Neste sentido, operada essa consolidação, a decisão fica sujeita apenas à possibilidade de interposição de recurso extraordinário (artigo 627.º, n.º 2, do CPC)<sup>77</sup>.

Por sua vez, por força do disposto no artigo 370.º, n.º 1, 1.ª parte, do CPC, a decisão que indefira a inversão do contencioso é irrecorrível, mesmo nos casos em que o recurso é sempre admissível. Está, portanto, vedada a possibilidade de recurso quanto à decisão que não admita a inversão do contencioso, ainda que o requerente tenha interposto recurso da decisão que tenha indeferido a providência requerida.

Tal irrecurribilidade justifica-se pela discricionariedade decisória permitida ao juiz aquando da apreciação do pressuposto positivo, de tal forma que não se pode exigir que a matéria de facto permita ao juiz concluir pela existência do direito: a convicção de um juiz não tem de ser igual à de outro, visto que cada juiz aprecia livremente as provas segundo a sua prudente convicção acerca de cada facto (artigo 607.º, n.º 5, do CPC)<sup>78</sup>.

---

<sup>75</sup> Cfr. art. 369.º, n.º 3, do CPC.

<sup>76</sup> Em crítica a esta solução, ABÍLIO NETO, *Novo Código*, *ob. cit.*, p. 441, defende que, embora formalmente a decisão que decreta a providência e inverte o contencioso seja proferida no âmbito de uma providência cautelar, do ponto de vista do direito material, conhece definitivamente do fundo, pelo que os recursos a que houvesse lugar deveriam ser os correspondentes à ação principal.

<sup>77</sup> Neste sentido, cfr. RUI PINTO, *Notas ao Código*, *ob. cit.*, p. 321.

<sup>78</sup> Neste sentido, cfr. JORGE AUGUSTO PAIS DE AMARAL, *Direito Processual Civil*, 11.ª ed., Coimbra: Almedina, 2013, p. 50.

## II. A providência cautelar de suspensão de deliberações sociais

### 2.1. A evolução legislativa

O Código Comercial de 1888 veio prever, pela primeira vez, um procedimento especificamente destinado à suspensão de deliberações sociais, cujo artigo 186.º dispunha: “*Todo o acionista tem direito de protestar contra as deliberações tomadas em oposição às disposições expressas na lei e nos estatutos, e poderá requerer ao respetivo juiz presidente do tribunal de comércio a suspensão da execução de tais deliberações, com prévia notificação dos diretores*”.

Em 1895, o teor desse preceito foi desenvolvido e a providência a ser regulada pelo Código de Processo Comercial<sup>79</sup>, o qual passou a regular certos “*atos preventivos e preparatórios para algumas causas*” e, entre eles, a suspensão de deliberações sociais, nos seus artigos 115.º e 116.º. Criadas, entre nós, as sociedades por quotas, a respetiva lei – Lei de 11 de abril de 1901 – retomou novamente o tema, alargando a aplicação da providência a este tipo societário.

Mais tarde, o Código de Processo Comercial de 1905<sup>80</sup> limitou-se a reproduzir os artigos do Código anterior, acrescentando-lhe, todavia, um número, com o intuito de incluir no processo comercial a matéria preceituada na Lei das Sociedades por Quotas<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> Aprovado por Decreto Ditatorial de 24 de janeiro de 1895. Recorde-se, porém, que o Código de Processo Comercial de 1895 foi substituído por novo Código, logo em 1896, aprovado pela Carta de Lei de 13 de maio desse ano. O legislador de 1896 manteve-se, no essencial, fiel ao texto que resultava dos arts. 115.º e 116.º do Código de 1895.

<sup>80</sup> Aprovado pelo Decreto de 14 de dezembro de 1905.

<sup>81</sup> Dispunha o art. 124.º do Código de Processo Comercial de 1905: “*Todo o acionista que houver protestado em assembleia geral contra deliberações nela tomadas, em oposição às disposições expressas na lei e nos estatutos, e as queira fazer suspender, assim o deverá requerer no prazo de cinco dias depois da reunião da assembleia geral, justificando a sua qualidade e instruindo o requerimento com a ata ou com o termo de protesto. § 1.º A mesa da assembleia geral em que o acionista houver protestado, nos termos deste artigo, deve entregar no prazo de vinte e quatro horas cópia da ata. § 2.º Se não se cumprir o prescrito no parágrafo antecedente, fará fé contra a sociedade o protesto do requerente, lavrado nos termos do artigo 49.º deste código, salva a prova contrária que a direção da sociedade possa dar, nos termos do § 4.º. § 3.º O juiz mandará notificar a direção da sociedade para responder em três dias o que se lhe ofereça. Findo o prazo dos três dias, e com resposta ou sem ela, irão os autos imediatamente conclusos ao juiz proferir sua decisão, conforme for de direito. § 4.º Desde a data da notificação não poderá a direção executar a deliberação recorrida, e contra a prova resultante do termo do protesto só poderá oferecer a certidão da*



Como se pode ver, a suspensão de deliberações sociais figurava, no Código de Processo Comercial, como um processo especial relativo ao exercício dos direitos sociais. Ainda assim, a lei cominava a sua caducidade uma vez decorrido certo prazo sem que a ação de anulação fosse proposta, motivo pelo qual se entendia que o pedido de suspensão constituía antes um ato preparatório da ação de anulação das deliberações sociais.

O Código de Processo Civil de 1939 incluiu, finalmente, a suspensão de deliberações sociais entre os processos preventivos e conservatórios. A partir dos artigos 403.<sup>o82</sup> e 404.<sup>o83</sup> daquele Código alcançou-se uma afinação dos respetivos requisitos, referindo-se agora expressamente que o pedido de suspensão das deliberações constituía um “*ato preparatório da ação de anulação*”.

Entre as alterações introduzidas no regime, importa, desde logo, sublinhar que a lei veio estender a providência a todas as sociedades, “*seja qual for a sua espécie*”. Todavia, ensinava ALBERTO DOS REIS<sup>84</sup> que tal não significava que a providência da suspensão tinha cabimento qualquer que fosse a espécie de sociedade que havia tomado a deliberação. O pedido da suspensão só podia ter lugar como ato preparatório da ação de anulação da deliberação social e, consequentemente, a providência só podia ter lugar nos casos em que a ação anulatória era admissível, *i.e.*, relativamente às deliberações das sociedades comerciais e das sociedades civis sob forma

---

*respetiva ata. § 5.º O sócio da sociedade por quotas, que devidamente tiver protestado contra deliberações sociais, pode requerer a suspensão de tais deliberações, dentro do prazo de cinco dias, a contar do protesto, devendo produzir o instrumento deste ou cópia legal, bem como justificar a qualidade de sócio e observando-se na parte aplicável o disposto nos dois parágrafos antecedentes.”* Por sua vez, o art. 125.º desse Código estabelecia o seguinte: “*A suspensão, quando ordenada nos termos do artigo antecedente, caducará, independentemente de despacho, se a ação pedindo a anulação das deliberações arguidas não for distribuída no prazo de 20 dias, a contar daquele em que se realizou a reunião da assembleia geral, quando se trate de sociedade anónima, ou a contar do protesto, quando se trate de sociedade por quotas.*”

<sup>82</sup> Art. 403.º do CPC de 1939: “*Se alguma sociedade, seja qual for a sua espécie, tomar deliberações contrárias às disposições expressas na lei ou nos estatutos, pode qualquer sócio, como ato preparatório, da ação de anulação, requerer, no prazo de cinco dias, independentemente de protesto, que as respetivas deliberações sejam suspensas, justificando a sua qualidade de sócio e mostrando que da execução das deliberações pode resultar dano apreciável.*”

<sup>83</sup> Art. 404.º do CPC de 1939: “*A direção da sociedade poderá contestar o pedido; e, findo o prazo da contestação, se decidirá. Ainda que a deliberação seja contrária à lei ou aos estatutos, pode o juiz deixar de a suspender, se entender, no seu prudente arbítrio, que o prejuízo resultante da suspensão é superior ao que poderá derivar da execução.*”

<sup>84</sup> ALBERTO DOS REIS, *Código de Processo Civil*, ob. cit., pp. 675-676.

comercial<sup>85</sup>. Além disso, a ação de anulação e, portanto, a referida providência, só podia ser dirigida contra deliberações tomadas em reuniões ou assembleias gerais de sócios, e não contra as deliberações tomadas pelos órgãos de administração ou pela gerência das sociedades<sup>86</sup>.

No Código de Processo Civil de 1939, passou ainda a ser necessária a demonstração de que da deliberação contrária às disposições expressas na lei ou nos estatutos pudesse resultar dano apreciável e foi atribuído ao juiz o poder de ponderar se o prejuízo resultante da suspensão seria superior ao que pudesse derivar da execução da deliberação em jogo. Por outro lado, deixou de se exigir o protesto e omitiu-se a regra segundo a qual a notificação da providência determinava que o órgão de administração ficasse proibido de executar a deliberação impugnada.

Mais tarde, o Código de Processo Civil de 1961, nos artigos 396.º e 397.º, reformulou os preceitos relativos à suspensão das deliberações sociais em termos muito mais pormenorizados, verificando-se também uma melhor arrumação técnica, através da numeração dentro dos próprios artigos. No n.º 4 do artigo 397.º, o legislador veio ainda reintroduzir a regra segundo a qual a notificação da providência determinava que o órgão de administração ficasse proibido de executar a deliberação impugnada. Trata-se, portanto, de uma repristinação do artigo 214.º, § 4.º, do antigo Código de Processo Comercial de 1905.

Na revisão de 1967 — Decreto-Lei n.º 47 690, de 11 de maio de 1967 —, o Código de Processo Civil efetuou o alargamento da providência às associações e aos condóminos<sup>87</sup> e abandonou a referência à contrariedade perante as disposições “*expressas na lei ou nos estatutos*”, passando a referir-se a “*deliberações contrárias à lei, aos estatutos ou ao contrato*”<sup>88</sup>.

---

<sup>85</sup> Apenas a lei comercial colocava à disposição dos sócios a ação de anulação.

<sup>86</sup> Atualmente ainda se mantém esta discussão na doutrina.

<sup>87</sup> Mais concretamente, às “*deliberações anuláveis das assembleias de condóminos de prédio sujeito ao regime de propriedade horizontal*”. Sendo certo que a possibilidade de anulação e suspensão das deliberações dos condóminos resultava já do Decreto-Lei n.º 40 333, de 14 de outubro de 1955, tendo tal regra sido refletida na primeira versão do CC de 1966.

<sup>88</sup> O emprego da expressão “*disposições expressas*” motivou enormes divergências interpretativas, de que dá conta ALBERTO PIMENTA, *Suspensão e Anulação de Deliberações Sociais*, Coimbra: Coimbra Editora, 1965.

Os traços gerais do regime foram mantidos na reforma de 1995<sup>89</sup>, pese embora tenham sido introduzidas algumas modificações. Com efeito, foi alargado o prazo para instauração do procedimento, que passou de cinco para dez dias, e os efeitos da citação passaram a cessar com o julgamento em 1.ª instância.

A providência cautelar de suspensão das deliberações sociais encontra-se atualmente regulada na Secção II do Capítulo II do Título IV do Código de Processo Civil, mais concretamente nos artigos 380.º a 383.º, com a redação dada pela Lei n.º 122/2015, de 01 de setembro. O Código de Processo Civil de 2013, nos seus artigos 380.º, 381.º e 383.º, reproduz o teor dos anteriores artigos 396.º, 397.º e 398.º<sup>90</sup>, tendo porém sido introduzido um novo artigo em consequência da introdução do regime da inversão do contencioso<sup>91</sup>.

## **2.2. Âmbito de aplicação subjetivo e objetivo**

Muito embora se encontrem no Código das Sociedades Comerciais algumas alusões à presente providência<sup>92</sup>, os requisitos e os traços característicos da suspensão de deliberações sociais estão previstos nos artigos 380.º a 383.º do CPC. Conforme determina o n.º 1 do artigo 380.º, se alguma associação ou sociedade, seja qual for a sua espécie, tomar deliberações contrárias à lei, aos estatutos ou ao contrato, qualquer sócio pode requerer, no prazo de dez dias, a suspensão da execução dessas deliberações, desde que para tal justifique a sua qualidade de sócio e demonstre que essa execução é suscetível de causar um dano apreciável.

---

<sup>89</sup> Reforma operada pelo Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de dezembro.

<sup>90</sup> À exceção da substituição do futuro dos verbos “*instruir*” e “*ser*” pelo presente dos mesmos no n.º 2 do novo art. 380.º e no n.º 1 do art. 381.º e do verbo “*vir*” pelo verbo “*entrar*” no n.º 1 do art. 381.º.

<sup>91</sup> Cfr. art. 382.º do CPC.

<sup>92</sup> Designadamente no art. 31.º, n.º 4, onde se proíbe a distribuição de lucros de exercício ou de reservas a partir da citação da sociedade para a ação de invalidade da respetiva deliberação, mas “*sem prejuízo do disposto no Código de Processo Civil sobre o procedimento cautelar de suspensão de deliberações sociais*”; e no art. 282.º, n.º 3, o qual, a propósito da deliberação de constituição de uma sociedade anónima com apelo a subscrição pública e deliberações complementares, determina que se lhes apliquem “*as disposições legais sobre suspensão e anulação de deliberações sociais*”.

É, deste modo, uma providência dirigida fundamentalmente às sociedades e às associações<sup>93</sup>, estando excluídas do seu âmbito as pessoas coletivas de direito público, sujeitas a regulamentação específica. Podem também ser objeto de suspensão as deliberações das cooperativas, já que estão subsidiariamente sujeitas ao regime prescrito para as sociedades comerciais, nos termos do artigo 9.º do Código Cooperativo<sup>94</sup>.

No que diz respeito à aplicabilidade da providência às deliberações tomadas por entidades destituídas de personalidade jurídica, há que lembrar o caso das associações de facto e das sociedades irregulares, cuja legitimidade do recurso a esta providência resulta, quanto às primeiras, da remissão que é feita no artigo 195.º, n.º 1, do CC, para as regras sobre associações, e, quanto às segundas, do facto de serem aplicáveis as disposições relativas às sociedades civis ou às sociedades comerciais, de acordo com os artigos 36º, n.º 2, e 37.º do CSC<sup>95</sup>.

Concluída a delimitação do âmbito subjetivo desta providência cautelar, importa, neste momento, ressaltar que o regime da suspensão de deliberações sociais tem levantado diversas dúvidas na doutrina que se prendem com as deliberações que concretamente podem ser objeto deste procedimento.

Até à entrada em vigor do Código de Processo Civil de 1939 era pacífico que a presente providência se restringia às deliberações da assembleia geral. Contudo, e não obstante as alterações legislativas trazidas por aquele Código, a doutrina continuou a entender que tal restrição se mantinha. Em Acórdão de 26 de março de 1946<sup>96</sup>, também o Supremo Tribunal de Justiça se pronunciou nesse sentido, acrescentando que os sócios teriam forçosamente de levar a deliberação dos administradores à assembleia para que esta última deliberasse sobre a questão em causa.

---

<sup>93</sup> Cfr. arts. 174.º, n.º 3, 176.º e 177.º, todos do CC. De notar que a reforma de 1967 veio alargar expressamente este procedimento às deliberações das associações e passou a fazer referência à contrariedade ao “*contrato*” (e não só à lei e aos estatutos), por forma a coordenar o Código de Processo Civil com o Código Civil de 1966. Estão, porém, excluídas as deliberações tomadas em assembleias gerais ou órgãos equivalentes de instituições de previdência ou de associações sindicais, porquanto o meio processual adequado é o previsto no art. 168.º do CPT.

<sup>94</sup> Neste sentido, cfr. ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, *ob. cit.*, p. 73.

<sup>95</sup> Neste sentido, cfr. ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, *ob. cit.*, p. 74.

<sup>96</sup> Ac. do STJ, de 26-03-1946, *RLJ*, 79.º, pp. 139 e ss..

Na verdade, a discussão mantém-se aberta e uma densa corrente doutrinária<sup>97</sup> e jurisprudencial<sup>98</sup> continua a entender que a suspensão das deliberações sociais está limitada às deliberações de sócios, *maxime* as tomadas em assembleias gerais, rejeitando-se a possibilidade de se recorrer a esta providência para obter a suspensão de outras deliberações que não as dos sócios.

Contrariando este entendimento, sustentou-se no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 29 de abril de 1992<sup>99</sup>, que, de acordo com a terminologia adotada pelo Código das Sociedades Comerciais, “*a deliberação social é a deliberação de um qualquer órgão plural duma sociedade*” e que “*a lei adjectiva se deverá adaptar à nova realidade e, nessa medida, ser objecto de uma interpretação actualizadora, dado o carácter meramente instrumental do direito processual*”.

Esta mesma opinião é propugnada por PINTO FURTADO<sup>100</sup>, para quem o procedimento em causa pode ser aproveitado para se obter a suspensão das deliberações de quaisquer órgãos com competência para deliberar. É decisivo para o autor o princípio resultante dos n.ºs 2 e 3 do artigo 411.º do CSC, segundo o qual às deliberações do conselho de administração se aplicam subsidiariamente as normas reguladoras das deliberações dos sócios, as quais, por sua vez, permitem que se recorra ao tribunal para se obter a sua suspensão. Neste seguimento, segundo o autor, deve ser feita uma interpretação atualista no sentido de compreender na expressão “*deliberações sociais*”, constante da epígrafe da secção do Código de Processo Civil

---

<sup>97</sup> Cfr. LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 89; L. P. MOITINHO DE ALMEIDA, *Anulação e Suspensão de Deliberações Sociais*, 4.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2003, pp. 179-180; ALEXANDRE DE SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais de sociedades comerciais: Alguns problemas”, *ROA*, ano 63, vols. 1 e 2, Lisboa, 2003, pp. 345-373 (pp. 358-359); e JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, *Direito Comercial*, vol. 4, Lisboa: AAFDL, 1993, p. 302.

<sup>98</sup> Cfr. Ac. do STJ, de 17-10-1989, *BMJ*, 390, pp. 394 e ss.; Ac. do TRC, de 03-12-1991, *CJ*, t. 5, 1991, pp. 73 e ss.; Ac. do TRL, de 14-10-1993, *CJ*, t. 4, 1993, pp. 149 e ss.; e, ainda, Ac. do TRL, de 08-05-2001, proc. n.º 0020891; e Ac. do TRP, de 30-06-2014, proc. n.º 1150/13.9TBBGC-A.P1, ambos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>99</sup> Ac. do STJ, de 29-04-1992, *CJ*, t. 1, 1992, pp. 131 e ss..

<sup>100</sup> JORGE HENRIQUE DA CRUZ PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades Comerciais*, Coimbra: Almedina, 2005, pp. 761-762.

dedicada ao procedimento cautelar de suspensão, as deliberações dos diferentes órgãos sociais<sup>101</sup>.

Qualquer que seja a tese que se adote, só se poderá admitir a suspensão de deliberações de outros órgãos, se se admitir uma ação principal para impugnar a deliberação desse outro órgão. Já anteriormente ao Código das Sociedades Comerciais, era questão controvertida na nossa doutrina e jurisprudência saber se era possível recorrer diretamente para o tribunal para pedir a declaração de nulidade ou a anulação de deliberações do conselho de administração, sem necessidade de prévia tomada de posição sobre elas por parte da assembleia geral. Atualmente, os vícios negativos das deliberações do órgão de administração encontram-se previstos nos artigos 411.º e 412.º do CSC, os quais prevêm um procedimento extrajudicial, pelo que, mesmo após a entrada em vigor do Código, as opiniões permanecem divididas.

No entanto, àquela questão respondemos afirmativamente. Entendemos que não é obrigatório esgotar o referido mecanismo interno, aludido no artigo 412.º do CSC, para recorrer às vias judiciais e, portanto, de harmonia com o disposto no artigo 20.º, n.º 1, da CRP e no artigo 2.º, n.º 2, do CPC, tais deliberações serão impugnáveis diretamente para os tribunais, por quem tiver legitimidade para o efeito, independentemente dos recursos previstos no artigo 412.º ou em simultâneo com estes<sup>102</sup>.

---

<sup>101</sup> Neste sentido, cfr. Ac. do TRL, de 23-02-1989, proc. n.º 0003249; Ac. do TRP, de 27-06-2011, proc. n.º 987/10.5TYVNG.P1, todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt); e, na doutrina, defendendo uma interpretação atualista dos arts. 380.º e ss. do CPC, cfr. TERESA ANSELMO VAZ, *Contencioso Societário*, Lisboa: Petrony, 2006, pp. 63-64. Próximo, mas diversamente: cfr. RUI PINTO, “O procedimento cautelar de suspensão”, *ob. cit.*, pp. 25-27. JOAQUIM TAVEIRA DA FONSECA, “Deliberações sociais: suspensão e anulação”, *Textos*, n.º especial, 1994/1995, pp. 83-161 (pp. 94-105), adota uma posição híbrida, abrindo exceções que têm em conta as matérias sobre as quais o órgão de administração delibera.

<sup>102</sup> Neste sentido, cfr. Acs. do TRP, de 20-11-2003, proc. n.º 0335690; de 20-04-2004, proc. n.º 0220836; de 28-09-2010, proc. n.º 6328/07.1TBVFR.P1; o já citado Ac. do TRP, de 27-06-2011, proc. n.º 987/10.5TYVNG.P1, todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt); e, ainda, Ac. do STJ, de 21-02-2006, *CJ*, t. 1, 2006, pp. 71 e ss.. Na doutrina, cfr. JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, *Governança das Sociedades Comerciais*, 2.ª ed., Coimbra: Almedina, 2010, pp. 136-141; TERESA ANSELMO VAZ, *Contencioso*, *ob. cit.*, p. 64; PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, *ob. cit.*, pp. 761-762; e TAVEIRA DA FONSECA, “Deliberações sociais”, *ob. cit.*, p. 144. Contra a impugnação judicial, pelo menos direta, cfr. LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, *ob. cit.*, p. 89; e, na jurisprudência, Acs. do TRP, de 22-01-1992, proc. n.º 0124498; de

Ainda que se conclua pela admissibilidade do recurso direto ao tribunal das deliberações inválidas do conselho de administração, fica ainda por responder se essas deliberações e, em geral, as deliberações de outros órgãos sociais, podem ser objeto de uma providência cautelar de suspensão de deliberações sociais ou se, por outro lado, a providência cautelar não especificada será antes a adequada.

Com efeito, após a entrada em vigor do Código das Sociedades Comerciais, passou a integrar-se no conceito de “*deliberações sociais*” não apenas as deliberações dos sócios, em assembleia geral ou àquelas que tenham revestido a forma escrita<sup>103</sup>, mas também as decisões tomadas por outros órgãos sociais, como o conselho de administração e o conselho fiscal<sup>104</sup>. Portanto, não pode deixar de se concluir que a expressão “*deliberações sociais*”, usada no Código de Processo Civil, é um conceito amplo que abrange as deliberações de outros órgãos. Assim, não se dirige apenas às deliberações das assembleias gerais e àqueles casos em que, pese embora a pessoa coletiva não tenha assembleia geral, disponha de um órgão equivalente<sup>105</sup>.

Em nossa opinião, não há razão bastante para que a presente providência cautelar seja considerada inapropriada e, por isso, para rejeitar a possibilidade de recurso a este procedimento para se obter a suspensão de deliberações de outros órgãos sociais com competência para deliberar, que não as deliberações dos sócios. Entendemos ser esse o espírito do legislador e que é essa a interpretação que melhor leitura faz do preceito.

### 2.3. Prazo de interposição

Estabelece o n.º 1 do artigo 380.º do CPC que o prazo para a interposição da providência cautelar de suspensão de deliberações sociais é de dez dias<sup>106</sup>. E conta-se,

---

11-12-1997, proc. n.º 9730158; de 04-02-2003, proc. n.º 0222397; e de 15-03-2004, proc. n.º 0354886, todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>103</sup> Vide arts. 54.º, n.º 1, e 247.º, ambos do CSC.

<sup>104</sup> Estas decisões designavam-se habitualmente por resoluções.

<sup>105</sup> Em sentido contrário, cfr. LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 90; e SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, ob. cit., p. 359. Para estes autores, tratando-se de deliberações de outros órgãos sociais, o meio processual próprio é o procedimento cautelar comum, ficando a correspondente providência dependente da prova dos respetivos pressupostos, designadamente os resultantes dos artigos 362.º e 368.º do CPC.

<sup>106</sup> Como bem salienta ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, ob. cit., p. 82, compreende-se que a lei tenha estabelecido um prazo curto para a solicitação desta

nos termos do n.º 3 daquele preceito, da data da assembleia em que as deliberações foram tomadas ou, se o requerente não tiver sido regularmente convocado para a assembleia, da data em que ele teve conhecimento das deliberações.

O *dies a quo* do mencionado prazo, ou seja, o evento que constitui ponto de referência para a sua contagem, dependerá, pois, das circunstâncias. Relativamente aos sócios que estiveram presentes na assembleia ou que, não tendo assistido, foram para ela regularmente convocados, os dez dias para exercer aquele direito contam-se da data das deliberações<sup>107</sup>.

Somente relativamente aos que não estiveram presentes, nem para ela foram regularmente convocados, é que o prazo se conta a partir da data em que tiveram conhecimento das deliberações tomadas. Importa esclarecer que o que releva para o início da contagem do prazo é o conhecimento da deliberação e não a data em que o sócio tomou conhecimento de todo o respetivo processo formativo, constante da ata<sup>108</sup>.

No que concerne às deliberações por voto escrito<sup>109</sup> e unânimes por escrito<sup>110</sup>, o prazo começa a correr a partir, respetivamente, do terceiro dia subsequente à data do envio da ata respetiva e da data em que foram adotadas<sup>111</sup>.

Em qualquer um dos casos, é a sociedade requerida que, por força do disposto no artigo 343.º, n.º 2, do CC, tem o ónus de invocar e provar que o prazo estava já

---

providência, já que o excessivo arrastamento de questões ligadas à regularidade, formal ou substancial, das deliberações implicaria uma instabilidade que não se coaduna com a natureza e objetivos das sociedades e das restantes entidades abrangidas por esta tutela cautelar.

<sup>107</sup> O prazo fixado conta-se da data da reunião em que a deliberação foi tomada e não da sessão da assembleia, ou seja, cada sessão da assembleia pode ser composta de diversas reuniões, pelo que o prazo se conta a partir da data da reunião onde concretamente foi tomada a deliberação em causa.

<sup>108</sup> Cfr. Ac. do TRL, de 13-01-1994, proc. n.º 0079252, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>109</sup> As deliberações por voto escrito vêm reguladas no art. 247.º do CSC para as sociedades por quotas, sendo também admissíveis nas sociedades em nome coletivo e em comandita simples (*ex vi* arts. 189.º, n.º 1, e 474.º do CSC).

<sup>110</sup> As deliberações unânimes por escrito estão previstas no art. 54.º, n.º 1, 1.ª parte, do CSC, aplicável a todos os tipos de sociedades.

<sup>111</sup> Neste sentido, cfr. COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, vol. 2, 5.ª ed., Coimbra: Almedina, 2015, p. 521.



decorrido na data da instauração do procedimento cautelar<sup>112</sup>. É consensual a qualificação deste prazo como um prazo de caducidade substantivo, pese embora esteja previsto na lei adjetiva<sup>113</sup>.

O prazo corre, assim, continuamente, não se suspenderá em período de férias judiciais<sup>114</sup> e o seu decurso determina a extinção do direito de ação cautelar – cfr. artigos 279.º e 296.º, ambos do CC.

Se tiver sido requerida a suspensão de uma deliberação anulável, há ainda que ter em atenção que a propositura do procedimento cautelar de suspensão da deliberação não suspende nem interrompe o prazo para interpor a ação principal de anulação (v.g., artigo 59.º, n.º 2, do CSC, quanto às sociedades comerciais ou civis sob forma comercial)<sup>115</sup>. Apenas a formulação pelo requerente do pedido de inversão do contencioso tem esse efeito, nos termos do artigo 369.º, n.º 3, do CPC.

#### **2.4. Tribunal competente e valor do procedimento**

Excetuando os casos em que foi solicitada a inversão do contencioso, a providência cautelar de suspensão de deliberações sociais pode ser requerida previamente à propositura da ação destinada a impugnar a deliberação social, ou na pendência desta última.

---

<sup>112</sup> Assim, cfr. COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, ob. cit., p. 521, nota 1397; PAIS DE AMARAL, *Direito Processual*, ob. cit., p. 56; LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 97; e ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, ob. cit., p. 85. Em sentido contrário, vide TAVEIRA DA FONSECA, “Deliberações sociais”, ob. cit., p. 106; e Ac. do TRC, de 23-03-1993, *CJ*, t. 2, 1993, pp. 19 e ss..

<sup>113</sup> Neste sentido, cfr., na doutrina, LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 96; ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, ob. cit., pp. 82-83; TAVEIRA DA FONSECA, “Deliberações sociais”, ob. cit., p. 105; JACINTO FERNANDES RODRIGUES BASTOS, *Notas ao Código de Processo Civil*, vol. 2, 3.ª ed., Lisboa: [s.n.], 2000, p. 181; e, na jurisprudência, Ac. do TRP, de 03-06-1982, *CJ*, t. 3, 1982, pp. 225 e ss.; Acs. do TRC, de 07-07-1987, *BMJ*, 369, pp. 617 e ss.; de 02-03-1999, *CJ*, t. 2, 1999, pp. 13 e ss.; e Ac. do TRL, de 22-11-1990, *CJ*, t. 5, 1990, pp. 121 e ss..

<sup>114</sup> Atento o carácter urgente do procedimento cautelar (arts. 138.º e 363.º do CPC). Cfr. Ac. do STJ, de 26-02-1991, proc. n.º 080403; e Ac. do TRL, de 22-02-1996, proc. n.º 0014986, ambos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>115</sup> Este tem sido o entendimento maioritário. Quanto a este tema, remetemos para o capítulo 3.1., que trata precisamente da articulação da presente providência com a ação principal.

Quando o procedimento é requerido antes de ser instaurada a ação principal, o procedimento é apensado aos autos desta, logo que a ação seja instaurada (artigo 364.º, n.º 2, do CPC)<sup>116</sup>. Caso a ação principal já esteja pendente, o procedimento cautelar deve ser processado por apenso aos autos da ação principal, exceto enquanto o processo da ação se encontrar em tribunal superior, por via de recurso interposto, caso em que a apensação só se faz quando o procedimento estiver findo ou quando os autos da ação principal baixem à 1.ª instância (artigo 364.º, n.º 3, do CPC).

Assim, sendo o procedimento cautelar requerido na pendência da ação principal, não será sujeito à distribuição e o incidente será processado por apenso. Quando preliminar, o procedimento cautelar de suspensão de deliberações sociais ocorre autonomamente e deve ser instaurado no tribunal competente para apreciar e julgar a ação principal, conforme estatui o artigo 78.º, n.º 1, al. c), do CPC. Em síntese, o objeto da ação principal a propor é que serve de critério determinador da competência do tribunal, que julgará a ação principal e a providência cautelar dependente.

Atento o primado do direito comunitário, importa, antes de mais, referir que, por força do disposto no artigo 24.º, 2), do Regulamento (UE) n.º 1215/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro<sup>117</sup>, têm competência exclusiva, independentemente do domicílio das partes, “*em matéria (...) de validade das decisões dos seus órgãos, os tribunais do Estado-Membro em que a sociedade, pessoa coletiva ou associação tiverem a sua sede*”. De acordo com as regras de competência internacional vigentes entre nós, mais concretamente nos termos da alínea b) do artigo 63.º, do CPC, cabe exclusivamente aos tribunais portugueses a apreciação da validade das deliberações sociais de sociedades ou outras pessoas coletivas cuja sede esteja situada em território português. Acrescenta ainda aquela norma que “*para determinar essa sede, o tribunal português aplica as suas regras de direito internacional privado*”.

Assim, tendo-se concluído que a jurisdição portuguesa é a competente, a competência territorial pertencerá ao tribunal onde deva ser instaurada a ação

---

<sup>116</sup> Na hipótese da ação vir a correr noutro tribunal, o apenso respeitante à providência é remetido para esse outro tribunal, ficando o juiz da ação com exclusiva competência para os termos subsequentes à remessa.

<sup>117</sup> Este Regulamento veio revogar e substituir o Regulamento (CE) n.º 44/2001 do Conselho, de 22 de dezembro de 2000 (cfr. arts. 80.º e 81.º do Regulamento atualmente em vigor).

respetiva, de acordo com disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 78.º, em conjugação com o artigo 81.º, n.º 2, ambos do CPC. Dispõe este último artigo que *“se o réu for outra pessoa coletiva ou uma sociedade, é demandado no tribunal da sede da administração principal ou no da sede da sucursal, agência, filial, delegação ou representação, conforme a ação seja dirigida contra aquela ou contra estas”*<sup>118</sup>.

De seguida, para se aferir da competência material do tribunal importa atender ao disposto no artigo 128.º, n.º 1, al. d), da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei de Organização do Sistema Judiciário). De acordo com este preceito, compete aos juízos de comércio<sup>119</sup> *“preparar e julgar”* as ações de suspensão (e de anulação<sup>120</sup>) de deliberações sociais. Tendo em consideração que o legislador não criou juízos de comércio em todas as comarcas<sup>121</sup>, a lei vem prescrever, no artigo 117.º, n.º 2, da LOSJ, que, para as causas que deviam correr nesses juízos, se existissem, é extensivo o disposto no n.º 1 do artigo 117.º, que trata da competência dos juízos centrais cíveis.

O valor do procedimento determina-se nos termos do artigo 304.º, n.º 3, al. c), do CPC, ou seja, pelo valor do dano que se pretende evitar. No caso de o dano invocado não se mostrar quantificável, nomeadamente por se traduzir na violação de interesses de natureza não patrimonial, haverá que recorrer a outro critério e atender ao disposto no artigo 303.º do CPC<sup>122</sup>.

## **2.5. A problemática das deliberações já executadas**

Por força de um imperativo lógico e também da natureza e objetivos da tutela cautelar, é pacífico o entendimento que a não execução, pelo menos total, da

---

<sup>118</sup> Nos termos do art. 104.º, n.º 1, al. a), do CPC, o juiz deve conhecer oficiosamente da incompetência de tribunal diverso em que a providência seja requerida.

<sup>119</sup> Os juízos de comércio são juízos de competência especializada (art. 81.º da LOSJ).

<sup>120</sup> Cfr. RUI PINTO, “O procedimento cautelar de suspensão”, *ob. cit.*, p. 25, nota 17: *“Parecendo claro que, apesar da formulação restritiva (explicável pela história dos preceitos relativos à impugnação de deliberações das sociedades), a competência em causa abrange também as ações em que se peça a declaração de inexistência, ineficácia ou nulidade de deliberações sociais”*. No entanto, conforme veremos de seguida, a doutrina e a jurisprudência não são unânimes em considerar compatíveis, com a providência de suspensão de deliberações sociais, todas essas categorias.

<sup>121</sup> Cfr. Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março (Regime Aplicável à Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais).

<sup>122</sup> Nos termos do art. 629.º, n.º 3, al. b), do CPC, é sempre admissível recurso das decisões respeitantes ao valor da causa nos procedimentos cautelares, com o fundamento de que o seu valor excede a alçada do tribunal de que se recorre.

deliberação social é condição ou requisito negativo de procedência do procedimento destinado à respetiva suspensão<sup>123</sup>. Caso contrário, já nada haveria a suspender.

Porém, no que respeita à determinação do momento em que uma deliberação se tem por integralmente executada e, como tal, insuscetível de ser suspensa, tanto a doutrina como a jurisprudência sempre se mostraram divididas, sendo que o texto legal se mostra pouco esclarecedor.

De acordo com uma primeira orientação, a execução da deliberação consome-se, e por conseguinte, deixará de poder ser suspensa, com a execução da sua principal finalidade, o seu efeito típico direto ou efeito imediato direto<sup>124</sup>. RODRIGUES BASTOS, acérrimo defensor da noção estrita de execução, afirma: “*se considerarmos que a execução perdura enquanto se mantém o estado criado pela resolução tomada, todas as deliberações se têm de haver como de execução permanente, passando a suspender-se, não o acto deliberado ou a resolução tomada, mas sim actos que são já o resultado, mais ou menos remoto, da deliberação cuja validade se discute na acção principal. Não supomos que tenha sido esse o pensamento que informou a norma legal*”<sup>125</sup>.

Segundo esta posição, uma deliberação só é suscetível de ser suspensa quando, tendo-se deliberado praticar certo ato, não foram ainda praticados os atos materiais ou jurídicos consubstanciadores ou formalizantes dessa deliberação. Caberiam, ainda, no conceito de execução os atos complementares da deliberação, necessários para a produção do particular efeito jurídico que a deliberação visa.

---

<sup>123</sup> Para ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, *ob. cit.*, p. 79, se a deliberação tiver sido executada integralmente entre a propositura do procedimento e a citação da requerida, julgar-se-á extinta a instância por inutilidade superveniente da lide. Neste sentido, cfr. Ac. do TRC, de 30-11-1999, proc. n.º 1706/99, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>124</sup> Adotando esta posição mais restritiva, cfr., na jurisprudência, Acs. do TRC, de 01-06-1982, *CJ*, t. 3, 1982, pp. 45 e ss.; de 20-10-1987, *CJ*, t. 4, 1987, pp. 82 e ss.; e de 13-06-1989, *BMJ*, 388, pp. 615 e ss.. Na doutrina, cfr. BARBOSA DE MAGALHÃES, “Direitos Individuais dos Sócios – Proibição aos sócios de votarem sobre assuntos que lhes digam directamente respeito – Suspensão e anulação de deliberações socais”, *ROA*, ano 8, vol. 1, 1 e 2, Lisboa, 1948, pp. 36-92 (pp. 59-60); e, embora a argumentação apresentada seja diferente, DANIEL DE PINA CABRAL, Anotação ao Ac. do STJ de 25-11-1949, *ROA*, ano 9, 3 e 4, Lisboa, 1949, pp. 451-458 (p. 458).

<sup>125</sup> RODRIGUES BASTOS, *Notas ao Código*, *ob. cit.*, p. 182.

Outra parte da doutrina, hoje largamente maioritária, defende um conceito bastante amplo de execução de uma deliberação social. Especialmente impressionada pelos casos em que se negava a suspensão de deliberações de eleição ou destituição de administradores ou gerentes, também a jurisprudência começou a sustentar que este tipo de deliberações eram suscetíveis de serem suspensas, porquanto, apesar de já executadas, produzem efeitos continuados no tempo<sup>126</sup>. Aderiram à tese da execução em sentido lato da deliberação, entre outros, LOBO XAVIER<sup>127</sup> e PINTO FURTADO<sup>128</sup>.

LOBO XAVIER, veio propugnar por uma tese ampla, afirmando que não considera aceitável o entendimento da corrente jurisprudencial que tendia a limitar a suspensão da execução aos atos ditos complementares, considerados necessários para a produção do efeito jurídico que a deliberação em causa tem em vista e que, portanto, o âmbito da providência apenas se limita a retirar à deliberação a sua mera eficácia executiva. Partindo do pressuposto de que o procedimento cautelar da suspensão de deliberações sociais tem por finalidade prevenir o *periculum in mora* do processo principal, defende o autor que a providência paralisa a totalidade dos efeitos jurídicos da deliberação. Conforme conclui, esta “*providência tem afinal o máximo de amplitude concebível: traduz-se na suspensão da eficácia da deliberação*”<sup>129</sup>.

PINTO FURTADO, sob um prisma diferente, partindo da crítica à perspectiva de LOBO XAVIER, veio defender que a suspensão “*não tem por objecto paralisar, temporariamente, a aptidão para a produção da totalidade dos efeitos jurídicos da deliberação*”, mas antes “*a materialização daquilo que, com um fumus boni juris, se apresenta como a efectivação prática de uma deliberação indiciariamente*

---

<sup>126</sup> Defendendo esta tese mais ampla, cfr. Acs. do STJ, de 13-04-1962, *BMJ*, 116, pp. 506 e ss.; e de 12-11-1987, *BMJ*, 371, pp. 378 e ss.; Ac. do TRL, de 20-04-1977, *BMJ*, 269, pp. 206 e ss.; e Ac. do TRE, de 19-01-1979, *CJ*, t. 1, 1979, pp. 184 e ss.. Mais recentemente, cfr. Ac. do STJ, de 18-01-2000, proc. n.º 99A1097; Ac. do TRE, de 20-09-2007, proc. n.º 1502/07-3; Ac. do TRL, de 04-06-2009, proc. n.º 1196/07.6TYLSB-A.L1-8; e Ac. do TRC, de 18-03-2014, proc. n.º 922/11.3TBPBL.C1, todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>127</sup> LOBO XAVIER, “O conteúdo da providência de suspensão de deliberações sociais”, *separata da RDES*, ano 22, 1-4, Coimbra, 1975, *maxime* pp. 25-30 e 51-54. Reiterando a posição assumida, cfr. LOBO XAVIER, “Suspensão de deliberações sociais ditas ‘já executadas’”, *RLJ*, 123.º, 3801, 1990/1991, pp. 375-384, e 124.º, 3802, 1991/1992, pp. 10-11.

<sup>128</sup> PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, *ob. cit.*, pp. 764-775.

<sup>129</sup> LOBO XAVIER, “O conteúdo da providência de suspensão”, *ob. cit.*, pp. 52-53.

anómala”<sup>130</sup>. Nas palavras do autor, “*enquanto estejam a transpor-se para a prática efeitos da deliberação contestada, que sejam apreciavelmente danosos e se verifiquem, no caso, os restantes requisitos legais do procedimento preventivo, será sempre de decretar a suspensão cautelar da materialização desses factos, com vista a assegurar-se uma tutela jurisdicional efectiva dos direitos e interesses legítimos dos sócios, quando não de terceiros*”<sup>131</sup>.

Com diferente fundamentação, mas em harmonia quanto à conclusão final, alguma doutrina tem vindo a entender que é viável obter a suspensão da execução da deliberação através desta providência específica, “*enquanto não estiver totalmente executada ou enquanto se protraírem no tempo os respectivos efeitos, directos, laterais, secundários ou reflexos, suficientemente graves para serem causadores de dano apreciável*”<sup>132</sup>.

O nosso entendimento acompanha esta doutrina maioritária. Haverá de aceitar-se uma conceção lata da execução das deliberações sociais <sup>133</sup>, pois consideramos que diferente interpretação seria contrária ao espírito da lei e levaria a uma subversão do sistema estatuído nos artigos 380.º e ss. do CPC. Porque a generalidade das deliberações produzem efeitos que perduram para além da sua consumação material, estar-se-ia a frustrar o objetivo da providência e a esconjuração do *periculum in mora* que com ela se pretende evitar.

---

<sup>130</sup> PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, ob. cit., pp. 773-774.

<sup>131</sup> PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, ob. cit., p. 773.

<sup>132</sup> ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, ob. cit., p. 82. Neste sentido, cfr. ANTÓNIO PEREIRA DE ALMEIDA, *Sociedades Comerciais*, 6.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2011, p. 246; J. P. REMÉDIO MARQUES, *Acção Declarativa à Luz do Código Revisto*, 3.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2011, pp. 176-177; LUÍS BRITO CORREIA, *Direito Comercial*, vol. 3, Lisboa: AAFDL, 1989, pp. 364-365; e CARLOS OLAVO, “Impugnação das deliberações sociais”, *CJ*, t. 3, 1988, pp. 31 e ss.. Cfr., ainda, Ac. do TRL, de 27-03-2007, proc. n.º 709/2007-1, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Contra esta orientação, recomendando alguma contenção no recurso ao procedimento cautelar de suspensão de deliberações sociais, cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *SA: Assembleia Geral e Deliberações Sociais*, Coimbra: Almedina, 2007, pp. 259-260.

<sup>133</sup> São ainda defensores desta tese, COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, ob. cit., p. 523; RUI PINTO, “A ilicitude da execução de deliberações a partir da citação para o procedimento cautelar de suspensão”, *CDP*, 5, 2004, pp. 17-23 (p. 21); SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, ob. cit., pp. 353-355; TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos*, ob. cit., p. 241; TAVEIRA DA FONSECA, “Deliberações sociais”, ob. cit., 106-109; e ALBERTO PIMENTA, *Suspensão e Anulação*, ob. cit., p. 19, nota 19.

Entendemos que o procedimento cautelar de suspensão paralisa os efeitos – *in totum* – emergentes da deliberação social objeto do mesmo, pelo que esta pode ser suspensa enquanto não se esgotarem todos os seus efeitos danosos, a tal não obstando o facto de já terem sido praticados atos de execução, incluindo o seu registo.

Em síntese, a deliberação pode ser suspensa com o objetivo de evitar que produza mais efeitos danosos, não podendo, porém, suspender aqueles que já se encontram executados.

Não sendo a deliberação capaz de produzir mais efeitos danosos, não se poderá suspendê-la, porquanto se encontra inteiramente executada. É preciso não esquecer que a suspensão da execução da deliberação tem o objetivo de manter o *status quo ante* e não o de modificar o que está já executado.

Tal como já mencionámos, o problema assume particular acuidade relativamente à suspensão das deliberações de eleição ou destituição dos membros da gerência e do conselho de administração. De acordo com os apoiantes daquela primeira tese, as mesmas não poderão ser suspensas, por já se encontrarem executadas. Assim, esgotar-se-iam com a proclamação do resultado da votação, podendo, quanto muito, equacionar-se essa suspensão na hipótese de a deliberação ainda não estar registada<sup>134</sup>.

Contudo, entendemos que, em princípio, a execução das respetivas deliberações e, conseqüentemente, os efeitos nocivos das deliberações de eleição ou destituição de administradores ou gerentes não se consomem com a sua simples aprovação ou registo, sendo designadamente atos de execução da deliberação da assembleia os próprios negócios de gestão corrente que esses membros celebram. Mais, o *periculum in mora* relacionado, no caso das deliberações de eleição, com os atos que os administradores ou os gerentes poderão praticar durante o mandato ou, no caso de destituição, com a impossibilidade do exercício do cargo social em causa, provavelmente persistirá até à decisão definitiva. Assim, será legítima a suspensão

---

<sup>134</sup> Cfr. Ac. do TRC, de 14-07-1987, *RLJ*, 123.º, pp. 371 e ss..

deste tipo de deliberações sociais, não se podendo considerar desde logo executadas<sup>135</sup>.

Pese embora tenha sempre de ser realizada uma análise em concreto dos efeitos emergentes de determinada deliberação, adotando esta interpretação poderão, nomeadamente, ser consideradas suscetíveis de serem suspensas as deliberações de alteração da sede social<sup>136</sup>, as deliberações de aumento de capital social, as deliberações de amortização de quota – pelo menos enquanto não for paga a contrapartida<sup>137</sup> –, e as deliberações de fixação de remuneração dos membros dos órgãos sociais<sup>138</sup>.

Qualquer que seja a perspetiva adotada, já não será, por exemplo, viável obter a suspensão de deliberações de fixação de indemnização a ex-administrador quando esta já se encontra liquidada, bem como de deliberações de distribuição de lucros, depois de já terem sido efetuados os respetivos pagamentos aos sócios<sup>139</sup>. Nestes casos, os pagamentos são precisamente os efeitos danosos – o *periculum in mora* – que a providência cautelar poderia prevenir.

Do exposto resulta que o critério para determinar se uma deliberação ainda produz efeitos danosos está intimamente ligada com a aferição processual sobre a existência de *periculum in mora*. As eventuais lesões que possam decorrer nascem, naturalmente, dos efeitos da deliberação. Assim, verificando-se, no caso concreto, o requisito legal do *periculum in mora*, estar-se-á necessariamente a concluir que essa deliberação produz efeitos danosos apreciáveis.

---

<sup>135</sup> Neste sentido, cfr. COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, ob. cit., p. 523; RUI PINTO, “O procedimento cautelar de suspensão”, ob. cit., p. 29; PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, ob. cit., pp. 777-782; MOITINHO DE ALMEIDA, *Anulação e Suspensão*, ob. cit., p. 214; SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, ob. cit., pp. 354-355; TAVEIRA DA FONSECA, “Deliberações sociais”, ob. cit., pp. 109-111; e, a nível jurisprudencial, Acs. do STJ, de 21-06-1988, proc. n.º 075580; de 29-06-1993, proc. n.º 083913; de 16-05-1995, proc. n.º 085732; e Ac. do TRP, de 12-02-1996, proc. n.º 9551089, todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>136</sup> LOBO XAVIER, “O conteúdo da providência de suspensão”, ob. cit., p. 56.

<sup>137</sup> Cfr. RUI PINTO, “O procedimento cautelar de suspensão”, ob. cit., p. 29 e SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, ob. cit., p. 355.

<sup>138</sup> COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, ob. cit., p. 523.

<sup>139</sup> COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, ob. cit., pp. 523-524.



## 2.6. A questão da possibilidade de suspensão de deliberações anuláveis, nulas, ineficazes ou inexistentes

De acordo com o disposto no artigo 380.º, n.º 1, do CPC, se alguma associação ou sociedade tomar deliberações sociais contrárias à lei, aos estatutos ou ao contrato de sociedade, qualquer sócio pode requerer ao tribunal que a execução dessas deliberações seja suspensa, justificando a qualidade de sócio e mostrando que essa execução pode causar dano apreciável.

No que diz respeito às deliberações dos sócios nas sociedades comerciais e sociedades civis sob forma comercial, os artigos 56.º e 58.º do CSC estabelecem, respetivamente, os casos de nulidade e anulabilidade, decorrendo da alínea a) do n.º 1 do artigo 58.º do CSC que a invalidade básica é a anulabilidade: “*são anuláveis as deliberações que violem disposições quer da lei, quando ao caso não caiba a nulidade, nos termos do artigo 56.º, quer do contrato de sociedade*”<sup>140</sup>. Nos termos das alíneas b) e c) daquele normativo, são ainda anuláveis as chamadas deliberações abusivas<sup>141</sup> e as deliberações que não sejam precedidas de elementos mínimos de informação<sup>142</sup>.

Os casos de nulidade vêm assim previstos, em termos gerais, no artigo 56.º do CSC<sup>143</sup>, o qual podemos sistematizar em duas partes distintas: uma, correspondente às primeiras duas alíneas do n.º 1, refere-se aos vícios de procedimento, e outra, de que se ocupam as duas últimas alíneas do mesmo número, respeitante aos vícios de conteúdo da própria deliberação. À declaração de nulidade é aplicável o disposto nos artigos 57.º e 60.º do CSC, sendo que esta não se encontra pendente de prazo, para além do interesse processual que deve subsistir no momento da propositura da respetiva ação. De facto, não obstante o ato nulo ser aquele que não produz quaisquer

---

<sup>140</sup> Sobre a distinção entre anulabilidade e nulidade das deliberações sociais, cfr. MANUEL A. CARNEIRO DA FRADA, “Deliberações sociais inválidas no novo Código das Sociedades”, in *Novas Perspectivas do Direito Comercial*, Coimbra: Almedina, 1988, pp. 315-336; e HENRIQUE SALINAS MONTEIRO, “Critérios de distinção entre a anulabilidade e a nulidade das deliberações sociais no Código das Sociedades Comerciais”, *Direito e Justiça*, vol. 8, t. 2, 1994, pp. 211-259.

<sup>141</sup> Contudo, a lei estabelece a seguinte salvaguarda: apesar de ser abusiva, se a deliberação pudesse ter sido formada sem os votos abusivos, ela deixa de ser anulável.

<sup>142</sup> O n.º 4 do art. 58.º CSC estabelece critérios para definir o que são elementos mínimos de informação.

<sup>143</sup> Refira-se que, além do art. 56.º do CSC, existem numerosos preceitos que cominam com a nulidade determinadas deliberações.

efeitos, pode haver interesse em declarar a nulidade, nomeadamente, nos casos em que os órgãos societários pretendam atuar ou atuem em conformidade com elas ou que a deliberação tenha sido registada<sup>144</sup>.

Já se o vício da deliberação for suscetível de produzir apenas anulabilidade, será aplicável o disposto nos artigos 59.º e 60.º do CSC. É indispensável que o interessado venha tempestivamente arguir judicialmente tal vício, de acordo com o prazo fixado no artigo 59.º, n.º 2, do CSC, sob pena de ele ficar sanado pelo decurso do tempo, convalidando-se assim a situação jurídica que a deliberação visava produzir.

Paralelamente à existência de deliberações anuláveis ou nulas, o Código das Sociedades Comerciais prevê ainda a possibilidade de certas deliberações serem simplesmente ineficazes. O artigo 55.º do CSC estabelece a sanção específica da ineficácia *stricto sensu* à deliberação tomada “*sobre assunto para o qual a lei exija consentimento de determinado sócio (...) enquanto o interessado não der o seu acordo, expressa ou tacitamente*”<sup>145</sup>. São exemplos de deliberações ineficazes as que suprimem ou coartam direitos especiais dos sócios sem o consentimento dos respetivos titulares (artigo 24.º, *maxime* n.ºs 5 e 6, do CSC)<sup>146</sup>. Embora as deliberações ineficazes não produzam efeitos, também pode justificar-se a instauração de uma ação de simples apreciação com o fim de obter a respetiva declaração judicial de ineficácia.

Com isto, estão lançadas as bases para se entender a discussão doutrinária à volta da seguinte questão: uma ação de impugnação pode ser intentada tendo como preliminar ou incidente um pedido de suspensão de uma deliberação, quer ela seja nula, ineficaz (em sentido estrito) ou anulável?

Como é sabido, o artigo 403.º do Código de Processo Civil de 1939 estabelecia que era possível recorrer ao procedimento de suspensão de deliberações sociais como ato preparatório da ação de anulação, facto que levava a doutrina a excluir do âmbito de aplicação daquela norma os casos em que a deliberação era nula ou ineficaz.

---

<sup>144</sup> Cfr. art. 11.º do CRCCom.

<sup>145</sup> Essa exigência pode resultar não só da lei como também do contrato de sociedade.

<sup>146</sup> Para mais exemplos de deliberações ineficazes, cfr. COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, *ob. cit.*, pp. 445-446.

Merece especial destaque, a este propósito, a opinião de LOBO XAVIER, para quem, como vimos, a providência especificada em causa implica a suspensão da eficácia, não se cingindo à suspensão da execução, nem se restringindo à relação “*sociedade-administrador*”. Consequentemente, no seu entendimento, deviam ficar de fora da providência de suspensão as deliberações nulas e ineficazes<sup>147</sup>.

Contudo, o próprio autor acaba por admitir que se se entendesse que a providência abrangia as deliberações nulas, a suspensão “*traduzir-se-ia numa regulamentação provisória da situação, vinculante para a sociedade e para os outros interessados, segundo a qual a deliberação deveria ser considerada como desprovida dos efeitos a que aparece endereçada* (fosse ou não susceptível de os produzir) *até à sentença a pronunciar no processo principal*”<sup>148</sup>.

Com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 1961 e a omissão, no n.º 1 do seu artigo 396.º, da expressão “*ato preparatório da ação de anulação*”, a doutrina divergiu, não existindo, ainda hoje, total uniformidade no que diz respeito ao recurso a esta providência cautelar nominada nos casos em que a deliberação está ferida de nulidade ou ineficácia *stricto sensu*<sup>149</sup>. No entanto, em geral, quem defende que as deliberações nulas e ineficazes não são suscetíveis de serem suspensas por não produzirem, por definição, efeitos, tende a admitir o recurso ao procedimento cautelar comum contra os efeitos práticos das deliberações nulas e ineficazes<sup>150</sup>.

Cabe afirmar que nos enquadramos na corrente doutrinária que defende que podem ser objeto da providência nominada de suspensão não só as deliberações

---

<sup>147</sup> LOBO XAVIER, “O conteúdo da providência de suspensão”, *ob. cit.*, pp. 56-58.

<sup>148</sup> LOBO XAVIER, “O conteúdo da providência de suspensão”, *ob. cit.*, p. 58.

<sup>149</sup> Contra essa possibilidade, cfr. ALBERTO PIMENTA, *Suspensão e Anulação*, *ob. cit.*, p. 96, nota 173; e, mais recentemente, LOBO XAVIER, “Suspensão de deliberações sociais”, *ob. cit.*, p. 376, nota 1. A favor da possibilidade da aplicação desta providência nominada às deliberações nulas e ineficazes *stricto sensu*, cfr. COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, *ob. cit.*, p. 520; RUI PINTO, “O procedimento cautelar de suspensão”, *ob. cit.*, pp. 29-30; MENEZES CORDEIRO, *SA: Assembleia Geral*, *ob. cit.*, p. 257; ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, *ob. cit.*, pp. 77-78; PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, *ob. cit.*, pp. 762-763 e 766-777; SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, *ob. cit.*, pp. 350-351; e TAVEIRA DA FONSECA, “Deliberações sociais”, *ob. cit.*, pp. 93-94. Ainda sobre a aplicação da providência às deliberações nulas e ineficazes *stricto sensu*, em sentido afirmativo, cfr. Acs. do STJ, de 20-03-1962, *BMJ*, 115, pp. 541 e ss.; de 21-12-1976, *BMJ*, 262, pp. 168 e ss.; e Ac. do TRL, de 09-12-2014, proc. n.º 514/14.5TYLSB.L1, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>150</sup> Neste sentido, cfr. LOBO XAVIER, “Suspensão de deliberações sociais”, *ob. cit.*, p. 376.

anuláveis, mas também as que sejam nulas e ineficazes (*stricto sensu*). A nosso ver, a atual redação do artigo 380.º, n.º 1, do CPC, adota um conceito amplo de ilegalidade e afigura-se-nos constituir um concetualismo excessivo invocar a contradição dos próprios termos para obstar à suspensão de *efeitos* de uma deliberação que, por ser ineficaz, seria insuscetível de os produzir.

A suspensão de deliberações sociais constitui uma providência nominada que permite antecipar certos efeitos derivados da sentença de anulação ou da sentença declarativa da nulidade ou da ineficácia, obstando à execução de uma deliberação inválida ou ineficaz *stricto sensu*, mas que, ainda assim, suscetível de repercutir-se negativamente na esfera do sócio ou da sociedade e, por esse motivo, a situações práticas que justifiquem a necessidade de as impugnar.

A nulidade e a ineficácia são passíveis de produzir efeitos práticos, pelo que as mesmas razões que justificam a respetiva impugnação judicial se podem transpor para a sua suspensão. A anulabilidade traduz um desvalor menos grave, pelo que não seria coerente que uma deliberação meramente anulável fosse passível de suspensão e não o fosse uma deliberação ferida de nulidade ou ineficácia *stricto sensu*. O que está em causa no procedimento cautelar é afastar o *periculum in mora* e, portanto, para que se possa alcançar esse objetivo, devem ser objeto de suspensão as deliberações que se encontrem inquinadas do vício da simples anulabilidade ou da nulidade e até da ineficácia<sup>151</sup>. Como bem explica RUI PINTO<sup>152</sup>, a ideia de execução é plástica e, portanto, molda-se à natureza da pretensão a deduzir na ação principal.

Já maiores dúvidas se colocam no sentido da adequação deste procedimento específico no que diz respeito às deliberações afetadas por inexistência jurídica. Desde logo, não é pacífica a admissibilidade da inexistência jurídica enquanto um dos valores negativos das deliberações sociais<sup>153</sup>, sendo o Código das Sociedades

---

<sup>151</sup> Vide ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, *ob. cit.*, p. 78: “(...) *tem vindo a sedimentar-se a ideia de admitir com mais latitude a figura da ineficácia deliberativa e de encontrar nas providências cautelares a energia capaz de repelir os efeitos práticos que, apesar de tudo, possam emergir da sua execução*”.

<sup>152</sup> RUI PINTO, “O procedimento cautelar de suspensão”, *ob. cit.*, p. 30.

<sup>153</sup> A figura da inexistência jurídica é, nomeadamente, rejeitada por PAULO OLAVO CUNHA, *Direito das Sociedades Comerciais*, 5.ª ed., reimpr., Coimbra: Almedina, 2014, pp. 666-669; e MENEZES CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil Português*, vol. 1, t. 1, 2.ª ed., Coimbra: Almedina, 2000, pp. 649-654. Em sentido oposto, lê-se no sumário do Ac. do TRP, de 19-05-

Comerciais totalmente omissos quanto a esta figura<sup>154</sup>. Depois, ainda que assim se admita, encontra-se uma segunda dificuldade, que está em determinar o que sejam as deliberações inexistentes<sup>155</sup>.

Aderimos à posição perfilhada no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 04 de dezembro de 1996<sup>156</sup>, quando aí se considera que, a tratar-se de deliberação inexistente, o procedimento apropriado não será o da suspensão, a qual pressupõe ter sido tomada uma efetiva deliberação, mas antes o procedimento cautelar comum, atualmente previsto nos artigos 362.º e ss. do CPC. Depois de definir deliberação social como “*o acto da sociedade pelo qual, através dos seus órgãos competentes, ela exprime uma declaração de vontade destinada à produção de certos efeitos jurídicos*”, o acórdão ensina que a deliberação será inexistente quando ao ato falte o mínimo dos requisitos essenciais para que possa ter a eficácia jurídica própria de uma deliberação ou, no fundo, que não seja adequado, nem sequer na sua aparência material, a vincular a sociedade pelos efeitos jurídicos por ele visados.

Tendo em conta que o procedimento de suspensão de deliberações sociais pressupõe uma efetiva deliberação e, nas hipóteses apresentadas, o ato não preencherá a *facti species* legal do conceito, parece-nos que este procedimento cautelar especificado não poderá ser utilizado para se reagir cautelarmente contra uma deliberação inexistente. Ainda assim, da sua execução podem resultar repercussões negativas na esfera jurídica dos interessados, termos pelos quais não consideramos de excluir a possibilidade de se recorrer ao procedimento cautelar comum<sup>157</sup>.

---

2010, proc. n.º 295/08.1TBOAZ.P1, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt): “I- O direito societário comina a inexistência jurídica e não somente uma invalidade para as deliberações ditas por tomadas em assembleia-geral universal de sócios que não ocorreu afinal com a presença de todos eles, nem contou com o assentimento de todos a que tal conclave se constituísse e deliberasse sobre os assuntos referidos na acta (artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais). II- A punição dessa situação traduz-se numa desconsideração total para o Direito do acto alegadamente praticado, não passível de validação pelo decurso do tempo e inacção dos seus destinatários”.

<sup>154</sup> O art. 75.º, n.º 1, do Projeto de Código das Sociedades previa uma hipótese que parecia ser de deliberação inexistente e veio a ser omitida na versão definitiva.

<sup>155</sup> LOBO XAVIER, *Anulação de Deliberação Social e Deliberações Conexas*, reimpr., Coimbra: Almedina, 1998, p. 196, em nota.

<sup>156</sup> Ac. do STJ, de 04-12-1996, proc. n.º 96A697, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>157</sup> Neste sentido, cfr. SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, *ob. cit.*, pp. 351-352. Admitindo o recurso à providência cautelar de suspensão de deliberações sociais, cfr., na doutrina, ABRANTES GERALDES, *Temas*, vol. 4, *ob. cit.*, p. 79; PINTO FURTADO,

## 2.7. Dos pressupostos necessários ao decretamento da providência

### 2.7.1. A qualidade de sócio

Para que seja admissível o recurso a esta providência a lei impõe que o requerente tenha a qualidade de sócio da sociedade (artigo 380.º, n.º 1, do CPC). Este requisito constitui um verdadeiro pressuposto quanto à legitimidade ativa da providência, sendo que o sócio deve ter esta qualidade à data da deliberação e conservá-la à data do pedido de suspensão<sup>158</sup>. Porém, é unicamente preciso ser sócio para se socorrer desta providência, seja qual for a sua participação no capital social<sup>159</sup> e independentemente de ter ou não direito de voto, seja sócio de capital ou sócio de indústria.

No caso de falecimento do sócio, o direito de pedir a suspensão da deliberação tem de ser exercido, conjuntamente, por todos os herdeiros. A qualidade de cabeça de casal não lhe dá legitimidade para, desacompanhado dos demais herdeiros, requerer esta providência<sup>160</sup>. O mesmo acontece nas situações em que a participação social é da contitularidade de diversos sujeitos: o comproprietário não pode, por si só, pedir a suspensão da deliberação social<sup>161</sup>.

---

*Deliberações de Sociedades*, ob. cit., pp. 762-763 e 766-777; e CARLOS OLAVO, “Impugnação das deliberações”, ob. cit., p. 30; e, na jurisprudência, Acs. do STJ, de 20-03-1962, *BMJ*, 115, pp. 541 e ss.; e de 21-06-2011, proc. n.º 111/11.7TJCBr.C1, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>158</sup> Neste sentido, cfr. PAIS DE AMARAL, *Direito Processual*, ob. cit., p. 55; LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 94; e, ainda, Ac. do STJ, de 20-05-1997, proc. n.º 97A313, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>159</sup> Todavia, o art. 24.º, n.º 1, do CVM, veio estabelecer que a providência cautelar de suspensão de deliberação social tomada por sociedade aberta só pode ser requerida por sócios que, isolada ou conjuntamente, possuam ações correspondentes, pelo menos, a 0,5 % do capital social. Ainda assim, de acordo com o art. 24.º, n.º 2, qualquer acionista pode instar, por escrito, o órgão de administração a abster-se de executar deliberação social que considere inválida, explicitando os respectivos vícios, sob pena de os titulares daquele órgão responderem nos termos do respetivo n.º 3.

<sup>160</sup> Em sentido contrário, cfr. PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, ob. cit., pp. 790-792; e, na jurisprudência, Ac. do STJ de 08-11-1988, proc. n.º 076423; Ac. do TRL, de 19-02-1987, proc. n.º 0018929; e Ac. do TRP, de 11-12-2006, proc. n.º 0653666, todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>161</sup> Neste sentido, cfr. LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 94; e, a nível jurisprudencial, Ac. do TRL, de 31-05-1988, *CJ*, t. 3, 1988, pp. 155 e ss..

Embora a lei refira que “qualquer sócio” pode requerer a suspensão da deliberação social, nenhuma dúvida se coloca que a providência apenas pode ser instaurada por quem possa intentar a ação de fundo. Assim, não tem legitimidade para instaurar a ação principal de anulação da deliberação social e, portanto, para requerer a sua suspensão, o sócio que tenha votado a favor da deliberação ou que a tenha aprovado posteriormente<sup>162</sup>, expressa ou tacitamente<sup>163</sup>, atento o disposto no artigo 59.º, n.ºs 1 e 6, do CSC.

No que diz respeito às ações para declaração de nulidade de deliberações dos sócios, qualquer interessado tem legitimidade para intentar as referidas ações. Pode, por isso, pedir a respetiva suspensão qualquer sócio que nisso tenha interesse (cfr. artigo 57.º, n.º 1, do CSC). Por último, tendo em consideração que a deliberação ineficaz, nos termos do artigo 55.º do CSC, é ineficaz para todos os sócios, tem legitimidade ativa para a ação de declaração de ineficácia e, por conseguinte, para respetivo procedimento cautelar, qualquer sócio<sup>164</sup>, sendo certo que normalmente a legitimidade ativa pertencerá ao sócio de cujo consentimento depende a eficácia da deliberação. Quando o pedido de suspensão decorre da nulidade ou ineficácia da deliberação, parece-nos importante averiguar se a conduta do sócio configura abuso do direito, na modalidade de *venire contra factum proprium*.

O requerente terá de justificar a qualidade de sócio, apresentando na petição inicial a respetiva prova. Essa prova será, em regra, realizada através de documento escrito<sup>165</sup> – v.g., tratando-se de uma sociedade por quotas, através da certidão da conservatória do registo comercial e, no caso de sociedade anónima, através do título representativo da ações. Porém, o artigo 380.º não impõe qualquer formalidade *ad*

---

<sup>162</sup> Vide, a este propósito, Ac. do TRL, de 11-10-2012, proc. n.º 255/12.8TVLSB-A.L1-6, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>163</sup> Cfr. arts. 217.º e 218.º do CC. Nos termos do n.º 6 do art. 59.º do CSC, tendo o voto sido secreto, considera-se que não votaram no sentido que fez vencimento apenas aqueles sócios que, na própria assembleia ou perante notário, nos cinco dias seguintes à assembleia tenham feito consignar que votaram contra a deliberação tomada.

<sup>164</sup> Neste sentido, cfr. SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, *ob. cit.*, pp. 359-360.

<sup>165</sup> Assim não será, por exemplo, nos casos em que a qualidade de sócio não é adquirida por facto constante de documento escrito, como pode acontecer na sociedade civil (art. 981.º, n.º 1, do CC).

*probationem*, sendo suficiente, para a apreciação deste requisito, um juízo de mera probabilidade ou de verosimilhança<sup>166</sup>.

Importa, por fim, referir que, de acordo com o entendimento perfilhado por PINTO FURTADO<sup>167</sup>, pode ser pedida a suspensão de deliberações mesmo por quem não seja sócio, por serem aqui aplicáveis os princípios de legitimidade processual ativa que vigoram para a ação principal. Em consonância com esta interpretação extensiva, estará, nomeadamente, legitimado para requerer a suspensão de deliberações nulas, o órgão de fiscalização da sociedade comercial ou, na sua falta, o gerente, já que o artigo 57.º CSC, n.ºs 2 e 4, do CSC, confere legitimidade a esse órgão para a ação de declaração de nulidade. De igual modo, terá legitimidade ativa para requerer a suspensão de deliberações anuláveis, o órgão de fiscalização da sociedade, a quem o artigo 59.º, n.º 1, do CSC, reconhece legitimidade para a respetiva ação principal.

Uma outra corrente doutrinária<sup>168</sup>, com fundamento na letra da lei, defende que determinadas entidades, pese embora tenham legitimidade ativa para a ação anulatória, de declaração de nulidade ou de ineficácia, não a têm para o pedido de suspensão, por não terem a qualidade de *sócio*, conforme impõe o n.º 1 do artigo 380.º do CPC. Neste seguimento, quem não seja sócio e tenha legitimidade para intentar a ação de impugnação, resta-lhe apenas o recurso ao meio cautelar comum.

Não comungamos, porém, de semelhante pensamento. Com efeito, consideramos que a expressão “*qualquer sócio*” não poderá deixar de ser interpretada extensivamente, no sentido de se conferir legitimidade para este procedimento cautelar especificado àqueles que a têm para a ação principal.

---

<sup>166</sup> Neste sentido, cfr. Ac. do TRC, de 08-11-2011, proc. n.º 158/10.0T2AVR-A.C2, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>167</sup> PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, ob. cit., pp. 792-793. Apontando para solução idêntica, COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, ob. cit., p. 520; RUI PINTO, “O procedimento cautelar de suspensão”, ob. cit., p. 32; LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 95; e JOSÉ NUNO MARQUES ESTACA, *O Interesse da Sociedade nas Deliberações Sociais*, Coimbra: Almedina, 2003, p. 157.

<sup>168</sup> Seguida por ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, ob. cit., p. 86; SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, ob. cit., p. 360; MOITINHO DE ALMEIDA, *Anulação e Suspensão*, ob. cit., p. 183; e TAVEIRA DA FONSECA, “Deliberações sociais”, ob. cit., pp. 90-91.



A legitimidade passiva para a suspensão pertence unicamente à sociedade, nos termos conjugados dos artigos 380.º e 381.º do CPC e do artigo 60.º, n.º 1, do CSC.

### **2.7.2. Que tenha sido tomada uma deliberação contrária à lei, ao contrato ou aos estatutos**

São suscetíveis de suspensão as deliberações dos sócios contrárias à lei, aos estatutos ou ao contrato (artigo 380.º, n.º 1, do CPC), quer sejam anuláveis, quer nulas ou ineficazes *stricto sensu*. Quanto à verificação do direito invocado pelo requerente, designadamente no que respeita à ilegalidade da deliberação, a nossa jurisprudência<sup>169</sup> e doutrina<sup>170</sup> tem vindo a entender que é suficiente um juízo de mera probabilidade ou verosimilhança. De facto, julgamos que esse requisito deve ser objeto de prova sumária, porquanto a probabilidade da verificação de um daqueles vícios na deliberação tomada que se pretende impugnar corresponde ao *fumus boni iuris* desta providência nominada.

Assim, a menos que o requerente pretenda que seja decretada a inversão do contencioso, a demonstração plena e exaustiva de tal direito só terá lugar na ação principal. Recordamos que o requerente da suspensão de deliberações sociais só ficará dispensado do ónus de propositura da ação principal, se o juiz entender que a matéria adquirida no procedimento lhe permitiu formar convicção segura acerca da existência do direito acautelado (artigo 369.º, n.º 1, do CPC). Por esse motivo, o requerente deverá, nesses casos, preocupar-se em demonstrar de forma ampla e completa a violação em causa, sob pena de ser indeferido o requerimento de inversão do contencioso.

---

<sup>169</sup> Cfr. Ac. do STJ, de 24-10-1994, proc. n.º 086078; Ac. do TRP, de 22-10-2009, proc. n.º 697/09.3TYVNG-A.P1; e Ac. do TRC, de 08-11-2011, proc. n.º 158/10.0T2AVR-A.C2, todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>170</sup> Neste sentido, cfr. LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 95; ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, ob. cit., p. 95; SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, ob. cit., p. 356; OLIVEIRA ASCENSÃO, *Direito Comercial*, ob. cit., p. 302; BRITO CORREIA, *Direito Comercial*, ob. cit., p. 363; ALBERTO PIMENTA, *Suspensão e Anulação*, ob. cit., pp. 33-35; e ALBERTO DOS REIS, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 678. Já MANUEL A. DOMINGUES DE ANDRADE e ANTÓNIO FERRER CORREIA, “Suspensão de deliberações sociais e direitos individuais dos accionistas (Jurisprudência Crítica)”, separata da *RDES*, ano 3, 5 e 6, 1948, p. 57, entendiam ser necessário um juízo bastante seguro – “uma convicção positiva nítida” – sobre a verificação da irregularidade das deliberações.

Questão discutida a este respeito está relacionada com a natureza do juízo formulado acerca da contrariedade da deliberação social relativamente à lei, ao pacto social ou aos estatutos da sociedade, enquanto requisito ou pressuposto da suspensão da deliberação social. Entendemos, com ALBERTO DOS REIS que tal qualificação envolve a resolução de uma questão de direito<sup>171</sup>, pelo que não carece de prova se o requerente vem arguir que a deliberação é contrária à lei, dependendo unicamente de prova documental (estatuto ou contrato) nos restantes casos.

No entanto, será de considerar matéria de facto e, portanto, suscetível de prova, designadamente testemunhal, se pelo requerente foi alegado que, na assembleia, ocorreu qualquer circunstância essencial que não ficou a constar na respetiva ata<sup>172</sup>. Para além de nem todo o conteúdo das assembleias consubstanciar uma deliberação social, importa não confundir a prova da deliberação tomada com a questão (de direito) relativa à sua qualificação como anulável, nula ou ineficaz<sup>173</sup>.

### **2.7.3. Que da execução da deliberação possa resultar dano apreciável**

Para que a suspensão de deliberações sociais seja decretada, a lei exige a existência de um receio fundado que se produza um *dano apreciável* em consequência da execução da deliberação em causa (artigo 380.º, n.º 1, do CPC). Estando em causa um conceito indeterminado, cabe ao requerente a alegação e a prova de factos concretos<sup>174</sup> dos quais se possa extrair que a suspensão da deliberação é condição essencial para impedir a verificação de um dano apreciável.

---

<sup>171</sup> ALBERTO DOS REIS, *Código de Processo Civil*, ob. cit., pp. 680-681. Também neste sentido, cfr. PINA CABRAL, Anotação ao Ac. do STJ de 25-11-1949, ob. cit., p. 453; e Ac. do TRP, de 01-04-1993, proc. n.º 9220960, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>172</sup> Neste sentido, cfr. MOITINHO DE ALMEIDA, *Anulação e Suspensão*, ob. cit., pp. 185-186. Em sentido contrário, cfr. ALBERTO PIMENTA, *Suspensão e Anulação*, ob. cit., pp. 21-22.

<sup>173</sup> A matéria atinente à prova da existência e do conteúdo da deliberação tomada será abordada no capítulo 2.8.3., para o qual remetemos.

<sup>174</sup> Cfr. Acs. do TRC de 10-12-2002, proc. n.º 3086/02; de 06-09-2011, proc. n.º 894/11.4TBPBL-A.C1; Ac. do TRL, de 28-02-2008, proc. n.º 920/2008-6; Acs. do TRP, de 04-05-2000, proc. n.º 0030540; de 19-12-2002, proc. n.º 0232627; de 11-06-2011, proc. n.º 0150734; e Ac. do TRE, de 31-01-2013, proc. n.º 391/11.3TBCTX-A.E1, todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Cfr., ainda, Ac. do TRP, de 17-10-2008, proc. n.º 0825051, também disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), onde se pode ler que “o requisito do dano apreciável é matéria que implica a alegação e prova de factos concretos bastantes e relevantes — vg. quanto ao montante do

Conforme tem salientado a doutrina<sup>175</sup> e a jurisprudência<sup>176</sup>, não se exige que o dano seja *irreparável* ou de *difícil reparação*. Pode ser um dano reparável, ficando aquém do dano de difícil reparação exigido para a providência cautelar comum (cfr. artigo 362.º, n.º 1, do CPC). O dano causado apreciável não tem de constituir um dano patrimonial, sendo admissível o recurso à suspensão de deliberações para evitar danos de outra natureza<sup>177</sup>. Por outro lado, esse dano tanto se pode refletir na esfera jurídica do requerente como na esfera jurídica da sociedade<sup>178</sup>.

Esta condição corresponde ao *periculum in mora*: o dano de que se trata deriva da demora do processo principal, “o que exige a alegação de factos concretos que permitam aferir da existência dos prejuízos e da correspondente gravidade, em termos de acarretar a certeza ou, pelo menos, a probabilidade muito forte e séria de que a execução da deliberação possa causar prejuízo apreciável”<sup>179</sup>.

---

*mesmo e situação económico financeira do requerente, etc — em função dos quais se possa densificar o conceito legal e concluir pela sua ocorrência”.*

<sup>175</sup> Cfr. LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 95; ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, ob. cit., p. 96; e ALBERTO DOS REIS, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 678.

<sup>176</sup> Cfr. Ac. do TRP, de 23-05-1989, *CJ*, t. 3, 1989, pp. 206 e ss.; Acs. do TRP, de 15-11-1993, proc. n.º 9350684; de 28-06-1994, proc. n.º 9430273; Ac. do TRL de 17-07-2008, proc. n.º 2321/2008-1; e Ac. do TRC, de 16-03-2010, proc. n.º 2033/09.2TBLRA.C1, todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Cfr., ainda, Ac. do STJ, de 25-06-1998, proc. n.º 98B492, também disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), onde se entendeu que dano apreciável é o “dano visível, de aparente dignidade, estimável”, enquanto o dano irreparável é o “dano incompensável”. Em sentido contrário, cfr. Ac. do STJ, de 28-11-1996, proc. n.º 96B600, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), no qual se considerou que o dano apreciável correspondia a um “dano irreparável”.

<sup>177</sup> Embora os danos sejam normalmente de natureza patrimonial, podem referir-se a danos morais. Neste sentido, cfr. LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 96; ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, ob. cit., pp. 97-98; e TAVEIRA DA FONSECA, “Deliberações sociais”, ob. cit., p. 105. Na jurisprudência, vide Ac. do TRP, de 25-10-2004, proc. n.º 0454487, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>178</sup> Assim tem sido entendido na jurisprudência: cfr. Ac. do TRL, de 12-11-1987, *CJ*, t. 5, 1987, pp. 101 e ss.; Ac. do TRC, de 19-12-1989, *CJ*, t. 5, 1989, pp. 64 e ss.; Acs. do TRP, de 07-03-2005, proc. n.º 0550385; de 27-09-2005, proc. n.º 0523043; Ac. do TRL, de 17-07-2008, proc. n.º 2321/2008-1; e Ac. do TRC, de 08-11-2011, proc. n.º 158/10.0T2AVR-A.C2, todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>179</sup> Ac. do TRL, de 21-06-2007, proc. n.º 2647/2007-6, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Cfr., a este propósito, Acs. do TRL, de 13-07-2010, proc. n.º 12/09.9TYLSB-A.L1-1; e de 10-12-1991, proc. n.º 0052491, ambos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Com efeito, na apreciação do requisito do receio de produção de um dano apreciável, a jurisprudência, na tradição de ALBERTO DOS REIS<sup>180</sup>, tende a considerar que tem que ser objeto de prova que leve à formulação de um juízo de certeza ou, pelo menos, de uma probabilidade muito forte, do mesmo, por efeito da execução da deliberação e, portanto, mais forte do que o juízo de verosimilhança utilizado para o requisito da ilegalidade da deliberação anteriormente analisado<sup>181</sup>.

Tem-se entendido que a apreciação do presente pressuposto constitui sempre uma questão de facto<sup>182</sup>. Mais correta será, contudo, a análise apresentada pelo Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 12 de fevereiro de 1996<sup>183</sup>: “*Constitui matéria de facto a alegar na petição a existência de tal dano, bem como a sua dimensão ou ordem de grandeza; sendo matéria de direito a sua qualificação como apreciável*”.

Em conclusão, a suspensão de uma deliberação só pode ser decretada se se provar que a sua execução pode causar um dano apreciável. A falta dessa prova determina a improcedência do pedido de suspensão, sendo igualmente injustificada se o dano que se pretende evitar já se tiver produzido<sup>184</sup>. Em qualquer caso, poderá, em cumprimento do estatuído no artigo 381.º, n.º 2, do CPC, não ser decretada a suspensão da deliberação se se verificar que o prejuízo resultante da suspensão for superior ao ocasionado pela sua execução, conforme analisaremos de seguida.

---

<sup>180</sup> ALBERTO DOS REIS, *Código de Processo Civil*, ob. cit., pp. 677-678.

<sup>181</sup> Cfr. Acs. do TRP de 01-04-1993, proc. n.º 9220960; de 22-04-1996, proc. n.º 9650144; Ac. do STJ, de 16-03-1999, proc. n.º 99A103; Ac. do TRL, de 12-02-2004, proc. n.º 270/2004-8; Ac. do TRC de 08-11-2011, proc. n.º 158/10.0T2AVR-A.C2, todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Menos exigente, contentando-se, para o requisito do dano apreciável, com o juízo de verosimilhança, cfr. Ac. do TRP de 12-02-1996, proc. n.º 9551089, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Também neste sentido, cfr. ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, ob. cit., p. 97.

<sup>182</sup> Neste sentido se pronuncia o Supremo Tribunal de Justiça, designadamente nos Acs. de 16-07-1943, *RLJ*, 76.º, pp. 240 e ss.; de 30-03-1962, *BMJ*, 115, pp. 571 e ss.; de 04-06-1974, *RLJ*, 108.º, pp. 235 e ss.; de 06-06-1978, *BMJ*, 278, pp. 246 e ss.; de 21-06-1994, *BMJ*, 438, pp. 390 e ss.; e, ainda, de 20-05-1997, proc. n.º 97A313, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>183</sup> Ac. do TRP, de 12-02-1996, proc. n.º 9551089, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Na doutrina, cfr. LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 96; PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, ob. cit., p. 789; e SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, ob. cit., pp. 361-362.

<sup>184</sup> Cfr. Ac. do TRP, de 07-10-1992, proc. n.º 9150629, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

### 2.7.3.1. Proporcionalidade

As medidas provisórias não podem impor ao requerido um sacrifício desproporcionado relativamente aos interesses que o requerente deseja acautelar provisoriamente. Não obstante o n.º 2 do artigo 368.º não ter aplicação no âmbito dos procedimentos cautelares nominados<sup>185</sup>, a lei estabelece uma norma semelhante, mas não coincidente, para a suspensão de deliberações sociais no n.º 2 do artigo 381.º. Dispõe este artigo que “*ainda que a deliberação seja contrária à lei, aos estatutos ou ao contrato, o juiz pode deixar de suspendê-la, desde que o prejuízo resultante da suspensão seja superior ao que pode derivar da execução*”.

É, assim, requisito secundário da condição de resultar da execução imediata da deliberação dano apreciável que, de tal execução, resulte um prejuízo superior ao que resultaria da suspensão<sup>186</sup>, pelo que juiz terá que, no seu prudente arbítrio, avaliar qual dos dois possíveis danos se destaca como mais avultado. Citando MENEZES CORDEIRO, estamos perante a “*grande válvula de segurança do energético regime atribuído à suspensão das deliberações sociais*”<sup>187</sup>.

Não se exige, diversamente do que acontece no procedimento cautelar comum, um excesso *considerável* entre o prejuízo do seu decretamento e aquele que se pretende evitar (cfr. artigo 368.º, n.º 2, do CPC), bastando que ele seja *superior* a este para que o juiz se decida pela não suspensão. No âmbito deste procedimento especificado, o julgador goza, deste modo, de uma maior margem de discricionariedade na concretização *princípio da proporcionalidade*<sup>188</sup>.

Na contestação, tem a sociedade requerida o ónus de alegar e de provar que a suspensão e, consequentemente, a não execução da deliberação, comporta prejuízos quantitativa ou qualitativamente superiores àqueles que pretendem esconjurar.

---

<sup>185</sup> Cfr. art. 376.º, n.º 1, do CPC.

<sup>186</sup> Decidiu-se no Ac. do TRP, de 14-01-1992, proc. n.º 9130676, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), que “*a que providência de suspensão de execução de deliberação social deve ser deferida se se igualem os prejuízos resultantes da suspensão e da execução*”. No sentido que não deve ser ordenada a suspensão, cfr. DOMINGUES DE ANDRADE e FERRER CORREIA, “Suspensão de deliberações sociais”, *ob. cit.*, p. 61.

<sup>187</sup> MENEZES CORDEIRO, *SA: Assembleia Geral*, *ob. cit.*, p. 261.

<sup>188</sup> LOPES DO REGO, *Comentários ao Código*, *ob. cit.*, p. 366.

Trata-se de um facto impeditivo e, portanto, cabe ao requerido o ónus de alegar (artigo 571.º, n.º 2, do CPC) e de provar (artigo 342.º, n.º 2, do CC).

## **2.8. O processamento**

### **2.8.1. Tramitação processual**

Muito embora a tramitação processual seja específica para cada uma das providências expressamente tipificadas na lei processual, por força do disposto no n.º 1 do artigo 376.º do CPC, são subsidiariamente aplicáveis ao procedimento cautelar de suspensão de deliberações sociais as regras constantes do processo cautelar comum.

Desta feita, conforme resulta do n.º 1 do artigo 365.º do CPC, o procedimento inicia-se com a apresentação da *petição inicial*<sup>189</sup>, a qual deverá seguir as indicações previstas para este articulado – em especial, *vide* artigos 144.º, 147.º, 552.º e 558.º, todos do CPC<sup>190</sup>. O requerente deve logo oferecer as provas com o requerimento inicial, não podendo arrolar mais de cinco testemunhas, de acordo com o estabelecido nos artigos 293.º, n.º 1, e 294.º, n.º 1, *ex vi* artigo 365.º, n.º 3, do CPC. De notar que, nos termos do artigo 380.º, n.º 2, o requerimento deve ainda ser instruído com a cópia da ata em que as deliberações foram tomadas, a fornecer pela administração em 24 horas, ou de documento equivalente<sup>191</sup>.

O requerente deve rematar o requerimento formulando a sua pretensão, isto é, a providência concreta que pretende. Atenta a infungibilidade da prestação de facto negativo correspondente à paralisação da execução da deliberação inválida, pode também, nos termos conjugados do artigo 365.º, n.º 2, do CPC e do artigo 829.º-A do

---

<sup>189</sup> A apresentar sob a forma articulada (art. 147.º, n.º 2, do CPC), acompanhada pelo documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça inicial ou da apresentação do pedido de apoio judiciário (art. 552.º, n.ºs 3 e 4, do CPC).

<sup>190</sup> Tal como ensina ABÍLIO NETO, *Novo Código, ob. cit.*, p. 429, “Embora o artigo 365.º, n.º 3, se limite a determinar a aplicação aos procedimentos cautelares, a título supletivo, da disciplina comum dos incidentes da instância, (...) devem observar-se no seu desenvolvimento também as normas de carácter geral da acção declarativa, em tudo aquilo que seja compatível com a celeridade da tutela cautelar urgente e se mostre necessário para dar consistência à estrutura formal da tramitação”.

<sup>191</sup> Sob pena da cominação prevista no art. 381.º, n.º 1, do CPC.

CC, deduzir o pedido acessório de condenação no pagamento de sanção pecuniária compulsória que creia adequada.

Tendo em consideração que o processo cautelar se propõe a evitar o *periculum in mora*, a sua tramitação há-de ser forçosamente simples e rápida, através de uma sequência de atos que deve ser praticada de uma maneira célere<sup>192</sup>. Mais, visto que, nos termos do artigo 363.º, n.º 1, do CPC, os procedimentos cautelares revestem sempre carácter urgente, para além dos atos que os integram poderem ser praticados em férias judiciais (artigo 137.º, n.ºs 1 e 2, do CPC), não suspendem nesses períodos os prazos processuais estabelecidos para a sua prática (artigo 138.º, n.º 1, do CPC).

Cabe ainda dizer que, nos termos dos artigos 9.º, al. e), e 15.º, n.ºs 5 e 6, ambos do CRCom, a propositura do procedimento cautelar de suspensão está sujeita a registo junto da Conservatória de Registo Comercial<sup>193</sup>. O artigo 15.º, n.º 7, do CRCom fixa em dois meses a contar da sua propositura o prazo para o registo dos procedimentos cautelares de suspensão de deliberações sociais, regulando o artigo 43.º o modo de efetuação desse registo.

Note-se que o artigo 9.º, al. e), do CRCom parece, à primeira vista, limitar o registo da instauração do procedimento cautelar de suspensão aos casos em que é invocada a anulabilidade ou a nulidade da deliberação e, portanto, apenas aos casos em que está em causa a invalidade (e não a eficácia) da deliberação. Porém, consideramos que razões ligadas à razão de ser do registo comercial, designadamente de alcançar a segurança no comércio jurídico, permitem sustentar a extensão teleológica daquelas normas aos casos em que a deliberação social é ineficaz.

Após a apresentação da petição inicial, é proferido *despacho liminar*. No caso de ser proferido despacho de indeferimento liminar, este é recorrível nos termos do artigo 629.º, n.º 3, al. c), do CPC. O recurso deve ser interposto no prazo de quinze dias<sup>194</sup> e sobe nos próprios autos do procedimento (artigo 645.º, n.º 1, al. d), do CPC)

---

<sup>192</sup> Face ao carácter urgente dos procedimentos cautelares, é controversa a questão da admissibilidade da dedução de articulados supervenientes nos procedimentos cautelares. A favor, defendendo, todavia, a aplicação do regime do art. 589.º do CPC, cfr. LOPES DO REGO, *Comentários ao Código*, ob. cit., p. 351. Contra, cfr. Ac. do TRE, de 21-10-2008, proc. n.º 2463/08-2, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>193</sup> Cfr. art. 168.º, n.º 5, do CSC.

<sup>194</sup> Cfr. arts. 363.º, n.º 1, e 638.º, n.º 1, do CPC.

com efeito suspensivo (artigo 647.º, n.º 3, al. d), do CPC). Conforme estabelece o artigo 641.º, n.º 7, do CPC, no despacho de admissão do recurso, o juiz deve ordenar a citação da ré ou da requerida (leia-se, da sociedade), tanto para os termos do recurso como para os da causa, salvo nos casos em que o requerido no procedimento cautelar não deva ser ouvido antes do seu decretamento.

Se não houver lugar ao indeferimento liminar ou despacho de convite à sanação ou aperfeiçoamento ao requerimento, o juiz, face aos elementos concretos dos autos, decide, com base no disposto no artigo 366.º, n.º 1, do CPC, se ouvirá a requerida, processando-se logo o contraditório; ou se o contraditório terá lugar só após o decretamento da providência<sup>195</sup>. No que diz respeito à suspensão das deliberações sociais, à semelhança do procedimento cautelar comum, apenas se permite – não se impõe – que a providência seja decretada sem a sua audição.

A não audiência da requerida constitui exceção, pelo que só deve ocorrer quando o juiz entender, fundamentadamente, que a audiência do requerido põe em “*risco sério*” o “*fim ou a eficácia da providência*”. Quer dizer: a sociedade só não será citada quando a sua audiência puder esvaziar o objetivo e os efeitos práticos da providência requerida.

Muitas das vezes, a audição necessária será o corolário do disposto no n.º 1 do artigo 381.º e, portanto, da alegação pelo requerente da falta de cópia da ata ou de documento correspondente que se mostrem necessários para a prova da existência e do conteúdo da deliberação alegadamente viciada. A decisão de não ouvir a requerida está, portanto, mais dependente do juízo sobre a demora do procedimento cautelar do que da preocupação de garantir o seu secretismo<sup>196</sup>. Porém, não está de todo afastada a possibilidade de a urgência da suspensão ser tal que o concreto *periculum in mora* justifica uma atuação imediata do tribunal, sob pena de ser posta em risco a utilidade da providência<sup>197</sup>.

---

<sup>195</sup> Cfr. art. 226.º, n.º 4, al. b), do CPC.

<sup>196</sup> Neste sentido, cfr. LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 99.

<sup>197</sup> Cfr. ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, ob. cit., p. 89, nota 138: “Assim acontece, por exemplo, quando esteja iminente a realização de uma escritura pública de compra e venda de um imóvel imprescindível para a actividade da sociedade ou de aumento ou de redução do capital social tendo subjacente deliberações ilegais e cuja execução,



Na hipótese de o juiz decidir ouvir a requerida, a sociedade é *citada – ou notificada*<sup>198</sup> – para deduzir *oposição* à pretensão do requerente. A contestação será apresentada no prazo de dez dias<sup>199</sup> contados da citação ou notificação da requerida, devendo ser acompanhada do requerimento de prova, tal como disposto nos artigos 293.º, n.º 1, e 294.º, n.º 1, *ex vi* artigo 365.º, n.º 3, do CPC.

A sociedade requerida deve esgotar na contestação todos os argumentos de defesa de que disponha, como, por exemplo, a impugnação da qualidade de sócio, a negação da invalidade ou da ineficácia da deliberação, a arguição da caducidade do direito de suspensão ou de anulação, a alegação de que a deliberação já se encontra totalmente executada, de que a sua execução não consubstancia dano apreciável ou que a sua suspensão comporta prejuízos superiores àqueles que podem derivar da sua execução<sup>200</sup>.

De entre os meios de defesa a utilizar pela requerida para efeitos de indeferimento da providência, importa não esquecer que aquela poderá ainda invocar a existência de deliberação renovatória que, nos termos do artigo 62.º do CSC, tenha sanado os vícios da anterior. Ressalvando os direitos de terceiros, a essa deliberação pode a assembleia geral atribuir eficácia retroativa, pelo que deve o juiz, perante a defesa apresentada, ponderar a eventual inutilidade superveniente do procedimento cautelar<sup>201</sup>.

Findo o prazo da oposição, quando a requerida haja sido ouvida, procede-se, quando necessário, à produção de provas, requeridas ou determinadas oficiosamente, em *audiência final*, nos termos do artigo 367.º, n.º 1, do CPC<sup>202</sup>, seguindo-se a *decisão*.

---

*através da referida escritura, seja susceptível de causar graves danos que não possam ser eliminados por outra via que não pela urgente suspensão dos seus efeitos”.*

<sup>198</sup> Se a ré tiver sido citada para a ação principal, a citação é substituída por notificação (art. 366.º, n.º 2, do CPC). *Vide* art. 219.º, n.ºs 1 e 2, do CPC, onde se estabelece a diferença entre citação e notificação.

<sup>199</sup> Cfr. art. 293.º, n.º 2, *ex vi* art. 365.º, n.º 3, todos do CPC. Este prazo poderá ser acrescido de dilação que, porém, nunca poderá ultrapassar os dez dias (art. 366.º, n.º 3, do CPC).

<sup>200</sup> ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, *ob. cit.*, p. 89.

<sup>201</sup> Neste sentido, cfr. ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, *ob. cit.*, p. 99.

<sup>202</sup> De acordo com a regra atualmente constante do n.º 1 do art. 155.º do CPC, “*A audiência final de ações, incidentes e procedimentos cautelares é sempre gravada, devendo apenas ser*

Note-se que a audiência só é “*final*” quando o requerido haja sido ouvido. No entanto, o disposto naquele preceito tem também aplicação aos casos em que a sua audição é dispensada. Nesta hipótese, só se procede à notificação da decisão que a ordenou (artigo 366.º, n.º 5, do CPC) e pode a requerida, nos termos do n.º 1 do artigo 372.º do CPC, exercer o contraditório recorrendo da decisão que a decretou, no prazo de quinze dias<sup>203</sup>, ou, em alternativa, deduzir oposição, no prazo de dez dias<sup>204</sup>.

### 2.8.2. Os efeitos da citação da sociedade

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 381.º do CPC, a partir da citação ou da notificação<sup>205</sup>, e enquanto não for julgado em 1.ª instância o pedido de suspensão, não é lícito à sociedade executar a deliberação impugnada<sup>206</sup>. Esta norma foi introduzida na vigência do anterior Código de Processo Civil com o objetivo primordial de evitar que a providência não pudesse ser decretada por, até à data em que é concedida, a deliberação já se mostrar integralmente executada.

Mais tarde, a redação do n.º 3 do artigo 397.º, resultante da reforma de 1995, veio tornar claro que a ilicitude da execução só se verificará até que o pedido seja julgado em 1.ª instância, sem ser necessário o respetivo trânsito em julgado. Assim, caso haja recurso de apelação da decisão que não ordene a providência, este sobe nos próprios autos e tem efeito suspensivo (cfr. artigos 645.º, n.º 1, al. d), e 647.º, n.º 3, al. d), do CPC), mas não se mantêm os efeitos da citação. Se a providência for concedida

---

*assinalados na ata o início e o termo de cada depoimento, informação, esclarecimento, requerimento e respetiva resposta, despacho, decisão e alegações orais”.*

<sup>203</sup> Cfr. arts. 363.º, n.º 1, e 638.º, n.º 1, ambos do CPC.

<sup>204</sup> Cfr. art. 293.º, n.º 2, *ex vi* art. 365.º, n.º 3, e art. 366.º, n.ºs 3 e 6, todos do CPC.

<sup>205</sup> A cominação deste preceito tem também aplicação no caso da sociedade ser notificada, nos termos do art. 366.º, n.º 2, do CPC.

<sup>206</sup> A propósito desta matéria, lembre-se o disposto no art. 412.º, n.º 3, do CSC, relativamente ao conselho de administração de sociedades anónimas: “*os administradores não devem executar ou consentir que se executem deliberações nulas*”. E, ainda, o disposto no art. 31.º, n.º 4, do CSC: “*a partir da citação da sociedade para a ação de invalidade de deliberação de aprovação do balanço ou da distribuição de reservas ou lucros de exercício não podem os membros da administração efetuar aquela distribuição com fundamento nessa deliberação*”. No que diz respeito às sociedades de capital aberto, dispõe o art. 24.º, n.º 2, do CVM, que “*qualquer acionista pode (...) instar, por escrito, o órgão de administração a abster-se de executar deliberação social que considere inválida, explicitando os respetivos vícios*”.

a questão não se coloca, já que o recurso que da decisão seja interposto tem efeito meramente devolutivo<sup>207</sup>.

Contudo, é controverso tanto na doutrina como na jurisprudência o alcance deste preceito: há, por um lado, quem defenda que os atos que sejam praticados após a citação em execução da deliberação em causa são inválidos e, consequentemente, que a mencionada diligência antecipa os efeitos do decretamento da providência requerida; e, por outro lado, quem sustente que tais atos são válidos, sem prejuízo de os seus executantes poderem incorrer em responsabilidade civil. Certo é que a violação da proibição em apreço não conduz à aplicação de sanção de índole penal, por não se enquadrar no âmbito do artigo 375.º do CPC.

No entendimento da primeira corrente doutrinária, perfilhada por CARLOS OLAVO<sup>208</sup>, aquela norma determina a imediata suspensão da deliberação social<sup>209</sup>, significando isto que, após a citação, são nulos quaisquer atos de execução da deliberação, funcionando, porém, a decisão de improcedência do pedido cautelar como causa extintiva dessa ineficácia.

Para PINTO FURTADO<sup>210</sup>, a partir da citação, o procedimento produz, desde logo, a suspensão da deliberação, que opera até à decisão definitiva, contudo, para o autor, depois de decretada a suspensão definitiva, o efeito que decorre da execução da deliberação é ainda a responsabilidade civil dos gerentes ou administradores que ilicitamente a executem. Por esse motivo, os resultados práticos da aplicação destas duas doutrinas, no período que medeia entre a citação e a decisão do procedimento, serão idênticos.

---

<sup>207</sup> Cfr. arts. 645.º, n.º 2, e 647.º, n.º 1, do CPC.

<sup>208</sup> CARLOS OLAVO, “Impugnação das deliberações”, *ob. cit.*, p. 30.

<sup>209</sup> Também neste sentido, cfr. PEREIRA DE ALMEIDA, *Sociedades Comerciais*, *ob. cit.*, p. 247; PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, 2.ª ed., Coimbra: Almedina, 2006, p. 174; LOPES DO REGO, *Comentários ao Código*, *ob. cit.*, p. 366; e OLIVEIRA ASCENSÃO, *Direito Comercial*, *ob. cit.*, pp. 304-306. E, a nível jurisprudencial, cfr. Ac. do TRL, de 22-11-1990, *CJ*, t. 5, 1990, pp. 121 e ss.; Ac. do TRC, de 26-01-1993, *CJ*, t. 1, 1993, pp. 26 e ss.; Ac. do STJ, de 11-10-1995, *CJ*, t. 3, 1995, pp. 60 e ss.; e Ac. do TRC, de 18-03-2014, proc. n.º 922/11.3TBPBL.C1, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>210</sup> PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, *ob. cit.*, pp. 794-795.

De acordo com a outra corrente interpretativa, encabeçada por LOBO XAVIER<sup>211</sup>, a citação da requerida, no âmbito do procedimento, não antecipa a totalidade dos efeitos da decisão cautelar de suspensão, sem prejuízo de poder determinar a responsabilização dos que executem a aludida deliberação, pelos danos que causarem, se a ação principal vier dar razão ao requerente<sup>212</sup>. Sendo a execução da mesma ilícita, quem a executar incorrerá na obrigação de indemnizar a sociedade nos termos gerais da responsabilidade civil.

A nosso ver, o despacho judicial a ordenar a citação da sociedade não determina a suspensão da respetiva deliberação social. A decisão de procedência do pedido cautelar, operando retroativamente, antes sujeita a responsabilidade civil, desde a citação, os responsáveis pela execução pelos danos que a sua conduta possa causar à sociedade ou aos sócios. A responsabilidade ficará, porém, extinta se vier a ser indeferida a providência.

A solução contrária, face às consequências nefastas que poderiam advir para a requerida – uma vez que permitiria que um qualquer sócio pudesse fazer uma utilização abusiva do procedimento e paralisar infundadamente, durante um certo tempo, deliberações tomadas pela sociedade – teria sempre que resultar de forma inequívoca da lei. Nada nos permite concluir que os atos (ilicitamente) praticados pela sociedade em execução da deliberação após a citação sejam inválidos ou ineficazes. O que diz a lei é que, a partir da citação, “*não é lícito*” à sociedade requerida “*executar*” a deliberação social. Não deverão ser confundidos os conceitos de licitude e ineficácia. O ato ilícito gera responsabilidade civil de quem o praticar, não implicando qualquer desvalor ao nível dos respetivos efeitos.

Se o legislador tivesse querido que a simples citação equivalhesse à procedência do procedimento de suspensão de deliberações sociais, tê-lo-ia expressado no texto legal. Assim, a inobservância do artigo 381.º, n.º 2, do CPC, sujeita apenas a responsabilidade civil a pessoa coletiva que execute a deliberação impugnada, sendo

---

<sup>211</sup> LOBO XAVIER, “O conteúdo da providência de suspensão”, *ob. cit.*, pp. 84-90. Seguindo esta posição, Ac. do TRP, de 28-07-1983, *CJ*, t. 4, 1983, pp. 235 e ss.; e Ac. do TRL, de 31-05-1988, *CJ*, t. 3, 1988, pp. 155 e ss..

<sup>212</sup> Aderiram a esta tese, COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, *ob. cit.*, pp. 524-525; LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, *ob. cit.*, p. 101; SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, *ob. cit.*, pp. 367-368; e TAVEIRA DA FONSECA, “Deliberações sociais”, *ob. cit.*, pp. 111-114.

que os gerentes e os administradores poderão também ser pessoalmente responsáveis, seja perante o requerente da providência, seja perante a sociedade, nos termos do artigos 72.º e 79.º do CSC<sup>213</sup>.

Não obstante ser este o entendimento que defendemos, estamos cientes de que esta interpretação exige ao órgão de administração da sociedade, confrontado com a citação desta, um juízo de cuidada probabilidade e viabilidade da pretensão do requerente. Só deste modo conseguirá decidir se deve ou não sustentar a execução da deliberação<sup>214</sup>, sendo certo que os gerentes e administradores não se encontram, na grande maioria das vezes, dispostos a correr esse risco e tendem a paralisar de imediato a deliberação<sup>215</sup>.

### **2.8.3. A ata (ou documento comprovativo da deliberação)**

Para a prova da existência e do conteúdo da deliberação tomada, o requerente da suspensão da deliberação social deverá instruir o respetivo requerimento com a cópia da ata. Atenta a necessidade de apresentação da ata da reunião em que as deliberações foram tomadas ou documento que a substitua<sup>216</sup> – enquanto elemento essencial de prova –, o legislador atribuiu ao sócio o direito de, num curto prazo de 24 horas, obter o fornecimento de uma cópia (artigo 380.º, n.º 2, do CPC).

Se o órgão da administração ou gerência da pessoa coletiva não tiver fornecido ao requerente a cópia ou documento correspondente, o requerente deve alegar esse facto na petição, de forma a que a requerida seja citada ou notificada com a cominação constante do artigo 381.º, n.º 1, do CPC. Quer isto dizer que, perante tal

---

<sup>213</sup> Neste sentido, cfr. RUI PINTO, “A ilicitude da execução de deliberações”, *ob. cit.*, p. 22.

<sup>214</sup> MENEZES CORDEIRO, SA: *Assembleia Geral*, *ob. cit.*, pp. 261-262.

<sup>215</sup> Uma vez que esta opção do legislador não oferece segurança jurídica para o interprete, RUI PINTO, “O procedimento cautelar de suspensão”, *ob. cit.*, p. 34, defende que, a partir de uma alteração legislativa, ser dado ao juiz o poder de, no despacho que ordena a citação para os termos do procedimento cautelar, “ordenar a suspensão intercalar de todos ou alguns dos atos de execução da deliberação impugnada”.

<sup>216</sup> Nos casos em que a lei dispensar a reunião da assembleia, a cópia da ata será substituída por documento comprovativo da deliberação (artigo 380.º, n.º 2, do CPC).

recusa, a sociedade requerida é citada com o aviso de que deverá apresentar a ata ou o documento juntamente com a contestação, sob pena de esta não ser recebida<sup>217</sup>.

Na versão originária do Código de Processo Civil de 1961, o seu artigo 397.º, n.º 2, dispunha que, tanto no caso de a requerida não apresentar a cópia da ata ou do documento, como no de a requerida não contestar, era imediatamente suspensa a deliberação. Este efeito cominatório pleno foi, porém, suprimido com o Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de dezembro.

Hoje, do artigo 381.º, n.º 1, resulta que, não tendo havido contestação ou tendo sido esta apresentada sem estar acompanhada da cópia da ata ou documento em falta, a requerida ficará na situação de revelia, a qual “*tem os efeitos previstos no processo comum de declaração*”, nos termos do artigo 366.º, n.º 5 – cfr. artigos 567.º e 568.º do CPC.

Assim, por força do disposto no artigo 567.º, n.º 1, devem considerar-se admitidos os factos alegados pelo requerente da providência. Porém, com a ressalva resultante do artigo 568.º, al. d), assim não será quanto se trate de factos para cuja prova se exija documento escrito, já que esse facto impede a constituição de uma situação de revelia operante.

Ora, de acordo com o artigo 63.º, n.º 1, do CSC, as deliberações apenas podem provar-se através das atas das assembleias ou, quando admitidas as deliberações por escrito, através dos documentos que as contenham. Tratando-se aqui de uma formalidade *ad probationem*<sup>218</sup>, o documento exigido apenas poderá ser substituído por confissão expressa, judicial ou extrajudicial, contanto que, neste último caso, a confissão conste de documento de igual ou superior valor probatório. Neste seguimento, a simples confissão tácita emergente da situação de revelia não basta para superar a falta do documento, a exigir-se, nos termos do artigo 364.º, n.º 2, do CC, a confissão expressa, judicial ou extrajudicial.

---

<sup>217</sup> Lembre-se que o art. 59.º, n.º 4, do CSC, estabelece um regime diverso para a ação de anulação de deliberações sociais, segundo o qual o juiz fixará um prazo, até sessenta dias, para a sociedade apresentar a ata, suspendendo-se a instância até essa apresentação.

<sup>218</sup> E não uma formalidade *ad substantiam*, visto que estas últimas são insubstituíveis por outro meio de prova.

Atento o exposto, coloca-se a questão de saber qual então a consequência de ser recusado o recebimento da contestação por falta de apresentação da ata ou do documento que a substitua por parte da requerida, tendo em conta que, como vimos, a situação de revelia é insuficiente para considerar assentes os respetivos factos.

Porque estamos perante uma situação de impossibilidade prática no que respeita à prova da deliberação cuja execução se pretende suspender, sendo exclusivamente imputável à requerida a situação que traduz essa impossibilidade de prova, deve considerar-se invertido o ónus da prova, nos termos conjugados dos artigos 430.º, 417.º, n.ºs 1 e 2, do CPC e 344.º, n.º 2, do CC. O ónus da prova é, assim, invertido, devendo o tribunal assumir a existência da deliberação social nos termos configurados pelo requerente<sup>219</sup>.

#### **2.8.4. Decisão e recursos cabíveis**

Depois de produzida a prova pelas partes, o juiz profere decisão, na qual poderá indeferir o pedido de suspensão por não se mostrar preenchido algum dos seus pressupostos ou requisitos. Afirma o n.º 1 do artigo 363.º do CPC que a decisão sobre a procedência ou a improcedência do procedimento instaurado deve ser proferida no prazo máximo de dois meses ou, se o requerido não tiver sido citado, quinze dias.

Na decisão, o juiz procede à *summaria cognitio*, sendo que a apreciação do requisito da ilegalidade da deliberação equivale ao reconhecimento do direito do requerente, pelo que será suficiente a averiguação da aparência desse direito – *fumus boni iuris*. Porém, não pode a suspensão ser concedida apenas com base na aparência do direito: é indispensável, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 380.º do CPC, que a execução possa causar dano apreciável.

Na expressão do n.º 1 do artigo 380.º do CPC, o sócio tem que demonstrar o perigo de ocorrência de “*dano apreciável*” decorrente da execução da deliberação, ou seja, a existência do *periculum in mora*. Relembramos que, na apreciação deste requisito, a jurisprudência tende a considerar que o mesmo tem que ser objeto de prova que leve à formulação de um juízo de certeza ou, pelo menos, de probabilidade

---

<sup>219</sup> Assim, cfr. REMÉDIO MARQUES, *Acção Declarativa*, ob. cit., p. 177; LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, ob. cit., p. 98; e ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, ob. cit., pp. 94-95.

muito forte, sobre a sua realidade, sendo ainda fundamental a atualidade do perigo, excluindo-se as deliberações executadas ou que já esgotaram todos os seus efeitos danosos.

Na decisão, o tribunal deve ainda estimar a proporcionalidade dos danos causados pela suspensão perante os que ela pretende evitar e indeferi-la se o prejuízo que resultaria da decretação da providência fosse superior ao que pudesse derivar da sua execução (artigo 381.º, n.º 2, do CPC). Sendo certo que, nos termos da primeira parte do n.º 3 do artigo 376.º do CPC, o tribunal não está adstrito à providência concretamente requerida, podendo decretar uma providência distinta<sup>220</sup>.

De harmonia com o estabelecido no artigo 62.º, n.º 3, do CSC, a propósito da ação de impugnação, cremos que também pode ser concedido à requerida, antes de ser concedida a suspensão, prazo para renovação da deliberação posta em causa, por forma a que a mesma seja substituída através do instituto da renovação das deliberações sociais, previsto naquele artigo<sup>221</sup>.

A decisão final, com trânsito em julgado, proferida no procedimento cautelar de suspensão de deliberações sociais deve ser registada e publicada (cfr. artigos 9.º, al. h), 15.º, n.º 8, e 70.º, n.º 1, al. d), do CRCom). Cabe, no entanto, realçar que a decisão apenas será proferida depois de feita prova de ter sido requerido o registo do procedimento cautelar de suspensão da deliberação social (cfr. artigos 168.º, n.º 5, do CSC e 15.º, n.º 5, do CRCom)<sup>222</sup>. Impende sobre o requerente o ónus de promover o registo da decisão final, que deve ser pedido no prazo de dois meses a contar do

---

<sup>220</sup> Esta faculdade decorre do facto de o tribunal não estar vinculado à indagação, interpretação e aplicação das regras de direito (art. 5.º, n.º 3, do CPC). Como explica ABÍLIO NETO, *Novo Código*, ob. cit., p. 454: “*Recai, por conseguinte, sobre o julgador o poder-dever de reconduzir o pedido de tutela provisória ao modelo processual que permita alcançar as medidas mais ajustadas à defesa temporária do direito atingido pelo periculum in mora, ainda que essa intervenção imponha a passagem da forma inicial de procedimento para outra forma diversa, seja ela a comum ou a correspondente a outro procedimento também especificado*”.

<sup>221</sup> Neste sentido, cfr. MENEZES CORDEIRO, *SA: Assembleia Geral*, ob. cit., p. 258.

<sup>222</sup> Numa primeira leitura, o disposto no art. 9.º, al. e), do CRCom leva a crer que não é obrigatório o registo da propositura do procedimento cautelar de suspensão de uma deliberação social ineficaz e, por conseguinte, da decisão proferida nesse procedimento. Contudo, como já deixámos exposto anteriormente, entendemos que se impõe aqui a extensão teleológica das normas, no sentido de que está abrangida no seu âmbito de aplicação o procedimento cautelar de suspensão de uma deliberação social ineficaz.



trânsito em julgado (artigo 15.º, n.º 8, do CRCom). Conforme veremos, este passo é fundamental para que a decisão seja aposta a terceiros.

Tal como ABRANTES GERALDES, não afastamos a possibilidade de substituição da medida cautelar por caução<sup>223</sup>. Atualmente, o regime estabelecido no n.º 3 do artigo 368.º do CPC para a providência cautelar inominada, estende-se, por via do artigo 376.º, n.º 1, do CPC, a esta providência nominada. Essa substituição dependerá da análise casuística de cada situação e, obviamente, do preenchimento dos requisitos previstos naquele primeiro normativo. De facto, perante deliberações que sejam apenas suscetíveis de produzir danos de natureza patrimonial, e sendo estes quantificáveis, não se vê razão para excluir “*a possibilidade de compatibilizar os interesses contrapostos por intermédio de uma medida capaz de prevenir a lesão ou de repará-la integralmente*”<sup>224</sup>.

O preceito do n.º 1 do artigo 374.º do CPC trata da responsabilidade civil do requerente de providência que é julgada injustificada ou que, tendo sido ordenada, vem a caducar. Assim, se o requerente não chegar a propor a ação principal ou se, tendo-a proposto, negligenciar o seu andamento, responderá pelos danos que culposamente tiver causado à requerida.

A providência injustificada suscetível de levar à responsabilização do requerente é aquela que chega a ser decretada pelo tribunal e cuja impugnação, posteriormente, é julgada procedente, tenha essa impugnação lugar por oposição ou por recurso.

A responsabilidade do requerente duma providência cautelar pressupõe, igualmente, que aquele “*não tenha agido com a prudência normal*”, causando culposamente danos ao requerido<sup>225</sup>. Porém, a imposição da condição prévia da

---

<sup>223</sup> ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, *ob. cit.*, pp. 100-101.

<sup>224</sup> Contra a possibilidade da suspensão de deliberações sociais poder ser substituída por caução, cfr. MARCO CARVALHO GONÇALVES, *Providências Cautelares*, 2.ª ed., Coimbra: Almedina, 2016, p. 282; e REMÉDIO MARQUES, *Acção*, *ob. cit.*, pp. 170-171.

<sup>225</sup> Cfr. Ac. do STJ, de 26-09-2002, proc. n.º 02B1938, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt): “O momento a atender para se julgar acerca da falta de normal prudência do requerente é, essencialmente, aquele em que o requerente intenta o procedimento cautelar, assim se determinando se ocultou intencionalmente factos, ou os deturpou conscientemente, ou agiu imprudentemente, ou com erro grosseiro ou, até, com culpa ofensiva da prudência exigível do bom pai de família. (...) Não são fundamento de responsabilidade do requerente o instaurar

prestação de caução, prevista no n.º 2 do artigo 374.º, apenas tem lugar relativamente a uma medida solicitada ao abrigo do procedimento comum e, no domínio dos procedimentos cautelares especificados, aos casos de arresto e de embargo de obra nova (artigos 376.º, n.º 2, do CPC e 620.º do CC).

Uma das consequências da *summaria cognitio* e da suficiência da mera justificação no decretamento da providência, é que esse decretamento não condiciona a apreciação da causa principal e apenas desfruta de uma eficácia relativa na composição. Determina o n.º 4 do artigo 364.º do CPC que “*nem o julgamento da matéria de facto, nem a decisão final proferida no procedimento cautelar, têm qualquer influência no julgamento da ação principal*”. Conforme evidencia RUI PINTO<sup>226</sup>, “*Este aspecto é absolutamente decisivo na demonstração de que estamos sempre perante dois objectos processuais distintos, mesmo quando se trate de medida antecipatória*”.

No caso de ser concedida providência sem a prévia audição da requerida, pode esta impugná-la através da interposição de recurso de apelação, no prazo de quinze dias<sup>227</sup>, do despacho que a decretou, quando entenda que os elementos apurados pelo tribunal não constituem fundamento para o decretamento da providência (artigo 372.º, n.º 1, al. a), do CPC).

Contudo, deverá deduzir oposição, no prazo de dez dias<sup>228</sup>, quando pretenda alegar novos factos ou produzir novos meios de prova que não foram considerados pelo tribunal e que afastem os fundamentos da providência ou determinem a sua redução, aplicando-se, com as adaptações necessárias, o disposto nos artigos 367.º e 368.º (cfr. artigo 372.º, n.º 1, al. b), do CPC).

Assim, quando a requerida não tiver sido ouvida antes do decretamento da providência terá a faculdade de optar por uma dessas vias de defesa, podendo igualmente impugnar, por qualquer um desses meios, a decisão que tenha invertido o contencioso (artigo 372.º, n.º 2, do CPC).

---

*a providência com ausência de fundamento de facto ou de direito, ou com fundamento em errada ou discutível interpretação do direito mas que, não obstante, conduza ao decretamento da providência (embora com posterior revogação da decisão)”.*

<sup>226</sup> RUI PINTO, *Notas ao Código, ob. cit.*, p. 308.

<sup>227</sup> Cfr. arts. 363.º, n.º 1, e 638.º, n.º 1, do CPC.

<sup>228</sup> Cfr. art. 293.º, n.º 2, ex vi art. 365.º, n.º 3, e art. 366.º, n.ºs 3 e 6, todos do CPC.

Tendo sido deduzida oposição, o próprio juiz do procedimento, após a produção da prova, decidirá da subsistência, redução ou revogação da providência anteriormente decretada (artigo 372.º, n.º 1, al. b), *in fine*, e n.º 3, do CPC). E, se for o caso, da manutenção ou revogação da inversão do contencioso. Qualquer das decisões constitui complemento e parte integrante da inicialmente proferida, nos termos do artigo 372.º, n.º 3, do CPC. Já vimos que o recurso a interpor tem de abranger a decisão sobre a providência e a de inversão do contencioso, sob pena da não admissibilidade de recurso quanto à decisão de inversão, nos termos do artigo 370.º, n.º 1, do CPC. Se o tribunal conceder a providência cautelar, mas não ordenar a inversão do contencioso, esta última decisão, porque irrecorrível, transita em julgado.

Se a requerida tiver sido ouvida antes do decretamento da providência, resta-lhe apenas a possibilidade de, como parte vencida, interpor recurso da decisão proferida (artigo 631.º, n.ºs 1 e 2, do CPC). O recurso da decisão que ordena a providência e inverte o contencioso sobe em separado (artigo 645.º, n.º 2, do CPC) e, em regra, com efeito meramente devolutivo (artigo 647.º, n.º 1, do CPC).

No que concerne à decisão que indefere a providência requerida, poderá o requerente interpor recuso de apelação, o qual sobe nos próprios autos e com efeito suspensivo, nos termos conjugados dos artigos 645.º, n.º 1, al. d), e 647.º, n.º 3, al. d), ambos do CPC. Neste caso, o problema da inversão do contencioso não se coloca, restando ao requerente propor a ação principal para obtenção de uma tutela judiciária.

No caso de deferimento parcial da providência, a legitimidade para apresentar o respetivo recurso é atribuída às duas partes, nos termos dos artigos 645.º, n.º 2, e 647.º, n.º 1, do CPC, sobe em separado e, em regra, com efeito meramente devolutivo<sup>229</sup>.

Sem prejuízo dos casos em que o recurso é sempre admissível<sup>230</sup>, das decisões proferidas nos procedimentos cautelares, incluindo a que determina a inversão do contencioso, não cabe recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 370.º, n.º 2, do CPC. Por força do artigo 362.º, n.º 4, do CPC, também não é

---

<sup>229</sup> Vide arts. 645.º, n.º 2, e 647.º, n.º 1, ambos do CPC.

<sup>230</sup> Cfr. art. 629.º, n.º 2, do CPC

admissível, na dependência da mesma causa, a repetição de providência que haja sido julgada injustificada ou tenha caducado.

## 2.9. Caducidade da providência e extinção do procedimento

O procedimento cautelar extingue-se e, quando decretada, a providência caduca, nos casos previstos no n.º 1 do artigo 373.º, *ex vi* artigo 376.º, n.º 1, todos do CPC<sup>231</sup>. Assim sendo, ressalvadas as hipóteses em que foi decretada a inversão do contencioso<sup>232</sup>, todo o procedimento cautelar encontra-se em relação de dependência perante uma causa principal, cuja sentença é idónea a confirmar os efeitos já antecipados ou cujo efeito útil foi salvaguardado em providência cautelar (cfr. artigo 364.º, n.º 1, do CPC).

Nos casos em que a inversão do contencioso não foi deferida ou não foi requerida, a providência cautelar concede apenas uma composição provisória, pelo que o procedimento cautelar não terá autonomia. Em cumprimento do disposto na *alínea a)* do n.º 1 do artigo 373.º do CPC, o requerente da providência decretada deverá propor a ação de que a providência depende – ação de anulação, ação de declaração de nulidade ou de declaração de ineficácia *stricto sensu* – no prazo de trinta dias a contar da data em que foi notificado do trânsito em julgado da decisão que a ordenou<sup>233</sup>. No que diz respeito às ações de anulação de deliberações da assembleia, o requerente terá ainda que ter especial atenção ao disposto no n.º 2 do artigo 59.º do CSC, já que o prazo para intentar a referida ação é de trinta dias contados dos factos referidos neste artigo.

---

<sup>231</sup> Como se escreve no Ac. do STJ, de 23-04-2002, proc. n.º 02A1053, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt): “*Não se pode nem deve confundir o direito a requerer a suspensão da deliberação e o direito a vê-la declarada nula. Identicamente não há que confundir a caducidade do direito substantivo de propositura da ação com caducidade da providência cautelar de suspensão da deliberação. Tão pouco se pode extrapolar da extinção do procedimento cautelar ou da caducidade da providência cautelar e julgá-la reflectida na questão da validade da deliberação, afirmando-a*”.

<sup>232</sup> Naturalmente que, se a providência tiver sido indeferida, também não impende sobre o requerente o ónus de propor a ação principal.

<sup>233</sup> No anterior art. 389.º do CPC de 1961, o prazo de trinta dias da al. a) do n.º 1 contava-se da data em que a decisão que decretou a providência cautelar fosse notificada ao requerente. Esta solução tinha o inconveniente da ação principal ter de ser instaurada, ainda que a medida cautelar estivesse pendente de recurso.

A *alínea b)* do n.º 1 do artigo 373.º do CPC trata do caso em que, tendo sido proposta a ação principal, verifica-se, ainda assim, a extinção do procedimento cautelar e a caducidade da providência decretada. O ónus de diligência do requerente não cessa com a propositura da ação, sendo que aquele efeito ocorrerá quando o processo esteja parado mais de trinta dias e essa paralisação processual seja imputável a uma conduta negligente do requerente<sup>234</sup>. Ainda no caso de ter sido intentada a ação principal, o mesmo efeito se verificará se a ação principal vier a ser julgada improcedente, por decisão transitada em julgado, tal como se estabelece na *alínea c)* daquele artigo<sup>235</sup>.

Ao abrigo do disposto na *alínea d)* do n.º 1 do artigo 373.º do CPC, se o réu for absolvido da instância e o requerente não propuser nova ação em tempo de aproveitar os efeitos da proposição da anterior, essa situação será igualmente incompatível com a subsistência da providência decretada (cfr. artigo 279.º, n.º 2, do CPC).

Finalmente, mesmo nos casos em que tenha sido decretada a inversão do contencioso<sup>236</sup>, a providência cautelar caducará, de acordo com a *alínea e)* do n.º 1 do artigo 373.º do CPC, se o direito que se pretende acautelar se tiver extinguido. É exemplo disso os casos de ter sido amortizada, por decisão transitada em julgado, a quota do autor na sociedade ré ou de o autor ter renunciado ao seu direito de anulação ou desistido do mesmo<sup>237</sup>.

Ainda que não esteja legalmente previsto, consideramos que também a procedência da ação de impugnação da deliberação social faz caducar a presente providência cautelar, já que nenhum interesse prático tem a manutenção da suspensão

---

<sup>234</sup> Se o prosseguimento do processo estiver dependente da iniciativa oficiosa, já não se coloca tal problema.

<sup>235</sup> Visto que apenas o trânsito em julgado da decisão de improcedência implica a caducidade da providência, será irrelevante o efeito do recurso dela interposto.

<sup>236</sup> Com exceção dos casos respeitantes ao prazo para a propositura da ação principal, afastados pelo disposto no art. 369.º, n.º 3, do CPC. Neste sentido, cfr. PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas, ob. cit.*, pp. 314-315.

<sup>237</sup> MOITINHO DE ALMEIDA, *Anulação e Suspensão, ob. cit.*, p. 215.

dessa deliberação <sup>238</sup>. Neste caso, verificar-se-á a substituição da composição provisória pela definitiva resultante daquela decisão.

Nos casos de inversão do contencioso, prevê o artigo 371.º, n.º 3, do CPC, que a providência decretada caducará se o requerido propuser a ação destinada a impugnar a existência do direito invocado pelo requerente e a ação for julgada procedente.

A extinção do procedimento ou o levantamento da providência são determinados pelo juiz, com prévia audiência do requerente, logo que se mostre demonstrada nos autos a ocorrência do facto extintivo (artigo 373.º, n.º 3, do CPC). Assim, qualquer seja o fundamento do levantamento da providência, determina-se que o requerente deve sempre ser ouvido antes de a providência ser mandada levantar.

Todavia, deixou de se condicionar o levantamento à solicitação do requerido, exigência que o artigo 383.º, na redação dada pela primeira versão do Código de Processo Civil de 1961, fazia expressamente. Embora o juiz possa, oficiosamente, proceder ao levantamento da providência cautelar caducada, tal possibilidade restringe-se somente aos casos em que conste dos autos a ocorrência do caso extintivo. Assim, como refere RITA LYNCE DE FARIA <sup>239</sup>, esta limitação é mais relevante do que aparenta à primeira vista, fazendo com que a regra se transforme em exceção <sup>240</sup>. Neste sentido, entendemos que a necessidade ou não de um requerimento

---

<sup>238</sup> Neste sentido, cfr. JOSÉ DOS SANTOS SILVEIRA, *Processos de Natureza Preventiva e Preparatória*, Coimbra: Atlântida, 1966, p. 72. MOITINHO DE ALMEIDA, *Anulação e Suspensão*, *ob. cit.*, p. 215, acompanha este entendimento.

<sup>239</sup> RITA LYNCE DE FARIA, *A Função Instrumental da Tutela Cautelar Não Especificada*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003, pp. 124-125.

<sup>240</sup> No sentido que o levantamento não é de conhecimento oficioso, devendo sempre ser requerido, cfr. REMÉDIO MARQUES, *Acção Declarativa*, *ob. cit.*, p. 161; e TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos*, *ob. cit.*, p. 253; e, na jurisprudência, Ac. do STJ, de 14-02-1995, *CJ*, t. 1, 1995, pp. 92 e ss.; e Ac. do TRC, de 11-01-2000, proc. n.º 2674/99, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Em sentido contrário, defendendo que se deixou de se exigir que a iniciativa do levantamento seja do requerido, cfr. LOPES DO REGO, *Comentários ao Código*, *ob. cit.*, p. 359; RODRIGUES BASTOS, *Notas ao Código*, *ob. cit.*, p. 176; e, na jurisprudência, Acs. do TRP, de 09-06-1999, proc. n.º 9930709; de 03-02-2000, proc. n.º 9931240; de 07-12-2006, proc. n.º 0634625; Acs. do TRL, de 15-02-2001, proc. n.º 0114468; e de 06-12-2001, proc. n.º 00111468, todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

apresentado pelo requerido, a fim de se decretar o levantamento da providência e a extinção do procedimento cautelar, dependerá das circunstâncias de cada caso<sup>241</sup>.

Já referimos que, a partir da citação, e enquanto não for julgado em 1.<sup>a</sup> instância o pedido de suspensão, não é lícito à sociedade executar a deliberação (artigo 381.º, n.º 3, do CPC). No entanto, importa aqui ressaltar que, ainda que não tenha sido proferida a decisão final, esses mesmos efeitos deixam de se produzir se o procedimento cautelar se extinguir nos termos do artigo 373.º, n.º 1, do CPC<sup>242</sup>.

O recurso da decisão que determina o levantamento da providência ou da decisão que defira a substituição da providência por caução<sup>243</sup>, determinando o levantamento da providência, sobe em separado (artigo 645.º, n.º 2, do CPC) e, em regra, com efeito meramente devolutivo (artigo 647.º, n.º 1, do CPC).

## **2.10. Os atos de execução praticados após o decretamento da providência**

Perante o decretamento da providência cautelar de suspensão de deliberações sociais, a sociedade requerida deverá abster-se de praticar os respetivos atos de execução. Pergunta-se então: quais serão as consequências do não acatamento da decisão que suspende as deliberações sociais? Mais: serão os atos de execução em causa válidos ou inválidos, eficazes ou ineficazes?

Estas questões têm obtido respostas diversas por parte da doutrina portuguesa. Começemos por analisar o valor dos atos de execução da deliberação praticados pela sociedade após a decisão de suspensão.

PINTO FURTADO<sup>244</sup>, baseando-se na expressão “*não é lícito*” constante do n.º 3 do artigo 397.º do Código de Processo Civil de 1961 (que corresponde ao atual artigo 381.º, n.º 3), considera que a execução da deliberação desencadeia um mero ilícito

---

<sup>241</sup> Neste sentido, cfr. ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 3, *ob. cit.*, pp. 310-316; e LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, *ob. cit.*, pp. 58-59.

<sup>242</sup> SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, *ob. cit.*, p. 369.

<sup>243</sup> Note-se que, para quem não admite a substituição da suspensão de deliberações sociais por caução, está liminarmente excluída a causa de caducidade prevista no n.º 2 do art. 373.º do CPC.

<sup>244</sup> PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, *ob. cit.*, pp. 794-795.

civil que faz incorrer os gerentes e os administradores na mera obrigação de indemnizar a sociedade. Para o autor, conclusão contrária seria extremamente inconveniente, já que implicaria a propositura de uma ação de impugnação dos atos praticados contra a providência decretada, o que tornaria “*o contencioso da suspensão da execução deliberativa numa rede inextricável de pleitos de nulo ou pelo menos muito remoto alcance prático*”<sup>245</sup>.

Já para LOBO XAVIER<sup>246</sup>, todos os atos de execução seriam ineficazes no plano interno e, no plano das relações externas ou com terceiros – ou seja, quando não estivessem em causa sócios ou órgãos sociais – tudo dependeria do momento em que ato tivesse sido praticado. Se o ato jurídico constitutivo dos direitos tivesse ocorrido depois do registo da decisão de suspensão, a providência decretada seria oponível a terceiros. Se tivesse ocorrido depois do registo da instauração da providência, mas antes do registo da decisão respetiva, a suspensão, uma vez decretada e registada, também seria oponível a terceiros cujos direitos tivessem sido adquiridos nesse período. Nos restantes casos, a providência cautelar de suspensão será inoponível a terceiros.

No que concerne ao domínio das relações externas, TAVEIRA DA FONSECA<sup>247</sup> discorda da posição assumida por LOBO XAVIER. Para o autor, justifica-se, quanto à decisão provisória proferida no procedimento cautelar, a aplicação analógica do disposto no n.º 2 do artigo 61.º do CSC, a propósito da ação destinada à declaração de nulidade da deliberação ou à sua anulação. Assim, quanto a terceiros, “*a suspensão só será oponível quando se demonstre o conhecimento efectivo da nulidade ou anulabilidade, não bastando a prova que a pendência da providência e o teor da decisão proferida foram publicitadas pelo registo*”.

Em nosso parecer, o artigo 61.º, n.º 2, do CSC, não tem aqui aplicação analógica, porquanto não existe qualquer lacuna a preencher. Os termos em que a decisão de suspensão da execução é ou não oponível a terceiros estão antes definidos no artigo 168.º do CSC. Nesta medida, entendemos que a suspensão da deliberação corresponde, no plano das *relações internas*, à suspensão da sua eficácia, sendo que o

---

<sup>245</sup> PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, ob. cit., p. 794.

<sup>246</sup> LOBO XAVIER, “O conteúdo da providência de suspensão”, ob. cit., pp. 67-68.

<sup>247</sup> TAVEIRA DA FONSECA, “Deliberações sociais”, ob. cit., p. 122.



mesmo sucede, no plano das *relações externas*, depois do registo e publicação da decisão, conforme resulta atualmente da conjugação do artigo 168.º, n.ºs 2, 3 e 4, do CSC, e do artigo 14.º, n.ºs 1 e 2, do CRCom<sup>248</sup>.

Assim, por exemplo, nos casos em que a decisão de suspensão de deliberação social que designou os administradores de uma sociedade anónima é oponível a terceiros, considera-se que “*a pessoa colectiva não estará devidamente representada pelos administradores através daquela nomeados*”<sup>249</sup>, pelo que se estes atuarem em nome da sociedade perante terceiros os seus atos não a vincularão.

Quanto às consequências da violação da decisão judicial que suspende a deliberação social, é ainda de salientar que a mesma gera ainda *responsabilidade criminal*, nos termos estabelecidos no artigo 375.º, *ex vi* artigo 376.º, ambos do CPC<sup>250</sup>. Desta feita, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil, incorre na prática do crime de desobediência qualificada<sup>251</sup> todo aquele que infrinja a providência cautelar decretada.

Não podemos deixar de anotar que, sendo decretada a inversão do contencioso, a providência, uma vez consolidada<sup>252</sup>, já não beneficia da garantia penal prevista naquele artigo. Nesta hipótese, deixa de subsistir qualquer interesse público especial no respeito pela providência – *i.e.*, “*diferente do normal interesse no respeito pelas decisões dos tribunais*”<sup>253</sup>.

---

<sup>248</sup> Neste sentido, cfr. COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, *ob. cit.*, p. 525. Em sentido próximo, cfr. SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, *ob. cit.*, pp. 370-373.

<sup>249</sup> LOBO XAVIER, “O conteúdo da providência de suspensão”, *ob. cit.*, pp. 69-70.

<sup>250</sup> Neste sentido, cfr. RUI PINTO, “O procedimento cautelar de suspensão”, *ob. cit.*, p. 36; e PAIS DE VASCONCELOS, *A Participação Social*, *ob. cit.*, p. 174.

<sup>251</sup> Ao crime de desobediência qualificada corresponde pena de prisão até 2 anos ou de multa até 240 dias (art. 348.º, n.º 2, do CP).

<sup>252</sup> Cfr. art. 371.º, n.º 1, do CPC.

<sup>253</sup> PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas*, *ob. cit.*, p. 316.

### **III. A aplicação da inversão do contencioso à suspensão de deliberações sociais**

#### **3.1. A articulação da providência com a ação principal**

De harmonia com a regra geral constante na segunda parte do n.º 1 artigo 364.º do CPC, a providência cautelar visa apenas compor provisoriamente a situação controvertida, destinando-se a ser substituída pela tutela que vier a ser definida na ação principal de que é dependente. Assim, quando não tenha sido pedida a inversão do contencioso ou quando esta não tenha sido deferida, mantém-se a relação de dependência entre o procedimento cautelar e a ação principal. A providência de suspensão de deliberações sociais será, portanto, instrumental relativamente a uma ação em que o sócio ponha em causa a validade da deliberação – isto é, uma ação constitutiva de anulação, de declaração judicial de nulidade ou de ineficácia.

Efetivamente, por força do disposto nos n.ºs 2 e 3 daquele artigo, o procedimento cautelar pode ser instaurado antes da propositura da ação principal ou durante a pendência desta última. Daí que as providências cautelares possam ser solicitadas mesmo quando não esteja pendente nenhuma ação. Nesta hipótese, o procedimento é preliminar da ação, a propor no prazo de trinta dias indicado no artigo 373.º, n.º 1, al. a), do CPC, sob pena de caducidade da providência que for ordenada.

Importa, antes de mais, notar que existe uma diferença qualitativa entre o objeto da tutela principal e o da tutela cautelar, decorrente, desde logo, do facto de, na primeira, ser suficiente a mera justificação do direito do requerente, enquanto, na segunda, é exigida a sua prova *stricto sensu*. Ainda que a dependência do procedimento cautelar implique, em princípio, que as partes da providência estejam presentes na ação principal que lhe corresponda, por definição, a causa de pedir do procedimento e da ação principal apenas coincidirão parcialmente, sendo certo, porém, que entre o pedido da providência e o da ação não haverá qualquer coincidência.

A ação principal deve ser proposta contra a sociedade<sup>254</sup> e, tratando-se de uma ação de anulação, deverá ser proposta, ao abrigo do disposto no artigo 59.º, n.º 2, do

---

<sup>254</sup> Vide arts. 56.º, 58.º e 59.º, 60.º e 61.º, todos CSC.

CSC<sup>255</sup>, no prazo de trinta dias contados a partir da data em que foi encerrada a assembleia geral, do 3.º dia subsequente à data do envio da ata da deliberação por voto escrito ou da data em que o sócio teve conhecimento da deliberação, se esta incidir sobre assunto que não constava da convocatória. Sendo uma assembleia geral interrompida por mais de quinze dias, a ação de anulação de deliberação anterior à interrupção pode ser proposta nos trinta dias seguintes àquele em que a deliberação foi tomada (artigo 59.º, n.º 3, do CSC).

A nosso ver, o prazo para a propositura da ação anulatória *não se interrompe nem se suspende* com a instauração da providência cautelar, o que implica a instauração oportuna da ação principal<sup>256</sup>. De acordo com o que tem sido o entendimento maioritário na doutrina, os prazos de caducidade da providência previstos no artigo 373.º, n.º 1, al. a), do CPC, e os da ação de anulação são distintos e independentes, ambos correndo paralelamente.

Na verdade, conforme dispõe o artigo 328.º do CC, o prazo de caducidade só se suspende ou interrompe nos casos em que a lei o determine, pelo que a pendência da providência cautelar não impede o decurso do prazo do citado artigo 59.º, n.º 2, do CSC. Se o direito não for exercido no prazo fixado na lei substantiva, o vício fica sanado e, consequentemente, o direito de propositura da ação de anulação de

---

<sup>255</sup> Apenas no caso de se tratar de sociedade comercial ou civil sob a forma comercial. Se se tratar de uma associação, de acordo com o art. 178.º do CC, a ação de anulação da deliberação deverá ser proposta no prazo de seis meses.

<sup>256</sup> Neste sentido, cfr. COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, *ob. cit.*, pp. 521-522; PEREIRA DE ALMEIDA, *Sociedades Comerciais*, *ob. cit.*, p. 247; MOITINHO DE ALMEIDA, *Anulação e Suspensão*, *ob. cit.*, p. 192; LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, *ob. cit.*, p. 97; ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, *ob. cit.*, p. 102; SOVERAL MARTINS, “Suspensão de deliberações sociais”, *ob. cit.*, p. 365; LOBO XAVIER, *Anulação de Deliberação Social*, *ob. cit.*, pp. 94-95, em nota; TAVEIRA DA FONSECA, “Deliberações sociais”, *ob. cit.*, pp. 117-118; e ALBERTO DOS REIS, *Código de Processo Civil*, *ob. cit.*, p. 636. No que respeita à jurisprudência, *vide* Acs. do STJ, de 23-09-2003, proc. n.º 02B2465; de 13-05-2004, proc. n.º 04A1519; Ac. do TRP, de 18-10-2005, proc. n.º 0524881; Acs. do TRC, de 12-12-2000, proc. n.º 2855; e de 10-09-2013, proc. n.º 776/10.7TJCBR.C1, todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Contra: cfr. PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, *ob. cit.*, pp. 798-802, para quem o prazo para a propositura da ação de anulação se conta a partir da notificação da decisão que ordena a suspensão ou a julga improcedente.

deliberação social extingue-se. No âmbito do procedimento cautelar, verificar-se-á a causa de caducidade prevista no artigo 373.º, n.º 1, al. e), do CPC<sup>257</sup>.

Diferente será o caso de o requerente da suspensão ter pedido a inversão do contencioso ainda quando estava a decorrer o prazo para propor a ação. Como já dissemos, os prazos de caducidade da ação anulatória interrompem-se com esse pedido, reiniciando-se a contagem do prazo com o trânsito em julgado da decisão que o negue, nos termos do artigo 369.º, n.º 3, CPC.

Já quando estejam em causa deliberações nulas ou ineficazes, os respetivos vícios podem-se fazer valer a todo o tempo (artigo 286.º do CC), pelo que, deste modo, não haverá qualquer prazo para a impugnação respetiva e a providência caducará nos termos gerais.

A partir do momento em que o requerente da providência cautelar requer a inversão do contencioso, entendemos que se constituirá exceção de litispendência com a ação na qual seja pedida a mesma tutela definitiva (artigos 580.º e 581.º do CPC). Por conseguinte, o requerente só poderá solicitar a inversão do contencioso num procedimento cautelar instaurado como *preliminar* de uma ação e, manifestando essa pretensão, ficará impossibilitado de a propor até à apreciação daquele pedido<sup>258</sup>. Caso a ação principal seja proposta, deverá ser alegada a exceção de litispendência naquela ação, visto que será nesta que o demandado será citado em segundo lugar (artigo 582.º, n.ºs 1 e 2, do CPC).

Na mesma linha de raciocínio, a formulação do pedido de inversão do contencioso também impedirá a sociedade requerida de propor uma ação destinada à apreciação da mesma questão jurídica – v.g., propor uma ação que visa reconhecer a

---

<sup>257</sup> No Ac. do TRL, de 05-07-2000, proc. n.º 0053936, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), entendeu-se que “I - A providência cautelar de suspensão de deliberação social caduca se a acção de que depende não for proposta no prazo de trinta dias contados da data em que foi encerrada a Assembleia Geral. II - Se o requerente da providência não instaura a acção de anulação da deliberação por alegar que a mesma não é anulável mas sim nula extingue-se, por caducidade, a providência requerida, não podendo ser, em consequência, decretada”.

<sup>258</sup> Em sentido diferente, cfr. PAULO RAMOS DE FARIA e ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas*, ob. cit., p. 298.

validade da deliberação – por aplicação analógica do disposto no artigo 564.º, al. c), do CPC<sup>259</sup>.

Depois de ocorrer a consolidação a providência, se for proposta uma ação onde não se pode obter algo de diferente do que já resulta da transformação da tutela provisória em tutela definitiva, somos da opinião que verificar-se-á a exceção dilatória de caso julgado, a qual deve ser alegada nos termos dos artigos 577.º, al. i), 580.º e 581.º, todos do CPC.

### **3.2. A propositura da ação de impugnação do direito acautelado na providência**

No âmbito da providência cautelar de suspensão de deliberações sociais, o artigo 382.º do CPC vem prever algumas especificidades no que diz respeito ao início da contagem do prazo para a propositura da ação referida no artigo 371.º, n.º 1, do CPC, conferindo legitimidade para a propor ou nela intervir, não apenas à sociedade, mas também àqueles que a teriam para a ação de nulidade ou anulação das deliberações.

De acordo com a regra geral estabelecida no artigo 371.º, n.º 1, do CPC, logo que transite em julgado a decisão que haja decretado a providência cautelar e invertido o contencioso, o requerido é notificado para, querendo, intentar a ação principal destinada a impugnar a existência do direito acautelado no prazo de trinta dias após essa notificação, sob pena de a providência decretada se consolidar como composição definitiva do litígio.

Contudo, no caso especial deste procedimento cautelar, preceitua o n.º 1 do artigo 382.º do CPC que o mencionado prazo de trinta dias para a sociedade requerida no procedimento propor a ação destinada a impugnar a existência do direito acautelado, conta-se a partir da notificação da decisão judicial que haja suspenso a deliberação – e não da notificação do trânsito em julgado dessa decisão – (alínea a)); ou, sendo obrigatório, a partir do registo daquela decisão judicial (alínea b)).

---

<sup>259</sup> TEIXEIRA DE SOUSA, *As Providências Cautelares*, ob. cit., pp. 12-13. RUI PINTO, *Notas ao Código*, ob. cit., p. 313, acompanha este entendimento.

LEBRE DE FREITAS<sup>260</sup> defende que “*só a notificação devia constituir o terminus a quo do prazo para a impugnação*”, uma vez que “*A sociedade pode não ter conhecimento do registo e mal se compreende que o seu direito de pôr em causa a conversão em definitiva da decisão proferida no procedimento cautelar possa precluir sem que esse conhecimento seja assegurado; pior ainda quando se pense no sócio legitimado para a ação de nulidade ou anulação de deliberação social (art. 382.º-2)*”.

Porém, como evidenciam RITA LOBO XAVIER, INÊS FOLHADELA e GONÇALO ANDRADE E CASTRO, a alínea b) do n.º 1 do artigo 382.º, “*está pensada para assegurar o conhecimento da decisão de inversão do contencioso de quem, não sendo parte, dela não foi notificado, mas que será afetado pelo efeito de consolidação da providência*”<sup>261</sup>. Assim, o conhecimento da sociedade requerida ficará garantido, devendo a notificação da decisão judicial que haja suspenso a deliberação ser acompanhada das advertências previstas no n.º 1 do artigo 371.º do CPC. Discordando da concessão da medida cautelar, mas não querendo interpor recurso ou não lhe tendo sido neste reconhecida razão, a sociedade requerida pode sempre propor a mencionada ação de impugnação.

Foi intenção do legislador, com o artigo 382.º, n.º 1, acelerar a composição definitiva do litígio e, em especial, com o disposto na sua alínea b), alargar o âmbito da legitimidade ativa para a ação de impugnação àqueles que terão interesse na eficácia da deliberação em causa, pois seriam afetados pela consolidação da providência como definitiva.

Efetivamente, se for decretada a inversão do contencioso, cessa a tradicional relação de dependência. No entanto, o requerente só retira proveito dessa inversão e a decisão só passa a compor definitivamente o litígio, se não for instaurada aquela ação ou, sendo esta instaurada, “*o processo estiver parado mais de 30 dias por negligência do autor ou o réu for absolvido da instância e o autor não propuser nova ação em tempo de aproveitar os efeitos da propositura da anterior*” (artigo 371.º, n.º 2, do

---

<sup>260</sup> LEBRE DE FREITAS, “Sobre o novo Código de Processo Civil (uma visão de fora)”, *ROA*, ano 73, vol. 1, Lisboa, 2013, pp. 23-61 (pp. 46-47).

<sup>261</sup> RITA LOBO XAVIER, INÊS FOLHADELA e GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos*, *ob. cit.*, p. 71.

CPC)<sup>262</sup>. Se a ação for julgada procedente, por decisão transitada em julgado, determinará a caducidade da providência decretada, nos termos do artigo 371.º, n.º 3, do CPC.

Para propor a ação de impugnação da existência do direito acautelado determina o n.º 2 do artigo 382.º do CPC que têm legitimidade ativa, não apenas o requerido (a sociedade, *in casu*), mas também aqueles que a teriam para a ação de nulidade ou anulação das deliberações sociais.

Ora, para a ação de anulação têm legitimidade ativa, em princípio, o órgão de fiscalização<sup>263</sup>, e ainda, como vimos, qualquer sócio que não tenha votado no sentido que fez vencimento, nem posteriormente tenha aprovado a deliberação, expressa ou tacitamente (artigo 59.º, n.ºs 1 e 6, do CSC). Já a ação de declaração de nulidade pode ser requerida por qualquer interessado (artigo 286.º do CC), sendo de notar a especial intervenção do órgão de fiscalização da sociedade ou, não havendo<sup>264</sup>, do gerente (artigo 57.º, n.º 1, do CSC). Assim, para além do órgão de fiscalização ou do gerente, têm legitimidade para propor essa ação qualquer sócio e alguns terceiros, desde que com interesse em agir.

Tendo em conta que a ação de impugnação do direito acautelado será uma ação em que o autor pugnará que a deliberação em apreço é válida ou eficaz, consideramos que a legitimidade ativa para a propositura da ação de impugnação da existência do

---

<sup>262</sup> Cfr. art. 279.º, n.º 2, do CPC.

<sup>263</sup> A doutrina tem entendido que, por aplicação analógica do estabelecido no n.º 4 do art. 57.º do CSC, a legitimidade para a propositura da ação de anulação também pertence ao gerente nas condições definidas naquela norma. Neste sentido, cfr. COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, *ob. cit.*, pp. 515-516; TAVEIRA DA FONSECA, “Deliberações sociais”, *ob. cit.*, p. 133; e CARLOS OLAVO, “Impugnação das deliberações”, *ob. cit.*, p. 27, nota 55. Caso se defenda que um gerente pode intentar a ação referida no art. 371.º, n.º 1, do CPC, não pode deixar de se entender que aquele deverá propor ao tribunal a nomeação de um sócio para representar a sociedade (art. 57.º, n.º 3, do CSC).

<sup>264</sup> Tal poderá verificar-se nas sociedades por quotas. Conforme ensina MENEZES CORDEIRO, *Manual de Direito das Sociedades*, vol. 2, 2.ª ed., Coimbra: Almedina, 2007, pp. 449-450, quando o contrato de sociedade nada preveja, “a fiscalização será inorgânica: levada a cabo pelos sócios, ao abrigo do seu direito à informação (214.º) e, no limite, com recurso ao inquérito judicial (216.º)”. Já no que diz respeito às sociedades por quotas de maior dimensão, “a lei impõe uma fiscalização orgânica” (cfr. art. 262.º, n.º 2, do CSC).

direito acautelado “*terá de ser estabelecida em termos de relação simétrica com os legitimados para a ação de nulidade ou de anulação*”<sup>265</sup>.

Neste sentido, quando a providência cautelar de suspensão de deliberações sociais seja decretada com base no vício da anulabilidade, para além do órgão de fiscalização, só deverá admitir-se que a ação de impugnação seja proposta por sócios que tenham votado no sentido que fez vencimento ou posteriormente aprovou a deliberação, expressa ou tacitamente<sup>266</sup>.

Pese embora o que se pretende com a ação de impugnação do direito acautelado seja, em regra, que o juiz declare a inexistência do direito acautelado pela providência cautelar, o que implicará que a ação principal intentada pelo requerido seja uma ação declarativa de simples apreciação negativa, essa ação poderá ser intentada através de uma ação de simples apreciação positiva, quando esta tenha por fim a declaração da existência, bem como da validade e eficácia da deliberação social objeto da providência. Nestes casos, produz-se um efeito incompatível com o direito acautelado pela providência cautelar, ou seja, o direito de obter a anulação ou a declaração de nulidade ou de ineficácia da deliberação. O ónus da alegação e da prova dos factos caberá, assim, ao autor, de acordo com o regime-regra resultante do disposto no n.º 1 do artigo 342.º do CC<sup>267</sup>.

Dada a natureza autónoma da ação em causa, da respetiva sentença caberá obviamente recurso nos termos gerais, não sendo aplicável o disposto no artigo 370.º, n.º 2, do CPC.

Recorde-se que ultrapassado o prazo do artigo 371.º, n.º 1, conjugado com o disposto no artigo 382.º, n.º 1, ambos do CPC, a tutela provisória consolidar-se-á como definitiva e não poderá ser proposta uma ação destinada à apreciação da mesma questão jurídica (artigos 577.º, al. i), e 578.º do CPC).

---

<sup>265</sup> RITA LOBO XAVIER, INÊS FOLHADELA e GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos*, ob. cit., p. 72.

<sup>266</sup> Neste sentido, cfr. CARVALHO GONÇALVES, *Providências Cautelares*, ob. cit., p. 283; COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, ob. cit., pp. 527-528; e RITA LOBO XAVIER, INÊS FOLHADELA e GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos*, ob. cit., p. 72.

<sup>267</sup> Não se poderá recorrer aos elementos probatórios existentes no processo cautelar, salvo nos estritos limites do art. 421.º do CPC.



### 3.3. A consolidação da providência como composição definitiva do litígio e a adequação da natureza da providência decretada: apreciação crítica

No caso de ser decretada a providência de suspensão de deliberações sociais e invertido o contencioso, o facto de não ser proposta a ação de impugnação do direito acautelado nos trinta dias previstos no n.º 1 do artigo 382.º, pela sociedade requerida ou por outro dos legitimados nos termos do n.º 2 daquele artigo, importa a consolidação da decisão cautelar como definitiva, ficando o requerente dispensado de propor a ação respetiva<sup>268</sup>.

Para que tal aconteça, torna-se, no entanto, necessário que o juiz tenha formado uma *convicção segura acerca da existência do direito acautelado*, o que envolve uma convicção diversa da exigida para o decretamento da providência cautelar. Para deferir o pedido de inversão do contencioso, o juiz terá então de formar uma convicção similar à que é exigida para proferir uma decisão definitiva numa ação.

O procedimento cautelar continua, porém, a manter as suas características próprias, designadamente de celeridade e de instrução sumária, devendo ser respeitado o seu carácter urgente e a sua estrutura simplificada<sup>269</sup>. Por esse motivo e porque o tribunal deve permitir o normal desenvolvimento do processo cautelar, consideramos que, sendo a prova produzida suficiente para a decisão do procedimento cautelar, não poderá haver lugar à produção de qualquer prova suplementar, destinada apenas à fundamentação da decisão sobre a inversão do contencioso.

Parece ser esse o sentido da expressão contida no n.º 1 do artigo 369.º do CPC: o juiz só pode dispensar o requerente do ónus de propositura da ação principal “*se a matéria adquirida no procedimento lhe permitir formar convicção segura acerca da existência do direito acautelado*”.

O requerente deve, pois, formular as razões de facto e de direito que permitam convencer o julgador que a matéria e a prova carreadas aos autos do procedimento

---

<sup>268</sup> Esse efeito verifica-se igualmente no caso previsto no n.º 2 do art. 371.º do CPC.

<sup>269</sup> A estrutura simplificada dos procedimentos, a que será inerente a diminuição da garantia dos direitos da requerida, é contrabalançada pela responsabilização do requerente pelos danos culposamente àquela causados, se a providência decretada vier a ser considerada injustificada ou vier a caducar por facto imputável àquele, quando não tenha agido com a prudência normal (cfr. art. 374.º, n.º 1, do CPC).

cautelar são mais do que suficientes para a formação de uma convicção segura quanto à existência do direito. Apesar de o requerente ter de ir além do que é exigido pelo artigo 365.º, n.º 1, do CPC, para uma decisão provisória, o grau de certeza necessário à decisão de inversão do contencioso deve ser obtido acidentalmente no procedimento.

Essa convicção ocorre mais facilmente quando envolve apenas uma questão de direito, o que se verifica no caso do procedimento cautelar especificado de suspensão de deliberações sociais, em que o juiz terá que formular convicção segura da existência do direito de obter a anulação, a declaração de nulidade ou de ineficácia da deliberação social. A apreciação da invalidade ou da ineficácia da deliberação equivale ao reconhecimento do direito do requerente. Porque a deliberação é contrária à lei, aos estatutos ou ao contrato, o sócio tem o direito de pedir a declaração de nulidade ou de ineficácia ou a sua anulação.

Na verdade, o problema central na harmonização entre a providência cautelar de suspensão de deliberações sociais e o regime da inversão do contencioso prende-se com o segundo pressuposto da decisão de inversão do contencioso: *a necessidade de a natureza da providência ser adequada a realizar a composição definitiva do litígio.*

Vimos que, de acordo com o entendimento comumente aceite, a finalidade meramente conservatória de uma providência, nominada ou inominada, excluirá que possa ter aptidão para realizar a composição definitiva do litígio. Compreende-se o motivo pelo qual apenas as providências cautelares que tenham um caráter antecipatório permitem a dispensa do ónus de propositura da ação principal pelo requerente: ao contrário do que sucedia no caso de antecipação da decisão nos termos do artigo 16.º do RPCE, o juiz não proferirá decisão para além do objeto típico do procedimento cautelar e apenas aquelas antecipam os efeitos, ou parte dos efeitos, que advirão da procedência da ação principal.

Ora, no que diz respeito ao procedimento cautelar de suspensão de deliberações sociais, é o próprio artigo 376.º, n.º 4, do CPC, que prevê expressamente a aplicabilidade do regime da inversão do contencioso – aplicável àquele procedimento com as devidas adaptações e com as particularidades previstas no artigo 382.º do CPC. Entre os procedimentos cautelares especificados aos quais é aplicável o regime de inversão do contencioso, é justamente o caso particular da suspensão de

deliberações sociais que tem levantando maiores dúvidas, já que, à primeira vista, pode parecer ter apenas um sentido meramente conservatório<sup>270</sup>.

Em resumo, pergunta-se o seguinte: será admissível a inversão do contencioso quando a providência foi instaurada com vista a obter a suspensão de uma deliberação, quer esta seja anulável, nula ou ineficaz? Ou melhor: em todos estes casos será a natureza da providência adequada a realizar a composição definitiva do litígio?

A esta questão RITA LOBO XAVIER, INÊS FOLHADELA e GONÇALO ANDRADE E CASTRO<sup>271</sup> respondem negativamente. Para estes autores, não pode ser, em princípio, concedida a dispensa do ónus de instaurar a ação principal, se a providência de suspensão for instrumental relativamente à ação anulatória. A providência cautelar não se traduz, nestes casos, na antecipação dos efeitos que advirão pela procedência da ação futura, já que a providência se limita a suspender a execução da deliberação, enquanto a decisão definitiva de anulação elimina os efeitos da deliberação. Neste sentido, deverá ser indeferido o requerimento de inversão do contencioso, uma vez que “*a suspensão da deliberação social ad aeternum não será adequada a realizar a composição definitiva do litígio, mesmo que o juiz alcance uma convicção segura sobre a anulabilidade da mesma*”<sup>272</sup>.

Segundo os autores, a consolidação da providência de suspensão terá, assim, interesse em situações excepcionais, como é o caso das deliberações nulas<sup>273</sup>, uma vez que não é necessário que a nulidade seja declarada em ação especialmente intentada para esse fim. Também terá naqueles casos em que, com a própria suspensão, se esgota a modalidade de tutela requerida, mais concretamente, quando a providência

---

<sup>270</sup> Defendem, por exemplo, a natureza conservatória da providência de suspensão de deliberações sociais, PAIS DE AMARAL, *Direito, ob. cit.*, p. 34; PINTO FURTADO, *Deliberações de Sociedades*, pp. 796-797; e ALBERTO DOS REIS, “A figura do processo cautelar”, separata do *BMJ*, 3, Lisboa, 1947, p. 21.

<sup>271</sup> RITA LOBO XAVIER, INÊS FOLHADELA e GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos, ob. cit.*, pp. 73-74. Cfr., ainda, RITA LOBO XAVIER, “Suspensão de deliberações sociais e inversão do contencioso”, in *Para Jorge Leite: Escritos Jurídico-Laborais*, vol. 2, Coimbra: Coimbra Editora, 2014, pp. 795-810 (pp. 806-809).

<sup>272</sup> RITA LOBO XAVIER, INÊS FOLHADELA e GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos, ob. cit.*, p. 74.

<sup>273</sup> Cfr. ABÍLIO NETO, *Novo Código, ob. cit.*, p. 467: “*atenta a possibilidade de algumas das deliberações nulas poder ser objecto de renovação, afigura-se-nos que só em casos muito contados poderá/deverá operar-se o mecanismo da inversão do contencioso*”.

de suspensão determina a abstenção da prática de atos concretos, durante um período de tempo ou em certa data. Cingindo-se o objeto da providência a estes atos, torna-se desnecessária a propositura da ação principal quando ultrapassado o período ou a data nela previsto.

Contudo, e salvaguardado o devido respeito, não concordamos com este entendimento. Somos da opinião que, ainda que preliminar de uma ação de anulação, a providência de suspensão será, em princípio, adequada a realizar a composição definitiva do litígio. Na nossa perspetiva, esta providência tanto pode desempenhar uma função antecipatória como uma função conservatória<sup>274</sup>, sendo certo que estas duas finalidades acabam geralmente por convergir.

Como ensina ABRANTES GERALDES, com esta providência pretende-se, em termos gerais e mais comuns, “*antecipar certos efeitos derivados da sentença declarativa da nulidade ou da anulabilidade, obstando à execução de uma deliberação formal ou substancialmente inválida*” – ou ineficaz, para quem, como nós, admite que a mesma pode ser objeto da providência – “*mas que, apesar disso, poderia ter repercussões negativas na esfera do sócio ou da pessoa colectiva*”<sup>275</sup>.

Para fundamentar a sua posição, aqueles autores recorrem à tese defendida por LOBO XAVIER, a qual se recusa a identificar a providência com a antecipação da sentença de anulação, dando como exemplo o facto de a função cautelar da suspensão se contentar “*com o mero risco de responsabilização que, uma vez decretada aquela medida, passa a impender sobre os administradores*”<sup>276</sup> e, ainda, o facto de, “*anulada a deliberação de aplicação dos resultados, o sócio de má-fé que tenha embolsado os lucros correspondentes fica(r) na obrigação de os restituir*” e “*à decisão que suspende a deliberação referida não cabe(r) esta consequência*”, pois à data em que é decretada ainda não é possível um juízo sobre a boa fé do acionista<sup>277</sup>.

Desde logo, em sentido contrário a este ensinamento, poder-se-á contra-argumentar que, em ambos os casos, estão em causa efeitos reflexos da ação de anulação e não do seu núcleo essencial. Prova disso é que a anulação da deliberação

---

<sup>274</sup> Neste sentido, cfr. RUI PINTO, “O procedimento cautelar de suspensão”, *ob. cit.*, p. 30.

<sup>275</sup> ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma*, vol. 4, *ob. cit.*, p. 72.

<sup>276</sup> LOBO XAVIER, “O conteúdo da providência de suspensão”, *ob. cit.*, p. 76.

<sup>277</sup> LOBO XAVIER, “O conteúdo da providência de suspensão”, *ob. cit.*, p. 77.

poderia, por exemplo, ser pedida sem que fosse requerida a restituição dos lucros pelos acionistas de má-fé ou a indemnização pela execução culposa das deliberações por parte dos administradores e gerentes. Pese embora a sentença que julgue a ação principal procedente tenha conteúdo diferente do da suspensão da execução da deliberação, a verdade é que “*o seu efeito, mais amplo – tem a ver com a validade ou com a eficácia total da deliberação impugnada –, abrange a não produção dos seus efeitos, a qual é antecipada, a título provisório, pela decisão de suspensão*”<sup>278</sup>.

Invertido o contencioso e consolidada a providência, tais efeitos passam a ser produzidos, a título definitivo, desde a data do decretamento da providência.

Entendemos, em consequência do exposto, que a providência de suspensão de deliberações sociais não deixa de ter uma função antecipatória de parte dos efeitos da decisão de procedência definitiva a proferir na ação principal. Dito de outro modo, não sendo a sua finalidade meramente conservatória, não está excluída a sua aptidão para realizar a composição definitiva do litígio.

O decretamento da providência pressupõe a apreciação de certos aspetos que terão de ser considerados na sentença que vier a ser proferida na ação principal e, quando acompanhada pela inversão do contencioso, é alcançada uma convicção segura acerca da anulabilidade, nulidade ou ineficácia da deliberação. Mais, o seu decretamento determina a paralisação da eficácia da deliberação social, tanto no domínio societário interno como no plano das relações externas – nos termos já antes referidos. Assim, ainda que admitamos que a providência não funciona como uma *anulação antecipada*<sup>279</sup>, com esta providência cautelar permite-se sempre a antecipação de certos efeitos derivados da sentença que julgue procedente a ação principal (*inclusive*, a ação de anulação).

Tendo em consideração que a própria decisão de suspensão produz, por si só, os efeitos jurídicos a que tende, tornando inválidos os atos praticados à luz dessa

---

<sup>278</sup> LEBRE DE FREITAS, MONTALVÃO MACHADO e RUI PINTO, *Código de Processo Civil*, *ob. cit.*, p. 92.

<sup>279</sup> LOBO XAVIER, “O conteúdo da providência de suspensão”, *ob. cit.*, *maxime*, pp. 54 e 75.

deliberação, constitui-se uma providência cujo decretamento desfruta de um efeito constitutivo típico das ações constitutivas (cfr. artigo 10.º, n.º 3, al. c), do CPC)<sup>280</sup>.

A providência será, por assim dizer, uma decisão judicial com efeitos constitutivos: a decisão judicial é a causa da modificação que se vai operar na ordem jurídica. Neste seguimento, se o critério fosse a identidade entre a ação principal e o procedimento cautelar, a inversão do contencioso também não teria cabimento nos casos em que a deliberação fosse nula ou ineficaz. Como acabámos de ver, o conteúdo do procedimento cautelar de suspensão correspondente terá natureza constitutiva e o processo principal reveste, nesses casos, a natureza de uma ação declarativa de simples apreciação.

Portanto, com COUTINHO DE ABREU<sup>281</sup> defendemos que, se a deliberação não foi ainda objeto de qualquer ato de execução, a pretensão do requerente fica satisfeita perante a consolidação da providência e deixa de ser necessário que a deliberação seja anulada, declarada nula<sup>282</sup> ou ineficaz, em ação a ser proposta necessariamente para esse fim. Consolidada a providência, esta deixa de aguardar por uma decisão definitiva e passa ela própria a compor definitivamente o litígio.

Mesmo nos casos em que a deliberação já foi executada, a providência será ainda adequada a realizar a composição definitiva do litígio, se, em função do disposto no n.º 2 do artigo 61.º do CSC, os efeitos desses atos de execução não pudessem ser destruídos por eventual declaração de nulidade ou ineficácia ou por eventual anulação da deliberação<sup>283</sup>.

A consolidação da providência basta-se, em princípio, como composição definitiva do litígio, mesmo que o procedimento de suspensão de deliberações sociais surja como ato preparatório da ação de anulação. Neste último caso, a providência, através da sua consolidação, passa a assumir as vestes de sentença anulatória, tornando inválidos os atos praticados à luz dessa deliberação. A deliberação deixa de

---

<sup>280</sup> REMÉDIO MARQUES, *Acção Declarativa*, ob. cit., p. 150.

<sup>281</sup> COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, ob. cit., p. 527.

<sup>282</sup> A admitir a inversão do contencioso quanto às deliberações nulas, cfr. Ac. do TRL, de 08-10-2015, proc. n.º 2251/15.4T8LSB.L1-6, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>283</sup> COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, ob. cit., p. 527, nota 1415.

ser passível de sanção<sup>284</sup> e os efeitos constitutivos da providência fazem, assim, *desaparecer* o ato do mundo jurídico desde o seu decretamento.

E esta é a grande diferença em relação à ação principal: a decisão só terá efeitos para o futuro e não *ex tunc*, como resulta da regra geral constante do artigo 289.º, n.º 1, do CC: “*Tanto a declaração de nulidade como a anulação do negócio têm efeito retroactivo*”. Os efeitos já produzidos só poderão ser destruídos com eficácia retroativa mediante uma ação de anulação, de declaração de nulidade ou de ineficácia.

Tendo em conta a mera eficácia *ex nunc* desta providência, a sua natureza não será, pois, adequada a realizar a composição definitiva do litígio nas situações em que é necessária a destruição retroativa de certos efeitos.

É de relembrar que os atos meramente anuláveis produzem efeitos até serem invalidados, pelo que poderá relevar-se um interesse acrescido em eliminar todos os efeitos produzidos pela deliberação suspensa desde o seu nascimento, através de uma ação de anulação.

Não podemos terminar sem antes dizer que, perfilhando-se o entendimento segundo o qual apenas a sentença proferida na ação de anulação permite a eliminação dos efeitos da deliberação, tornando-se, por esse motivo, indispensável a sua propositura à solução definitiva do litígio, não se compreende como se poderá, simultaneamente, afirmar que a natureza da providência de suspensão é adequada, sem necessidade de existir confirmação por uma decisão anulatória ulterior, nos casos em que o seu objeto se resume a sustar ou impedir a prática de certos atos, em determinada data. Ainda que o requerente tenha ficado satisfeito através do decretamento da providência, seguindo a linha de raciocínio dos autores, seria sempre necessária uma sentença anulatória apta a eliminar o ato impugnado da ordem jurídica.

---

<sup>284</sup> A consolidação da providência de suspensão impedirá igualmente a renovação da deliberação nos termos do art. 62.º, n.º 1, CSC.

## CONCLUSÃO

Conforme nos propusemos, antes de concentrarmos a nossa análise na suspensão de deliberações sociais e, bem assim, na aplicação da inversão do contencioso neste procedimento cautelar especificado, procedemos a um enquadramento do regime daquele novo instituto.

Afigura-se de aplaudir o facto de o novo Código de Processo Civil ter atenuado o princípio da instrumentalidade do procedimento, mediante a introdução do regime da inversão do contencioso. Aquela instrumentalidade, até aqui marca de água de qualquer medida cautelar, traduzia-se na circunstância de o procedimento ser sempre dependente de um processo principal, ou seja, do ónus de abertura de uma ação, em que o autor fazia valer o direito que através dele visava acautelar, sob pena de a providência decretada caducar.

Apesar de se manter, como regra, a dependência e provisoriedade do procedimento cautelar, permite-se agora dispensar a propositura da ação principal e solucionar, desde logo, a título definitivo, o litígio em causa, com ganhos evidentes quer para a administração da justiça, quer para as partes envolvidas, na medida em que resolve, *uno actu*, aquilo que daria origem a dois processos.

Não obstante as considerações efetuadas, certo é que tal regime não é isento de críticas, grande parte delas relacionadas com o facto de, perante a certeza do direito, não poder ser antecipado o juízo sobre a causa principal, à semelhança do que estava instituído no contexto do RPCE.

Com a inversão do contencioso, há apenas lugar à eventual consolidação da providência decretada. Decretando a providência requerida ou que tenha por adequada à situação, o juiz limita-se, mediante requerimento da parte interessada, a aditar um *plus* a tal decisão cautelar: a possibilidade de a decisão cautelar se consolidar como definitiva composição do litígio, se o requerido não demonstrar, em ação por ele proposta, que a decisão cautelar não devia ter, afinal, essa vocação de definitividade.

Porém, não se pode esquecer que aquele regime colocava no juiz a iniciativa da substituição da tutela cautelar pela tutela definitiva, o que suscitava problemas quanto



à sua articulação com o princípio dispositivo. Hoje, não pode o juiz que logrou obter a certeza sobre a existência do direito acautelado aplicar oficiosamente a inversão do contencioso.

Concluimos que, ocorrendo a consolidação a providência, esta adquire a qualidade de caso julgado material, pelo que não poderá ser proposta uma ação principal onde não se possa obter algo de diferente do que já resulta da transformação da tutela provisória em tutela definitiva.

Para deferir a inversão do contencioso torna-se, contudo, necessário que o juiz tenha atingido, de forma accidental, um grau de certeza idêntico ao que a lei exige para que julgasse a ação principal. Convicção que, portanto, supera o mero *fumus boni iuris*.

Neste seguimento, ainda que se possa considerar a solução encontrada pela reforma do Código de Processo Civil de 2013 pouco ambiciosa, ela não deixa de trazer consigo o risco de desvirtuamento do procedimento cautelar.

O procedimento cautelar deve, assim, conservar a sua celeridade e sumariedade processual, uma vez que não se pretendeu, com este regime, a alegação de factos e a produção de prova com carácter exaustivo e, com isso, o sacrifício da tramitação normal e das características fundamentais do processo cautelar. O perigo do processo cautelar se transformar, na prática, numa verdadeira ação principal deve ser, a nosso ver, acautelado pelo próprio juiz, através da rejeição da matéria alegada e de todos os meios de prova que extravasem o âmbito cautelar do procedimento.

Concretamente no que diz respeito à aplicação da inversão do contencioso ao procedimento cautelar de suspensão de deliberações sociais, vimos que se apresentam algumas especificidades, desde logo decorrentes da introdução de um novo artigo no regime desta providência – artigo 382.º do CPC.

No entanto, antes de analisarmos o regime de inversão do contencioso no seio deste procedimento cautelar especificado, começámos por fazer um breve enquadramento da tramitação e dos aspetos fundamentais deste procedimento.

Revisitámos as discussões doutrinárias e jurisprudenciais que se têm levantado quanto ao regime desta providência, designadamente as respeitantes ao seu âmbito de aplicação, aos efeitos da citação da sociedade e ao conceito de deliberação social não executada. Uma vez que as mesmas não ficaram esclarecidas com o novo Código, tentámos sempre apresentar as respostas que consideramos em conformidade com o espírito do legislador.

Analizando o que diz a lei, chegámos ainda à conclusão que o procedimento cautelar de suspensão de deliberações sociais é admissível quer sejam as deliberações anuláveis, nulas ou ineficazes *stricto sensu*. Ainda que estas duas últimas não produzam quaisquer efeitos, pode haver interesse que a ordem jurídica declare a respetiva nulidade ou a ineficácia, sendo certo que o mesmo princípio pode ser transposto para a sua suspensão.

Querendo solicitar a inversão do contencioso e tratando-se de deliberações afetadas pelo vício da anulabilidade, concluímos que o requerente da suspensão deve ser prudente e, ao decidir o momento adequado, ter em consideração o prazo da caducidade do direito de propor a ação principal.

De outra forma, poderá ver precluída a possibilidade de fazer valer o seu direito subjetivo na ação principal. Pese embora o prazo de caducidade da ação anulatória se interrompa com o pedido de inversão do contencioso, a contagem do prazo de caducidade reiniciar-se-á com o trânsito em julgado da decisão que negue o pedido.

Ressalve-se que, com esta afirmação, estamos a admitir que a inversão do contencioso terá aplicação no caso de a providência cautelar ter sido instaurada com vista a obter a suspensão de uma deliberação anulável – questão que não tem obtido um tratamento unânime na doutrina.

Como procurámos demonstrar, mesmo nestes casos, a providência não deixa de ter uma função antecipatória de parte dos efeitos da sentença a proferir no processo principal, pelo que a sua natureza será, em princípio, adequada a realizar adequadamente a composição definitiva do litígio.

Este pressuposto só não se verificará se se mostrar necessária uma ação principal para destruir retroativamente efeitos da deliberação suspensa. Quer a providência tenha sido instaurada com vista a obter a suspensão de uma deliberação anulável, nula ou ineficaz, se houver interesse em fazer desaparecer o ato do mundo jurídico desde a data da sua criação, a natureza da providência já não será adequada, pois esta não retroage como aconteceria na ação principal.

Na nossa opinião, aquele requisito não pode ser levado tão longe como alguma doutrina tem vindo a defender, sendo que a sua verificação deve ser aferida pelo circunstancialismo do caso concreto. Entendimento contrário leva a que a aplicação da inversão do contencioso se realize de forma muito limitada no âmbito do procedimento cautelar de suspensão de deliberações sociais.

Consideramos ser ainda muito cedo para perceber como a prática se vai adaptar à aplicabilidade deste instituto neste procedimento especificado e, bem assim, para antecipar todos os problemas que podem vir a ser encontrados.

No entanto, podemos dizer que o facto de envolver a resolução de uma questão de direito, faz com que o julgador possa formar mais facilmente, através da matéria adquirida no procedimento cautelar, uma convicção segura acerca da existência do direito acautelado.

Por outro lado e atenta a complexidade do regime da invalidade e da ineficácia das deliberações sociais, só o concreto julgador do processo saberá se, perante determinada situação, um investimento acrescido no caso será compatível com a natureza urgente do pedido cautelar e poderá permitir a formação da sua convicção.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, *Governança das Sociedades Comerciais*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, 2010.

—, *Curso de Direito Comercial*, vol. 2, 5.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, 2015.

ABREU, Jorge M. Coutinho de (coord.), *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, vol. 1, Coimbra: Almedina, 2010.

ALMEIDA, António Pereira de, “A relevância dos vícios do voto nas deliberações sociais”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Galvão Telles*, vol. 4, Coimbra: Almedina, 2002, pp. 637-657.

—, *Sociedades Comerciais*, 6.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

ALMEIDA, José Mário Ferreira de, “As reformas do processo civil e do contencioso administrativo: autonomia e convergência”, *CJA*, 106, 2014, pp. 61-68.

ALMEIDA, L. P. Moitinho de, *Anulação e Suspensão de Deliberações Sociais*, 4.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

AMARAL, Jorge Augusto Pais de, *Direito Processual Civil*, 11.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, 2013.

ANDRADE, Manuel A. Domingues de, *Noções Elementares de Processo Civil*, com a colab. de ANTUNES VARELA, reimpr., Coimbra: Coimbra Editora, 1993.

ANDRADE, Manuel A. Domingues de/ CORREIA, António Ferrer, “Suspensão de deliberações sociais e direitos individuais dos accionistas (Jurisprudência Crítica)”, separata da *RDES*, ano 3, 5 e 6, 1948.

ASCENSÃO, José de Oliveira, *Direito Comercial*, vol. 4, Lisboa: AAFDL, 1993.

—, “Invalididades das deliberações dos sócios”, separata de *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Raúl Ventura*, Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

BASTOS, Jacinto Fernandes Rodrigues, *Notas ao Código de Processo Civil*, vol. 2, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa: [s.n.], 2000.

BATISTA, J. Pereira, *Reforma do Processo Civil*, Lisboa: Lex, 1997.

CABRAL, Ana Margarida/ PINHEIRO, Carlos André/ ROBALO, Inês/ NUNES, José Henrique, “Inversão do Contencioso”, in *O Novo Processo Civil*, Caderno 3, e-book do CEJ, 2013, disponível in [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao\\_jornadas.php](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao_jornadas.php), pp. 7-20.

CABRAL, Daniel de Pina, Anotação ao Ac. do STJ de 25-11-1949, *ROA*, ano 9, 3 e 4, Lisboa, 1949, pp. 451-458.

CAPONI, Remo, “Piero Calamandrei e la tutela cautelare”, *Rivista di Diritto Processuale*, ano 67, 5, 2012, pp. 1250-1257.

CASTRO, Artur Anselmo de, *Lições de Processo Civil*, vol. 1, Coimbra: Almedina, 1964.

—, *Direito Processual Civil Declaratório*, vol. 1, Coimbra: Almedina, 1981.

CHIOVENDA, Giuseppe, *Principios de Derecho Procesal Civil*, trad. espanhola da 3.<sup>a</sup> ed. italiana por JOSÉ CASAIS Y SANTALÓ, t. 1, Madrid: Reus, 1977.

CIPRIANI, Franco, *Il processo civile nello Stato democratico*, Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2010.

CONSOLO, Claudio, *Spiegazioni de diritto processuale civile*, t. 1, Padova: Cedam, 2003.

CORDEIRO, António Menezes, *Tratado de Direito Civil Português*, vol. 1, t. 1, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, 2000.

—, *Manual de Direito das Sociedades*, vol. 2, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, 2007.

—, *SA: Assembleia Geral e Deliberações Sociais*, Coimbra: Almedina, 2007.

—, *Direito das Sociedades*, vol. 1, 3.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, 2011.

CORDEIRO, António Menezes (coord.), *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, 2014.

CORREIA, Luís Brito, *Direito Comercial*, vol. 3, Lisboa: AAFDL, 1989.

CORREIA, João/ PIMENTA, Paulo/ CASTANHEIRA, Sérgio, *Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013*, Coimbra: Almedina, 2013.

CORREIA, Miguel J. A. Pupo, *Direito Comercial*, com a colab. de ANTÓNIO JOSÉ TOMÁS e OCTÁVIO CASTELO BRANCO, 10.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Ediforum, 2007.

COSTA, Vasco Freitas da, “O objecto da suspensão cautelar de deliberações sociais”, separata da *RDS*, ano 1, 4, 2009.

CUNHA, Paulo Olavo, *Direito das Sociedades Comerciais*, 5.<sup>a</sup> ed., reimpr., Coimbra: Almedina, 2014.

DONATI, Antigono, *L' Invalidità della Deliberazione di Assemblea delle Società Anonime*, Milano: Dott. A. Giuffrè, 1937.

PINTO, Rui, “A ilicitude da execução de deliberações a partir da citação para o procedimento cautelar de suspensão”, *CDP*, 5, 2004, pp. 17-23.

—, *A Questão de Mérito na Tutela Cautelar: A Obrigação Genérica de não Ingerência e os Limites da Responsabilidade Civil*, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

—, “O procedimento cautelar de suspensão de deliberações sociais (e não só *sociais*...) e o novo Código de Processo Civil”, *DSR*, ano 5, vol. 10, 2013, pp. 13-37.

—, *Notas ao Código de Processo Civil*, vol. 1, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2015.

ESTACA, José Nuno Marques, *O Interesse da Sociedade nas Deliberações Sociais*, Coimbra: Almedina, 2003.

FARIA, Paulo Ramos de, *Regime Processual Civil Experimental Comentado*, Coimbra: Almedina, 2010.

FARIA, Paulo Ramos de/ LOUREIRO, Ana Luísa, *Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil*, vol. 1, Coimbra: Almedina, 2013.

FARIA, Rita Lynce de, *A Função Instrumental da Tutela Cautelar Não Especificada*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.

—, “Apreciação da proposta de inversão do contencioso cautelar apresentada pela Comissão de Reforma do Código de Processo Civil”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, 2013, pp. 1139-1153.

FERNANDEZ, Elizabeth, “Entre a urgência e a inutilidade da tutela definitiva”, *CDP*, 1, 2010, pp. 45-56.

FONSECA, Joaquim Taveira da, “Deliberações sociais: suspensão e anulação”, *Textos*, n.º especial, 1994/1995, pp. 83-161.

FRADA, Manuel A. Carneiro da, “Deliberações sociais inválidas no novo Código das Sociedades”, in *Novas Perspectivas do Direito Comercial*, Coimbra: Almedina, 1988, p. 315-336.

FREITAS, José Lebre de, *A Ação Declarativa Comum À Luz do Código de Processo Civil de 2013*, 3.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

—, “Sobre o novo Código de Processo Civil (uma visão de fora)”, *ROA*, ano 73, vol. 1, Lisboa, 2013, pp. 23-61.

FREITAS, José Lebre de/ MACHADO, A. Montalvão/ PINTO, Rui, *Código de Processo Civil Anotado*, vol. 2, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto, *Deliberações dos sócios*, Coimbra: Almedina, 1993.

—, *Curso de Direito das Sociedades*, com a colab. de NELSON ROCHA, 5.ª ed. revista e atualizada, Coimbra: Almeida, 2004.

—, *Deliberações de Sociedades Comerciais*, Coimbra: Almedina, 2005.

GERALDES, António Santos Abrantes, *Temas da Reforma do Processo Civil*, vol. 4, 3.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, 2006.

—, *Temas da Reforma do Processo Civil*, vol. 3, 4.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, 2010.

GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, 2016.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “Notas breves sobre o Código de Processo Civil de 2013”, *ROA*, ano 73, vol. 2/3, Lisboa, 2013, pp. 423-434.

MAGALHÃES, Barbosa de, “Direitos Individuais dos Sócios – Proibição aos sócios de votarem sobre assuntos que lhes digam directamente respeito – Suspensão e anulação de deliberações sociais”, *ROA*, ano 8, vol. 1, 1 e 2, Lisboa, 1948, pp. 36-92.

MAIA, Pedro, “Invalidade de deliberação social por vício de procedimento”, in *ROA*, ano 61, vol. 2, Lisboa, 2001, pp. 699-748.

—, “Deliberações dos sócios e respectiva documentação: algumas reflexões”, in *Nos 20 Anos do Código das Sociedades Comerciais: Homenagem aos Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier*, vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, 2007, pp. 651-691.

MARQUES, J. P. Remédio, *Acção Declarativa à Luz do Código Revisto*, 3.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

MARTINS, Alexandre de Soveral, “Suspensão de deliberações sociais de sociedades comerciais: Alguns problemas”, *ROA*, ano 63, vols. 1 e 2, Lisboa, 2003, pp. 345-373.

—, “A propósito da suspensão de deliberações sociais e do princípio da igualdade de tratamento”, *CDP*, 13, 2006, pp. 37-50.

MENDES, João de Castro, *Do Conceito de Prova em Processo Civil*, Lisboa: Edições Ática, 1961.



MONTEIRO, Henrique Salinas, “Critérios de distinção entre a anulabilidade e a nulidade das deliberações sociais no Código das Sociedades Comerciais”, *Direito e Justiça*, vol. 8, t. 2, 1994, pp. 211-259.

NETO, Abílio, *Novo Código de Processo Civil: Anotado*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Ediforum, 2014.

OLAVO, Carlos, “Impugnação das deliberações sociais”, *CJ*, t. 3, 1988, pp. 19-31.

PIMENTA, Alberto, *Suspensão e Anulação de Deliberações Sociais*, Coimbra: Coimbra Editora, 1965.

REGO, Carlos Lopes do, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. 1, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, 2004.

—, “A ‘conversão’ do procedimento cautelar em causa principal, prevista no artigo 16.º do ‘Regime Processual Experimental’”, *Revista do CEJ*, 5, 2006, pp. 155-163.

—, “Os princípios orientadores da reforma do processo civil em curso: o modelo da acção declarativa”, *Julgar*, 16, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 99-129.

—, “O novo processo declarativo”, in *O Novo Processo Civil*, Caderno 2, e-book do CEJ, 2013, disponível in [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao\\_jornadas.php](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao_jornadas.php), pp. 21-32.

REIS, José Alberto dos, “A figura do processo cautelar”, separata do *BMJ*, 3, Lisboa, 1947.

—, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 1, 3.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Coimbra Editora, 1948.

RICARDO, Luís Carvalho, *Regime Processual Civil Experimental: Anotado e Comentado*, Braga: CEJUR, 2007.

RODRIGUES, Fernando Pereira, *O Novo Processo Civil: Os Princípios Estruturantes*, Coimbra: Almedina, 2013.

RODRIGUES, Fernando Pereira, *A Prova em Direito Civil*, Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

SILVA, Lucinda Dias da, “Contencioso: redução, conversão e inversão”, in *I Jornadas de Direito Processual Civil – “Olhares transmontanos”*, Valpaços, 2011, disponível in [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Livro\\_JornadasDPC.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Livro_JornadasDPC.pdf), pp. 71-101.

—, “As alterações no regime dos procedimentos cautelares, em especial a inversão do contencioso”, in *O Novo Processo Civil*, Caderno 1, 2.<sup>a</sup> ed., e-book do CEJ, 2013, disponível in [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao\\_jornadas.php](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao_jornadas.php), pp. 127-141.

SILVA, Paula Costa e, “Cautela e certeza: breve apontamento acerca do proposto regime de inversão do contencioso na tutela cautelar”, *RMP– Cadernos*, 11, Lisboa, 2012, pp. 139-149.

SILVEIRA, José dos Santos, *Processos de Natureza Preventiva e Preparatória*, Coimbra: Atlântida, 1966.

SOUSA, Miguel Teixeira de, *As Providências Cautelares e a Inversão do Contencioso*, 2013, disponível in <https://sites.google.com/site/ippcivil/recursos-bibliograficos/5-papers>.

—, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Lex, 1997.

VALLES, Edgar, *Prática Processual Civil com o Novo CPC*, 9.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, 2015.

VASCONCELOS, Pedro Pais de, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, 2006.

VUITTON, Jacques/ VUITTON, Xavier, *Les Référés*, Paris: Litec, 2003.

VAZ, Teresa Anselmo, *Contencioso Societário*, Lisboa: Petrony, 2006.

XAVIER, Rita Lobo, “Suspensão de deliberações sociais e inversão do contencioso”, *in Para Jorge Leite: Escritos Jurídico-Laborais*, vol. 2, Coimbra: Coimbra Editora, 2014, pp. 795-810.

XAVIER, Rita Lobo/ FOLHADELA, Inês/ CASTRO, Gonçalo Andrade e, *Elementos de Direito Processual Civil: Teoria Geral, Princípios, Pressupostos*, Porto: Universidade Católica Editora, 2014.

XAVIER, Vasco da Gama Lobo, “O conteúdo da providência de suspensão de deliberações sociais”, *separata da RDES*, ano 22, 1-4, Coimbra, 1975.

—, “O início do prazo da proposição da acção anulatória de deliberações sociais e o funcionamento da assembleia geral repartida por mais do que um dia”, *RLJ*, 120.º, 3763, 1987/1988, pp. 314-320, e 3764, 1987/1988, pp. 329-337.

—, “Suspensão de deliberações sociais ditas ‘já executadas’”, *RLJ*, 123.º, 3801, 1990/1991, pp. 375-384, e 124.º, 3802, 1991/1992, pp. 10-11.

—, *Anulação de Deliberação Social e Deliberações Conexas*, reimpr., Coimbra: Almedina, 1998.

## ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

### Supremo Tribunal de Justiça

Ac. do STJ, de 16-07-1943, *RLJ*, 76.º, pp. 240 e ss.

Ac. do STJ, de 26-03-1946, *RLJ*, 79.º, pp. 139 e ss.

Ac. do STJ, de 20-03-1962, *BMJ*, 115, pp. 541 e ss.

Ac. do STJ, de 30-03-1962, *BMJ*, 115, pp. 571 e ss.

Ac. do STJ, de 13-04-1962, *BMJ*, 116, pp. 506 e ss.

Ac. do STJ, de 04-06-1974, *RLJ*, 108.º, pp. 235 e ss.

Ac. do STJ, de 21-12-1976, *BMJ*, 262, pp. 168 e ss.

Ac. do STJ, de 06-06-1978, *BMJ*, 278, pp. 246 e ss.

Ac. do STJ, de 12-11-1987, *BMJ*, 371, pp. 378 e ss.

Ac. do STJ, de 21-06-1988, proc. n.º 075580, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 08-11-1988, proc. n.º 076423, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 17-10-1989, *BMJ*, 390, pp. 394 e ss.

Ac. do STJ, de 26-02-1991, proc. n.º 080403, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt);

Ac. do STJ, de 29-04-1992, *CJ*, t. 1, 1992, pp. 131 e ss.

Ac. do STJ, de 29-06-1993, proc. n.º 083913, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 21-06-1994, *BMJ*, 438, pp. 390 e ss.

Ac. do STJ, de 24-10-1994, proc. n.º 086078, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 14-02-1995, *CJ*, t. 1, 1995, pp. 92 e ss.

Ac. do STJ, de 16-05-1995, proc. n.º 085732, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 11-10-1995, *CJ*, t. 3, 1995, pp. 60 e ss.

Ac. do STJ, de 28-11-1996, proc. n.º 96B600, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 04-12-1996, proc. n.º 96A697, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 20-05-1997, proc. n.º 97A313, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 25-06-1998, proc. n.º 98B492, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 16-03-1999, proc. n.º 99A103, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 18-01-2000, proc. n.º 99A1097, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 23-04-2002, proc. n.º 02A1053, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 26-09-2002, proc. n.º 02B1938, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 23-09-2003, proc. n.º 02B2465, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 13-05-2004, proc. n.º 04A1519, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 21-02-2006, *CJ*, t. 1, 2006, pp. 71 e ss.

Ac. do STJ, de Uniformização de Jurisprudência n.º 9/2009, de 31-03-2009, proc. n.º 07B4716, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do STJ, de 21-06-2011, proc. n.º 111/11.7TJC.BR.C1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

### **Tribunal da Relação de Coimbra**

Ac. do TRC, de 01-06-1982, *CJ*, t. 3, 1982, pp. 45 e ss.

Ac. do TRC, de 07-07-1987, *BMJ*, 369, pp. 617 e ss.

Ac. do TRC, de 14-07-1987, *RLJ*, 123.º, pp. 371 e ss.

Ac. do TRC, de 20-10-1987, *CJ*, t. 4, 1987, pp. 82 e ss.

Ac. do TRC, de 13-06-1989, *BMJ*, 388, pp. 615 e ss.

Ac. do TRC, de 19-12-1989, *CJ*, t. 5, 1989, pp. 64 e ss.

Ac. do TRC, de 03-12-1991, *CJ*, t. 5, 1991, pp. 73 e ss.

Ac. do TRC, de 26-01-1993, *CJ*, t. 1, 1993, pp. 26 e ss.

Ac. do TRC, de 23-03-1993, *CJ*, t. 2, 1993, pp. 19 e ss.

Ac. do TRC, de 02-03-1999, *CJ*, t. 2, 1999, pp. 13 e ss.

Ac. do TRC, de 30-11-1999, proc. n.º 1706/99, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRC, de 11-01-2000, proc. n.º 2674/99, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRC, de 12-12-2000, proc. n.º 2855, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRC, de 10-12-2002, proc. n.º 3086/02, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRC, de 16-03-2010, proc. n.º 2033/09.2TBLRA.C1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt);

Ac. do TRC, de 06-09-2011, proc. n.º 894/11.4TBPBL-A.C1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRC, de 08-11-2011, proc. n.º 158/10.0T2AVR-A.C2, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRC, de 10-09-2013, proc. n.º 776/10.7TJCBR.C1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRC, de 18-03-2014, proc. n.º 922/11.3TBPBL.C1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

### **Tribunal da Relação de Évora**

Ac. do TRE, de 19-01-1979, *CJ*, t. 1, 1979, pp. 184 e ss..

Ac. do TRE, de 20-09-2007, proc. n.º 1502/07-3, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt);

Ac. do TRE, de 21-10-2008, proc. n.º 2463/08-2, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Ac. do TRE, de 31-01-2013, proc. n.º 391/11.3TBCTX-A.E1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

### **Tribunal da Relação de Lisboa**

Ac. do TRL, de 20-04-1977, *BMJ*, 269, pp. 206 e ss.

Ac. do TRL, de 19-02-1987, proc. n.º 0018929, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 12-11-1987, *CJ*, t. 5, 1987, pp. 101 e ss.

Ac. do TRL, de 31-05-1988, *CJ*, t. 3, 1988, pp. 155 e ss.

Ac. do TRL, de 23-02-1989, proc. n.º 0003249, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 22-11-1990, *CJ*, t. 5, 1990, pp. 121 e ss.

Ac. do TRL, de 10-12-1991, proc. n.º 0052491, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 14-10-1993, *CJ*, t. 4, 1993, pp. 149 e ss.

Ac. do TRL, de 13-01-1994, proc. n.º 0079252, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 22-02-1996, proc. n.º 0014986, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 05-07-2000, proc. n.º 0053936, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 15-02-2001, proc. n.º 0114468, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 08-05-2001, proc. n.º 0020891, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 06-12-2001, proc. n.º 00111468, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 12-02-2004, proc. n.º 270/2004-8, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 27-03-2007, proc. n.º 709/2007-1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 21-06-2007, proc. n.º 2647/2007-6, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 28-02-2008, proc. n.º 920/2008-6, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 17-07-2008, proc. n.º 2321/2008-1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac.do TRL, de 04-06-2009, proc. n.º 1196/07.6TYLSB-A.L1-8, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 13-07-2010, proc. n.º 12/09.9TYLSB-A.L1-1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 11-10-2012, proc. n.º 255/12.8TVLSB-A.L1-6, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 20-11-2014, proc. n.º 1972/13.0TVLSB.L1-2, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 09-12-2014, proc. n.º 514/14.5TYLSB.L1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 08-10-2015, proc. n.º 2251/15.4T8LSB.L1-6, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRL, de 13-10-2016, proc. n.º 2015/13.0TVLSB-D.L1.-2, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

### **Tribunal da Relação do Porto**

Ac. do TRP, de 03-06-1982, *CJ*, t. 3, 1982, pp. 225 e ss.

Ac. do TRP, de 28-07-1983, *CJ*, t. 4, 1983, pp. 235 e ss.



Ac. do TRP, de 23-05-1989, *CJ*, t. 3, 1989, pp. 206 e ss.

Ac. do TRP, de 14-01-1992, proc. n.º 9130676, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 22-01-1992, proc. n.º 0124498, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 07-10-1992, proc. n.º 9150629, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 01-04-1993, proc. n.º 9220960, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 15-11-1993, proc. n.º 9350684, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 28-06-1994, proc. n.º 9430273, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 12-02-1996, proc. n.º 9551089, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 22-04-1996, proc. n.º 9650144, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 11-12-1997, proc. n.º 9730158, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 09-06-1999, proc. n.º 9930709, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 03-02-2000, proc. n.º 9931240, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 28-03-2000, proc. n.º 0020301, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 04-05-2000, proc. n.º 0030540, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 19-12-2002, proc. n.º 0232627, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 04-02-2003, proc. n.º 0222397, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 20-11-2003, proc. n.º 0335690, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 15-03-2004, proc. n.º 0354886, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 20-04-2004, proc. n.º 0220836, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 25-10-2004, proc. n.º 0454487, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 07-03-2005, proc. n.º 0550385, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 27-09-2005, proc. n.º 0523043, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 18-10-2005, proc. n.º 0524881, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 07-12-2006, proc. n.º 0634625, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 11-12-2006, proc. n.º 0653666, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 17-10-2008, proc. n.º 0825051, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 22-10-2009, proc. n.º 697/09.3TYVNG-A.P1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 19-05-2010, proc. n.º 295/08.1TBOAZ.P1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 28-09-2010, proc. n.º 6328/07.1TBVFR.P1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 11-06-2011, proc. n.º 0150734, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 27-06-2011, proc. n.º 987/10.5TYVNG.P1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 19-05-2014, proc. n.º 2727/13.8TBPVZ.P1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

Ac. do TRP, de 30-06-2014, proc. n.º 1150/13.9TBBGC-A.P1, disponível *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)